

Demonstrações Contábeis Consolidadas

de acordo com as Normas internacionais
de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International
Accounting Standards Board IASB"

2019

 **bradesco**

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes	3
Relatório do Comitê de Auditoria	9
Demonstração Consolidada do Resultado	10
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	11
Balanço Patrimonial Consolidado	12
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	13-14
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.....	15-17
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas	
1) Informações gerais	17
2) Principais políticas contábeis.....	17
3) Gerenciamento de riscos.....	48
4) Uso de estimativas e julgamentos	94
5) Segmentos operacionais	97
6) Resultado Líquido de juros	101
7) Resultado Líquido de serviços e comissões	102
8) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ..	102
9) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.....	102
10) Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira.....	102
11) Resultado de seguros e previdência	103
12) Despesas de pessoal	104
13) Outras despesas administrativas.....	104
14) Depreciação e amortização	104
15) Outras receitas/(despesas) operacionais	104
16) Imposto de renda e contribuição social	105
17) Lucro por ação.....	108
18) Caixa, disponibilidades em banco e equivalentes de caixa	108
19) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	109
20) Instrumentos financeiros derivativos	110
21) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	115
22) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	116
23) Empréstimos e adiantamentos a clientes	117
24) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	128
25) Ativos não correntes mantidos para venda	129
26) Investimentos em coligadas e <i>joint venture</i>	130
27) Imobilizado de uso	133
28) Ativos intangíveis e ágio.....	135
29) Outros ativos	136
30) Recursos de instituições financeiras	137
31) Recursos de clientes	137
32) Recursos de emissão de títulos	137
33) Dívidas subordinadas	139
34) Provisões técnicas de seguros e previdência	141
35) Planos fechados de previdência complementar ...	149
36) Provisão, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias....	152
37) Outros passivos.....	155
38) Patrimônio líquido.....	157
39) Transações com partes relacionadas.....	159
40) Itens não registrados no balanço patrimonial.....	161
41) Normas, alterações e interpretações de normas..	162
42) Outras informações	163

Relatório do Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Bradesco S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2d viii, 3.1, 4, 21d, 23, 24 e 40, o Bradesco revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos e garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (em conjunto “operações sujeitas ao risco de crédito”), avaliando a estimativa de perdas esperadas dessas operações (*impairment*), que totalizam o valor de R\$ 33.863.659 mil, R\$ 2.318.404 mil e R\$ 1.970.321 mil, R\$ 198.462 mil, R\$ 4.633.477 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019. O Bradesco possui políticas internas e metodologias de apuração de perdas de operações sujeitas ao risco de crédito, que exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do Bradesco, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes e garantias.

Devido à relevância das operações sujeitas ao risco de crédito e o nível de subjetividade e julgamento para a determinação da perda esperada, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.

Relatório do Auditores Independentes

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados à aprovação e registro das operações sujeitas ao risco de crédito, à análise das políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, à aplicação das metodologias, à utilização de índices e premissas utilizados pelo Bradesco no cálculo das perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito. Com base em amostragem, avaliamos a perda esperada de itens das operações sujeitas ao risco de crédito considerados individualmente significativos, inspecionamos as documentações e premissas que suportam a avaliação do Bradesco quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias. Nós também testamos, com o suporte técnico de nossos especialistas, os modelos, premissas e dados utilizados pelo Bradesco para mensurar as perdas esperadas das operações sujeitas ao risco de crédito avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo Bradesco. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas em relação às regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequados o nível de perdas esperadas e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensuração de instrumentos financeiros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2d, 3.4, 4, 19, 20 e 21, os instrumentos financeiros derivativos níveis 2 e 3 totalizam R\$ 14.403.802 mil (ativo) e R\$ (14.191.749) mil (passivo), os instrumentos mensurados a valor justo por meio do resultado níveis 2 e 3 totalizam R\$ 23.846.432 mil e os instrumentos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes níveis 2 e 3 totalizam R\$ 6.350.380 mil. Esses instrumentos, mensurados a valor justo, são relevantes para as demonstrações contábeis consolidadas do Bradesco. Para os instrumentos financeiros cuja mensuração de valor justo não utiliza diretamente preços cotados (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo), a determinação dos valores justos está sujeita a um nível maior de subjetividade, na medida em que o Bradesco efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Desta forma, consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes adotados pelo Bradesco para captura e processamento das informações e parametrização dos modelos de cálculo dos instrumentos financeiros cujos parâmetros não são observáveis (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo). Para uma amostra de instrumentos financeiros, classificados nos níveis 2 e 3, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos de precificação desenvolvidos pelo Bradesco para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos dados, parâmetros e informações incluídos nos modelos utilizados, bem como os critérios e políticas referentes a indicadores de evidência de perda esperada e recalculamos, por amostragem, o valor de determinadas operações. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a mensuração e registro dos valores justos dos instrumentos financeiros e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2j, 4 e 36, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, com respectiva provisão registrada nas demonstrações contábeis consolidadas no montante de R\$ 8.390.085 mil, R\$ 8.685.793 mil e R\$ 7.346.067 mil, respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional do Bradesco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Relatório do Auditores Independentes

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos do Bradesco, bem como dados e informações históricas. Este trabalho incluiu o envolvimento de nossos especialistas jurídicos e tributários na avaliação da probabilidade de perda e da documentação e informações relacionadas a determinados assuntos fiscais e cíveis envolvendo o Bradesco. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o nível das provisões e passivos contingentes bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Avaliação da expectativa de realização dos Créditos tributários

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 68.515.007 mil (nota explicativa nº 2t, 4 e 16) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios. Conforme descrito na nota explicativa nº 3h, o Bradesco avalia no mínimo, quando da elaboração dos balanços, as premissas e estimativas de lucros tributáveis e taxas de crescimento. Devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar na expectativa de realização dos créditos tributários, consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a avaliação realizada pelo Bradesco sobre a capacidade de realização dos créditos tributários. Avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados utilizados na preparação dos estudos técnicos e da avaliação sobre a capacidade de realização dos créditos tributários, com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas. Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequados a mensuração, o registro e avaliação dos créditos tributários e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Valor recuperável dos ativos intangíveis

As demonstrações contábeis consolidadas incluem ativos intangíveis, que compreendem os ágios de aquisições de investimentos no valor de R\$ 5.327.901 mil e outros ativos intangíveis no valor de R\$ 4.487.898 (nota explicativa nº 2g, 2i, 4 e 28) cuja realização está fundamentada em projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco em relação as Unidades Geradoras de Caixa "UGC" e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios. Conforme descrito nas notas explicativas nº 3l e 3m, o Bradesco avalia, no mínimo anualmente, as premissas e estimativas de rentabilidade das Unidades Geradoras de Caixa, a que ágios e ativos intangíveis estão alocados, taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa e a existência de indicativos de perda do valor recuperável dos ativos. Devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar nas demonstrações contábeis consolidadas consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a avaliação realizada pelo Bradesco de indicativos de perda do valor recuperável destes ativos intangíveis. Adicionalmente, com base em amostragem, avaliamos com suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas a razoabilidade e consistência dos dados e

Relatório do Auditores Independentes

premissas utilizados na preparação dessa avaliação. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a mensuração, o registro e a avaliação dos valores recuperáveis dos ativos intangíveis e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Provisões técnicas de seguros e previdência

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 31 e 34, o Bradesco possui passivos relacionados a contratos de seguros e previdência denominados “Provisões Técnicas”, no montante de R\$ 268.302.691 mil, que inclui, entre outras, as seguintes provisões: Provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR no montante de R\$ 10.560.201 mil, Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – Seguros, no montante de R\$ 1.462.699 mil, Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – Seguros, no montante de R\$ 410.410 mil, Provisão para Insuficiência de Prêmios no montante de R\$ 1.925.656 mil, Provisão de Despesas Relacionadas no montante de R\$ 743.997 mil e Outras Provisões Técnicas no montante de R\$ 4.022.639 mil. Tais provisões acima identificadas, bem como o teste de adequação de passivos, requerem julgamento do Bradesco na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, experiência histórica de sinistros, longevidade, persistência, taxas de juros e custos médicos. Devido à relevância dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo das provisões técnicas e do teste de adequação de passivos poderiam causar nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com os processos de determinação e mensuração das provisões técnicas identificadas acima e do teste de adequação de passivos. Com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como experiência histórica de sinistros, longevidade, persistência, taxas de juros e custos médicos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas e do teste de adequação de passivos, bem como efetuamos recálculo, por amostragem, das provisões técnicas e do teste de adequação de passivos. Adicionalmente testamos as bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, em especial a divulgação dos instrumentos financeiros ativos oferecidos em cobertura às provisões técnicas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o nível de provisionamento e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O Bradesco possui uma estrutura tecnológica bem como plano de investimentos em tecnologia para condução de seus negócios. O ambiente de tecnologia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, o Bradesco fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função do elevado nível de investimentos, da elevada dependência do Bradesco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos esse assunto como significativa para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles de acesso, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, uma vez que

Relatório do Auditores Independentes

planejamos confiar em informações específicas extraídas de determinados sistemas consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis. Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram, também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chave totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações para o processo de relatório financeiro e para os demais processos relevantes, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Bradesco .

Relatório do Auditores Independentes

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 05 de março de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Relatório do Comitê de Auditoria

Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bradesco sobre as Demonstrações Contábeis, elaboradas de acordo com os Princípios Internacionais de Contabilidade – (*International Financial Reporting Standards – IFRS*)

Adicionalmente ao relatório deste Comitê de Auditoria relativo às demonstrações contábeis consolidadas do Banco Bradesco S.A. em 31 de dezembro de 2019, emitido em 5 de fevereiro de 2020, analisamos também as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com princípios internacionais de contabilidade.

Como mencionado no relatório acima citado, levamos em consideração os trabalhos realizados pelos auditores independentes e o sistema de controles internos mantidos pelas diversas áreas financeiras do conglomerado financeiro Bradesco, principalmente as áreas de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de *Compliance*.

São de responsabilidade da Administração a definição e a implementação de sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzem as demonstrações contábeis das empresas que compõem a Organização Bradesco, em observância às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações contábeis e emitir relatório sobre sua aderência aos princípios contábeis aplicáveis.

Compete à Auditoria Interna (Departamento de Inspeção Geral) aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Ao Comitê de Auditoria compete, avaliar a qualidade e a efetividade das Auditorias Interna e Independente e a suficiência dos sistemas de controles internos e analisar as demonstrações contábeis, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação das demonstrações contábeis auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com os princípios internacionais de contabilidade.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 27 de fevereiro de 2020.

MILTON MATSUMOTO
(Coordenador)

PAULO ROBERTO SIMÕES DA CUNHA
(Especialista Financeiro)

WILSON ANTONIO SALMERON GUTIERREZ

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI

JOSÉ LUIS ELIAS

Demonstração Consolidada do Resultado

	R\$ mil			
	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2019	2018	2017
Receita de juros e similares		124.417.705	122.053.139	126.232.328
Despesa de juros e similares		(58.617.986)	(55.244.669)	(75.589.415)
Resultado líquido de juros	6	65.799.719	66.808.470	50.642.913
Resultado líquido de serviços e comissões	7	25.337.676	23.831.590	22.748.828
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8	(1.090.917)	(11.676.573)	-
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros para negociação		-	-	9.623.108
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9	655.832	1.073.563	-
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	570.358
Perdas com investimentos mantidos até o vencimento		-	-	(54.520)
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira	10	323.774	1.096.826	1.422.957
Resultado de seguros e previdência	11	8.254.939	7.656.872	6.239.990
Receitas operacionais		8.143.628	(1.849.312)	17.801.893
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos		-	-	(16.860.835)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	23	(12.532.133)	(15.091.975)	-
Perda esperada com demais ativos financeiros	21 e 24	(1.472.394)	(1.172.860)	-
Despesas de pessoal	12	(24.526.318)	(18.871.462)	(20.723.265)
Outras despesas administrativas	13	(16.489.578)	(16.873.962)	(16.882.461)
Depreciação e amortização	14	(5.865.768)	(4.808.255)	(4.568.568)
Outras receitas/(despesas) operacionais	15	(26.214.836)	(14.210.594)	(10.133.357)
Despesas operacionais		(87.101.027)	(71.029.108)	(69.168.486)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas		12.179.996	17.761.640	22.025.148
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	26	1.201.082	1.680.375	1.718.411
Resultado antes da tributação sobre o lucro		13.381.078	19.442.015	23.743.559
Imposto de renda e contribuição social	16	7.792.129	(2.693.576)	(6.428.956)
Lucro líquido do exercício		21.173.207	16.748.439	17.314.603
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		21.023.023	16.583.915	17.089.364
Não controladores		150.184	164.524	225.239
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):				
– Lucro por ação ordinária	17	2,49	1,97	2,03
– Lucro por ação preferencial	17	2,74	2,16	2,23

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

	Nota	R\$ mil		
		Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício		21.173.207	16.748.439	17.314.603
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Ganhos/(perdas) não realizados		-	-	3.005.067
Ganhos/(perdas) transferidos para o resultado		-	-	487.017
Efeito dos impostos		-	-	(1.260.609)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ganhos/(perdas) não realizados		7.752.853	(473.594)	-
Ganhos/(perdas) transferidos para o resultado	9	651.428	1.023.299	-
Efeito dos impostos		(3.609.375)	(209.359)	-
Ganhos/(perdas) não realizados com <i>hedge</i>	20			
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa		260.397	(96.760)	(13.778)
<i>Hedge</i> de investimento no exterior		(119.635)	(209.300)	(59.739)
Efeito dos impostos		(42.854)	122.424	29.407
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior				
Variação cambial de conversão de subsidiária no exterior		73.867	113.198	29.002
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada				
Ganhos/(perdas) em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.482.384	(756.042)	-
Efeito dos impostos		(579.763)	302.417	-
Outros		(204.538)	(92.764)	-
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido		5.664.764	(276.481)	2.216.367
Resultado abrangente do exercício		26.837.971	16.471.958	19.530.970
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		26.687.787	16.307.434	19.305.731
Não controladores		150.184	164.524	225.239

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Balanço Patrimonial Consolidado

	R\$ mil		
	Nota	Em 31 de dezembro	
		2019	2018
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	18	109.610.999	107.209.743
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	19a	249.759.777	246.161.150
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	21	192.450.010	178.050.536
Ativos financeiros ao custo amortizado			
- Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	22	59.083.791	105.248.950
- Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	23	423.528.716	380.387.076
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	24	166.918.360	140.604.738
- Outros ativos financeiros	29	56.101.781	43.893.309
Ativos não correntes mantidos para venda	25	1.357.026	1.353.330
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	26	7.635.612	8.125.799
Imobilizado de uso	27	14.659.222	8.826.836
Ativos intangíveis e ágio	28	14.724.647	16.128.548
Impostos a compensar	16	15.685.801	13.498.264
Impostos diferidos	16c	59.570.055	48.682.569
Outros ativos	29	7.441.888	7.372.866
Total do ativo		1.378.527.685	1.305.543.714
Passivo			
Passivos a custo amortizado			
- Recursos de instituições financeiras	30	227.819.611	247.313.979
- Recursos de clientes	31	366.227.540	340.748.196
- Recursos de emissão de títulos	32	170.727.564	148.029.018
- Dívidas subordinadas	33	49.313.508	53.643.444
- Outros passivos financeiros	37	79.121.127	62.598.235
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	19c	14.244.083	16.152.087
Provisão para Perda Esperada			
- Compromissos de Empréstimos	23	2.318.404	2.551.676
- Garantias Financeiras	23	1.970.321	719.216
Provisões técnicas de seguros e previdência	34	268.302.691	251.578.287
Outras provisões	36	25.239.929	19.802.171
Impostos correntes		2.595.277	2.373.261
Impostos diferidos	16c	1.080.603	1.200.589
Outros passivos	37	34.023.453	34.157.435
Total do passivo		1.242.984.111	1.180.867.594
Patrimônio líquido	38		
Capital social		75.100.000	67.100.000
Ações em tesouraria		(440.514)	(440.514)
Reservas de capital		35.973	35.973
Reservas de lucros		51.986.423	53.267.584
Capital integralizado adicional		70.496	70.496
Outros resultados abrangentes		7.871.482	2.206.718
Lucros acumulados		475.606	2.035.198
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		135.099.466	124.275.455
Participação de acionistas não controladores		444.108	400.665
Total do patrimônio líquido		135.543.574	124.676.120
Total do passivo e patrimônio líquido		1.378.527.685	1.305.543.714

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes (1)	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	51.100.000	(440.514)	35.973	6.807.128	43.220.688	70.496	(398.708)	4.907.381	105.302.444	176.763	105.479.207
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	17.089.364	17.089.364	225.239	17.314.603
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	2.187.365	-	2.187.365	-	2.187.365
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	29.002	-	29.002	-	29.002
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	2.216.367	17.089.364	19.305.731	225.239	19.530.970
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.099	2.099
Aquisições de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com reservas	8.000.000	-	-	-	(8.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	732.888	6.720.523	-	-	(7.453.411)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(7.204.344)	(7.204.344)	(114.228)	(7.318.572)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	59.100.000	(440.514)	35.973	7.540.016	41.941.211	70.496	1.817.659	7.338.990	117.403.831	289.873	117.693.704
Adoção IFRS 9	-	-	-	-	-	-	665.540	(2.802.754)	(2.137.214)	-	(2.137.214)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	59.100.000	(440.514)	35.973	7.540.016	41.941.211	70.496	2.483.199	4.536.236	115.266.617	289.873	115.556.490
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	16.583.915	16.583.915	164.524	16.748.439
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(296.915)	-	(296.915)	-	(296.915)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	113.198	-	113.198	-	113.198
Outros	-	-	-	-	-	-	(92.764)	-	(92.764)	-	(92.764)
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	(276.481)	16.583.915	16.307.434	164.524	16.471.958
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.265	2.265
Aumento de capital com reservas	8.000.000	-	-	-	(8.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	954.247	10.832.110	-	-	(11.786.357)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(7.298.596)	(7.298.596)	(55.997)	(7.354.593)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	67.100.000	(440.514)	35.973	8.494.263	44.773.321	70.496	2.206.718	2.035.198	124.275.455	400.665	124.676.120

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (continuação)

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes (1)	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	67.100.000	(440.514)	35.973	8.494.263	44.773.321	70.496	2.206.718	2.035.198	124.275.455	400.665	124.676.120
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	21.023.023	21.023.023	150.184	21.173.207
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	5.795.435	-	5.795.435	-	5.795.435
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	73.867	-	73.867	-	73.867
Outros	-	-	-	-	-	-	(204.538)	-	(204.538)	-	(204.538)
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	5.664.764	21.023.023	26.687.787	150.184	26.837.971
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.750	8.750
Aumento de capital com reservas	8.000.000	-	-	-	(8.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	1.129.131	13.589.708	-	-	(14.718.839)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	-	-	(8.000.000)	-	-	(7.863.776)	(15.863.776)	(115.491)	(15.979.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	75.100.000	(440.514)	35.973	9.623.394	42.363.029	70.496	7.871.482	475.606	135.099.466	444.108	135.543.574

(1) Composto principalmente por ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ganhos e perdas com *hedge* de fluxo de caixa e investimento no exterior.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Atividades operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	13.381.078	19.442.015	23.743.559
Ajustes para reconciliar o resultado antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais:			
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	12.532.133	15.091.975	-
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	-	-	16.860.835
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	32.036.527	29.409.222	34.805.771
(Ganhos)/Perdas realizados líquidos nos títulos disponíveis para venda	-	-	(2.299.397)
(Ganhos)/Perdas realizados líquidos nos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(655.832)	(1.073.563)	-
Despesas com provisões e passivos contingentes	9.244.967	4.306.043	2.471.288
Custos de aquisição diferidos (seguros)	(58.115)	144.224	680.136
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	3.196.683	1.757.981	1.925.304
Depreciação	2.737.383	1.460.013	1.237.328
Amortização de ativos intangíveis	3.128.385	3.348.242	3.331.240
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	(1.201.082)	(1.680.375)	(1.718.411)
Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	277.763	516.713	577.212
Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	17.937	98.182	106.722
(Ganhos) na venda de investimentos em coligadas	48.927	-	(270.977)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(752.829)	(751.769)	(806.312)
Variações em ativos e obrigações:			
(Aumento)/Redução em depósitos compulsórios no Banco Central	(3.025.422)	(20.882.690)	(8.677.695)
(Aumento)/Redução em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(2.099.605)	33.357	(2.493.535)
(Aumento)/Redução em empréstimos e adiantamentos a clientes	(123.571.123)	(112.861.770)	(59.578.512)
(Aumento)/Redução em ativos financeiros para negociação	-	-	(23.089.236)
(Aumento)/Redução em ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(3.598.627)	(3.625.822)	-
(Aumento)/Redução em outros ativos	(31.687.179)	(30.301.912)	(23.384.107)
Aumento/(Redução) líquido em recursos de instituições financeiras	(3.555.713)	(20.749.542)	3.955.797
Aumento/(Redução) líquido em recursos de clientes	36.787.089	88.659.514	36.853.866
Aumento/(Redução) em passivos financeiros mantidos para negociação	-	-	839.321
Aumento/(Redução) em passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(1.908.004)	1.877.088	-
Aumento/(Redução) em provisões técnicas de seguros e previdência	(15.312.123)	(16.920.525)	(11.556.181)
Aumento/(Redução) em outras provisões	(3.807.209)	(2.994.599)	(2.272.970)
Aumento/(Redução) em outros passivos	27.344.659	14.364.262	19.117.355
Juros recebidos	67.523.213	61.660.260	61.743.368
Juros pagos	(27.246.400)	(27.813.710)	(27.254.361)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.433.279)	(7.086.237)	(8.575.438)
Outras variações de impostos	(798.171)	(1.923.895)	(720.182)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	(19.453.969)	(6.497.318)	35.551.788
Atividades de investimento			
(Aquisição) de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes de caixa pagos	-	(442.122)	-
(Aquisição) de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(114.186.612)
(Aquisição) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(96.192.725)	(103.432.365)	-
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	82.760.146
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	99.911.819	103.897.609	-
Vencimento de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	4.219.351
Vencimento de ativos financeiros ao custo amortizado	17.458.880	21.759.857	-
(Aquisição) de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	(204.557)
(Aquisição) de ativos financeiros ao custo amortizado	(41.401.367)	(70.719.797)	-

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (continuação)

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	613.246	688.885	796.869
(Aquisição) de investimentos em coligadas	-	(52.844)	(83.172)
Alienação de investimentos em coligadas	17.961	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	716.581	1.463.448	845.134
(Aquisição) de imobilizado de uso	(2.629.435)	(2.389.433)	(1.897.645)
Alienação de imobilizado de uso	816.907	361.240	445.347
(Aquisição) de ativos intangíveis	(2.696.067)	(3.053.156)	(3.743.704)
Dividendos recebidos	4.404	50.264	83.341
Juros recebidos	8.053.047	17.383.392	12.735.539
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	(15.326.749)	(34.485.022)	(18.229.963)
Atividades de financiamento			
Emissão de recursos de emissão de títulos	84.982.152	85.963.195	62.237.380
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(60.215.940)	(69.747.110)	(72.494.509)
Emissão de dívidas subordinadas	-	10.890.606	6.594.610
Pagamento de dívidas subordinadas	(3.207.429)	(9.181.501)	(8.666.038)
Pagamento de arrendamento	(1.067.573)	-	-
Aumento/(Redução) da participação dos acionistas não controladores	(106.741)	2.265	2.099
Juros pagos	(16.951.569)	(16.986.503)	(24.465.562)
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos	(17.751.148)	(6.539.193)	(6.512.102)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	(14.318.248)	(5.598.241)	(43.304.122)
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(49.098.966)	(46.580.581)	(25.982.297)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	110.225.630	156.054.442	181.230.427
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	752.829	751.769	806.312
No encerramento do exercício	61.879.493	110.225.630	156.054.442
(Redução)/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(49.098.966)	(46.580.581)	(25.982.297)
Transações não de caixa			
Operações de crédito transferidas para ativos não correntes	1.934.762	1.947.924	1.953.996
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, ainda não pagos	126.755	4.876.458	4.295.314
(Ganhos)/perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	-	-	(2.187.365)
(Ganhos)/perdas não realizados em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(5.795.435)	296.915	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

1) Informações gerais

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento e administração de consórcio. O segmento de seguros contempla os seguros de automóveis, saúde, vida, acidentes, propriedades, planos de previdência complementar, empreendimentos imobiliários e títulos de capitalização.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, *corporate finance* e serviços de banco de investimento, operações de *hedge* e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”).

As demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as normas em IFRS, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2020.

2) Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da Organização foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis consolidadas incluem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do resultado abrangente, a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas explicativas.

A Organização classifica suas despesas pelo critério de natureza.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresenta as alterações no caixa e equivalentes de caixa ocorridas no exercício, oriundas das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos de alta liquidez. A Nota 18 apresenta a classificação dos itens de caixa e equivalentes de caixa nas contas do balanço patrimonial consolidado. A demonstração consolidada dos fluxos de caixa foi elaborada utilizando o método indireto. Portanto, o saldo de lucro antes dos impostos e da parcela de participação dos acionistas não controladores foi ajustado por transações que não afetam o caixa, tais como, provisões, depreciações, amortizações e perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos. Os juros e dividendos recebidos e pagos são classificados como de atividades operacionais, de financiamento ou investimento nos fluxos de caixa de acordo com a natureza correspondente nos ativos e passivos.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações contábeis consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da provisão para perda esperada de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo das provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados e por todas as empresas da Organização incluindo os investimentos por equivalência patrimonial.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais empresas controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

	Ramo de atividade	Participação no capital	
		31 de dezembro	
		2019	2018
Ramo Financeiro – País			
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	100,00%	100,00%
Banco Alvorada S.A. (1)	Bancária	-	100,00%
Banco Bradescard S.A.	Cartões	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	Banco de Investimentos	99,96%	99,96%
Banco Bradesco BERJ S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Cartões S.A. (2)	Cartões	-	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (3)	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	100,00%	100,00%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Adm. de Ativos	100,00%	100,00%
Kirton Bank Brasil S.A.	Bancária	100,00%	100,00%
Tempo Serviços Ltda.	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior			
Banco Bradesco Argentina S.A.U (3)	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Europa S.A. (3)	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (3) (4)	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (3)	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (3)	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (3)	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (3)	Corretora	100,00%	100,00%
Cidade Capital Markets Ltd (3)	Bancária	100,00%	100,00%
Bradescard México, sociedad de Responsabilidad Limitada (5)	Cartões	100,00%	100,00%
Ramo Segurador, de Previdência e de Capitalização - País			
Atlântica Companhia de Seguros	Seguradora	100,00%	100,00%
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Seguradora	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	Capitalização	100,00%	100,00%
Bradesco Saúde S.A.	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A. (8)	Seguradora	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A. (6)	Saúde Dental	50,01%	50,01%
Ramo Segurador - Exterior			
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (3) (6)	Seguradora	100,00%	99,98%
Outras Atividades - País			
Andorra Holdings S.A.	Holding	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Ramo de atividade	Participação no capital	
		31 de dezembro	
		2019	2018
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	Imobiliária	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Columbus Holdings S.A.	Holding	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	Holding	100,00%	100,00%
Outras Atividades - Exterior			
Bradesco North America LLC (3)	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (7)			
Bradesco F.I.R.F. Master II Previdência	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I. Referenciado DI Performance	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.C.F.I. R.F. VGBL F10	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.R.F. Master IV Previdência	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.R.F. Master Previdência	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Private F.I.C.F.I. RF PGBL/VGBL Ativo	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI União	Fundo de Investimento	99,99%	99,90%
Bradesco Private F.I.C.F.I. R.F. PGBL/VGBL Ativo - F 08 C	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.C.R.F. VGBL FIX	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.C.F.I. Renda Fixa V-A	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(1) Empresa incorporada em abril de 2019 pela empresa Kirton Bank S.A.;

(2) Empresa incorporada em agosto de 2019 pela empresa Banco Bradesco S.A.;

(3) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(4) Está sendo consolidada a entidade de propósito específico denominada International Diversified Payment Rights Company, sociedade participante da operação de securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento recebidas do exterior;

(5) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(6) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias; e

(7) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

i. Controladas

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Organização, possui o controle. A Organização possui o controle sobre a investida se estiver exposta a, ou tiver direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As subsidiárias são consolidadas em sua totalidade a partir do momento em que a Organização obtém o controle sobre as suas atividades até a data em que esse controle cesse.

Para aquisições que se enquadrem na definição de negócio, é aplicado o método do custo de aquisição. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo da contraprestação, incluindo os ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Ativos identificáveis adquiridos e obrigações e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente ao valor justo na data da aquisição, independentemente da extensão de qualquer participação de não controlador. A contraprestação transferida que exceder ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos identificáveis e a participação dos acionistas não controladores adquiridos são registradas como ágio. Qualquer ágio resultante da combinação de negócio é testado para determinar se há alguma indicação de perdas por redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de redução desse valor, sendo baixado caso necessário. Se o custo da aquisição for inferior ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado consolidado.

Para aquisições que não se enquadrem na definição de negócio, a Organização aloca o custo entre os ativos e passivos individuais identificáveis. O custo dos ativos e passivos adquiridos é determinado: (a) pela contabilização de ativos e passivos financeiros ao seu valor justo na data da aquisição, e (b) pela alocação do saldo remanescente do custo de compra dos ativos e passivos para os ativos e passivos individuais, que não sejam instrumentos financeiros, com base no valor justo destes instrumentos na data da aquisição.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

ii. Coligadas

São classificadas como coligadas todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto.

Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Organização pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável) identificado na aquisição.

iii. Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)

A Organização participa de acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica, sujeita ao controle conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores). *Joint venture* é um acordo conjunto no qual a Organização detém controle conjunto dos ativos líquidos sobre o acordo firmado. Os investimentos em empreendimento controlado em conjunto são registrados nas demonstrações contábeis consolidadas da Organização pelo método de equivalência patrimonial.

iv. Entidades estruturadas

Entidade estruturada é uma entidade que foi projetada de modo que os direitos de voto ou similares não são os fatores dominantes ao decidir quem controla a entidade, como, por exemplo, quando quaisquer direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

A entidade estruturada, frequentemente, contempla algumas ou todas as características ou atributos seguintes:

- atividades restritas;
- objeto social restrito e bem definido, como, por exemplo, efetuar arrendamento eficiente em termos fiscais, conduzir atividades de pesquisa e desenvolvimento, oferecer fonte de capital ou de financiamento a uma entidade ou oferecer oportunidades de investimento a investidores pela transferência aos investidores dos riscos e benefícios associados aos ativos da entidade estruturada;
- patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado; e
- financiamento na forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (*tranches*).

v. Transações e participações de não controladores

A Organização contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

vi. Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Organização (exceto ganho e perda com variação cambial), incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as empresas, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiquem a existência de perdas por redução ao valor recuperável, que deva ser reconhecida nas demonstrações contábeis consolidadas. Práticas contábeis consistentes, bem como métodos de avaliação similares para transações, eventos e circunstâncias similares, são utilizadas para todas as empresas da Organização para fins de consolidação.

b) Conversão de moeda estrangeira

i. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada empresa da Organização são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda de apresentação da Organização. As subsidiárias locais e estrangeiras adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a subsidiária do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional.

ii. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, que são transações expressas ou liquidadas em moeda estrangeira, são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço. Os ativos e passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira”.

No caso de alterações no valor justo dos ativos monetários denominados em moeda estrangeira, classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma separação é efetuada entre as variações cambiais relacionadas ao custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título, exceto perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido.

iii. Empresas controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial consolidado apresentado são convertidos pela taxa cambial de fechamento na data de divulgação;
- As receitas e despesas para cada demonstração consolidada de resultado são convertidas em reais pelas taxas médias cambiais (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor na data da transação, caso em que as receitas e despesas são convertidas nas datas das operações); e

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

As diferenças de câmbio decorrentes desse processo são alocadas no patrimônio líquido como "ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior".

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas na conversão do investimento líquido em empresas no exterior são classificadas em "Outros resultados abrangentes". Entretanto, se a controlada não for uma subsidiária integral, a parte proporcional de diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, depósitos bancários, reserva bancária junto ao Banco Central do Brasil sem restrições e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pela Organização para gerenciar os seus compromissos de curto prazo. Veja Nota 18 (b) – Caixa e equivalentes de caixa.

d) Ativos e passivos financeiros

Práticas Contábeis adotadas a partir de 01 de janeiro de 2018.

i. Ativos financeiros

No ano de 2018 a Organização passou a aplicar a IFRS 9 que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no IAS 39: (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

A IFRS 9 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a entidade administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*).

- **Teste SPPI:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período de tempo específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Organização com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, os ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Receita de juros e similares”. Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 2(d) (iii).

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, na rubrica de “Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Veja Nota 2(d)(viii) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os juros são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

ii. Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto pelos seguintes instrumentos financeiros.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros para negociação.

- **Passivos financeiros designados ao VJR no reconhecimento inicial**

São passivos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

- **Passivos financeiros para negociação**

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos. Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos, veja Nota 2(d) (iii).

- **Contratos de garantia financeira e compromissos de empréstimos**

Garantias financeiras são contratos que requerem a Organização a fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações contábeis ao valor justo na data em que a garantia foi dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades da Organização sobre tais garantias são mensuradas pelo maior valor entre (i) o valor da provisão para perdas esperadas e (ii) o valor inicialmente reconhecido, menos, se apropriado o valor acumulado da receita da taxa de serviço. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais”.

As perdas de crédito esperadas, referentes aos Compromissos de empréstimos, são reconhecidas no passivo e são calculadas, conforme descrito na nota 3.1.

iii. Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte e o da própria entidade.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

A Organização possui estruturas de *hedge* de fluxo de caixa, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele. Os detalhes dessas estruturas foram apresentadas na nota 3.2 – Risco de mercado.

iv. Reconhecimento

Inicialmente, a Organização reconhece os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados e demais ativos e passivos financeiros na data da negociação, conforme as disposições contratuais do instrumento.

v. Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas. Se uma renegociação ou modificação de termos de um ativo financeiro existente for tal que os fluxos de caixa do ativo modificado sejam substancialmente diferentes daqueles do ativo original não modificado, então o ativo financeiro original é baixado e o ativo financeiro modificado é reconhecido como um novo ativo financeiro e inicialmente mensurado pelo valor justo.

vi. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são confrontados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, a Organização possui a intenção e o direito legal de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vii. Determinação do valor justo

A determinação dos valores justos da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Uma descrição detalhada da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota 3.4.

viii. Perdas de créditos esperadas

A Organização avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), garantias financeiras e compromissos de empréstimos.

Os instrumentos financeiros tem a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Organização espera reaver descontados pela taxa efetiva de juros da operação;

Garantias financeiras: é o valor presente da diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar ao detentor da garantia e os valores que a Organização espera reaver descontados a uma taxa que reflita as condições de mercado; e

Compromissos de empréstimo: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos, caso o compromisso fosse utilizado e os fluxos de caixa que a Organização espera reaver descontados a uma taxa que reflita as condições de mercado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. A Organização pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.

Com relação aos Títulos Públicos, a Organização desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflete os fluxos de caixa, que podem resultar da execução do ativo, deduzido dos custos de obtenção e venda da garantia.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais, a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado.

Os critérios detalhados para cálculo da perda de crédito esperada e para determinação do aumento significativo do risco de crédito estão apresentados na nota 3.1.

Práticas Contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017.

A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações advindas do IFRS 9, portanto apresentamos abaixo as políticas contábeis aplicadas aos Instrumentos Financeiros até 31 de dezembro de 2017:

i. Operações compromissadas

Ativos financeiros vendidos com compromisso de recompra são classificados nas demonstrações contábeis como “Ativos financeiros cedidos em garantia”. O passivo desta transação é registrado como “Recursos de instituições financeiras”. Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” ou “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros na demonstração consolidada do resultado e é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

ii. Ativos financeiros

A Organização classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes ativos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado; e ativos financeiros para negociação (quando do reconhecimento inicial).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

A Organização não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

- Ativos financeiros para negociação (exceto Derivativos)

Os ativos financeiros para negociação são ativos mantidos pela Organização com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como mantidos para negociação.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação”. As receitas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em “Resultado líquido de juros”.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez ou que não são classificados em mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis ou a valor justo por meio do resultado.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada registrada em outros resultados abrangentes é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. As variações cambiais ativas ou passivas em investimentos de títulos de dívida classificadas como disponíveis para venda são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado.

• Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo, que a Organização tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis.

São reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os investimentos mantidos até o vencimento estão incluídos na demonstração consolidada do resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

deterioração, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida como uma dedução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, que não tenham sido designados como “disponíveis para venda” ou “a valor justo por meio do resultado” e que a Organização não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

São mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação e, subsequentemente, avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos no balanço patrimonial como empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ou a clientes. Os juros sobre empréstimos são incluídos no resultado como “Receita de juros e similares”. No caso de deterioração, a perda por valor redução ao valor recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos, e é reconhecida na demonstração do resultado, como “Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos”.

iii. Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: mensuradas ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros para negociação.

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

- **Passivos financeiros para negociação**

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos.

- **Passivos financeiros a custo amortizado**

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Eles são, inicialmente, registrados pelo seu valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições financeiras e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

iv. Depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados são as principais fontes de captação utilizadas pela Organização para financiamento de suas operações.

São inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e, subsequentemente, mensurados por seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

v. Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação”.

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (valuation por exemplo, swaps e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte e o da própria entidade.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

vi. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data de balanço, a Organização avalia se há evidências objetivas de que o valor contábil dos ativos financeiros estejam com perda ao seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupo de ativos financeiros, que podem ser estimados de modo confiável.

Os critérios que a Organização utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Quando torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados, a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora o evento de perda não possa ainda ser identificado ao nível dos ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo do grupo avaliado; e
- (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com a inadimplência sobre os ativos.

A Organização considera evidências de perda por redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos quanto para ativos em nível coletivo. Todos os ativos financeiros significativos são avaliados para se detectar perdas específicas.

Todos os ativos significativos, que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados, são avaliados coletivamente para detectar qualquer perda por redução ao

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

valor recuperável incorrida, porém ainda não identificada. Os ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, que não são individualmente significativos, são avaliados coletivamente para detectar perda por redução ao valor recuperável, agrupando-os conforme características de risco similares. Os ativos financeiros, que são individualmente avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável e que seja reconhecida uma perda, não são incluídos na avaliação coletiva de perda por redução ao valor recuperável.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflete os fluxos de caixa, que podem resultar da execução do ativo, deduzido dos custos de obtenção e venda da garantia.

Para efeitos de uma avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito (isto é, com base no processo, a Organização classifica o tipo de produto, segmentos de atuação, localização geográfica, tipo de garantia, vencimento e outros fatores relacionados). Essas características são relevantes para a estimativa dos fluxos de caixa futuros para grupos de tais ativos, por serem indicativos da capacidade do devedor de pagar todas as quantias devidas, de acordo com os termos contratuais dos ativos a serem avaliados.

Os fluxos de caixa futuros em um grupo de ativos financeiros, testados conjuntamente para determinar se há alguma redução ao valor recuperável, são estimados com base nos fluxos de caixa contratados de um grupo de ativos e no histórico de perdas para os ativos com características de risco de crédito similares as do grupo de ativos. O histórico de perdas é ajustado de acordo com dados atuais observáveis para refletir os efeitos das condições atuais, que não afetaram o período no qual o histórico de perda se baseia e para desconsiderar os efeitos das condições existentes no período histórico e que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após a perda por redução ao valor recuperável, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, a fim de mensurar a perda por redução ao valor recuperável.

Quando não for possível receber um crédito, este é baixado contra a respectiva provisão para perda por redução ao valor recuperável de créditos. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Organização avalia, ao final de cada período de apresentação de relatórios, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está se deteriorando. Para os instrumentos de dívida, a Organização utiliza os critérios supra mencionados no item (a), a fim de identificar um evento de perda.

No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é considerado uma evidência de que foram incorridas perdas ao seu valor recuperável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente - é baixada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida, classificado como disponível para venda, aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado. Perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos de capital reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Aumento no valor justo dos instrumentos de capital, após a redução ao valor recuperável, é reconhecido diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

e) Ativos não correntes mantidos para venda

Em alguns casos, uma propriedade é reintegrada após a execução dos créditos inadimplentes. Propriedades reintegradas são mensuradas pelo valor contábil ou pelo seu valor justo deduzidos os custos de venda – o que for menor, e o montante é registrado em “Ativos não correntes mantidos para venda”.

f) Imobilizado de uso

i. Reconhecimento e avaliação

Os imobilizados de uso são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (veja Nota 2(i) abaixo), quando aplicável. O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O custo de ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão de obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à sua funcionalidade.

Quando as partes de um item possuem diferentes vidas úteis, e for praticável seu controle em separado, estas são contabilizadas como itens separados (principais componentes) do imobilizado de uso.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados (pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais”.

ii. Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado de uso é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para a Organização, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. O valor contábil dos itens substituídos não é reconhecido. Demais custos de reparos e manutenção do imobilizado de uso são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e sua vida útil. Terrenos não são depreciados. Vida útil e valores residuais são reavaliados a cada data do balanço e ajustados, quando aplicáveis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. São decorrentes de combinações de negócios ágio e a compra de outros ativos intangíveis, as licenças de *software* e os outros ativos intangíveis. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

No geral, os ativos intangíveis identificados da Organização possuem vida útil definida. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados - veja Nota 2(i) abaixo.

i. Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou ganho por compra vantajosa) é originado no processo de aquisição de controladas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Organização, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada ou *joint venture* na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas e *joint ventures* é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Organização sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente, ou sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável (veja Nota 2(i) abaixo). Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem a consideração do valor contábil do ágio em relação à entidade vendida.

ii. *Software*

Software adquirido pela Organização é registrado ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando a Organização consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, e utilizar o *software* de modo a gerar benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *software* desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelo seu custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (veja Nota 2(i) abaixo).

Gastos subsequentes com *software* são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de um *software* varia de dois a cinco anos. A vida útil e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados, quando necessário.

iii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis referem-se, basicamente, à carteira de clientes e aquisição de direito de prestação de serviços bancários. São registrados ao custo menos amortização e as perdas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e amortizados pelo período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro.

Esses ativos intangíveis são revisados anualmente, ou sempre que ocorrer eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar uma irrecoverabilidade do valor contábil dos ativos. Se necessário, sua baixa ou *impairment* (veja Nota 2(i) abaixo) é reconhecida imediatamente no resultado.

h) Arrendamento mercantil

Até 31 de dezembro de 2018 a Organização adotou o IAS 17 como prática contábil para registro de suas operações de arrendamento, conforme descrito abaixo. A IFRS 16 é mandatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Práticas Contábeis adotadas até 31 de Dezembro de 2018

A Organização possui arrendamento mercantil financeiro e operacional, participando tanto como arrendador quanto como arrendatário.

Os arrendamentos, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamentos financeiros.

Os arrendamentos, cuja Organização assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Como arrendatário, a Organização classifica seus arrendamentos, substancialmente, como arrendamentos operacionais, sendo que os pagamentos mensais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento pelo prazo de vigência do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes do vencimento contratual, qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos contingentes são contabilizados, por meio de revisão dos pagamentos mínimos de arrendamento sobre o prazo remanescente da operação quando o ajuste do arrendamento for confirmado.

Como arrendador, a Organização possui, substancialmente, contratos de *leasing* financeiro, em valor e quantidade de contratos.

i. Concessão de arrendamento mercantil financeiro

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro no balanço patrimonial é realizado na conta de “empréstimos e adiantamentos a clientes” a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pela Organização e incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento e reconhecido como parte da taxa de juro do contrato, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação à negociação, estruturação e vendas de arrendamentos mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa, no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido feito pela Organização.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados no mínimo anualmente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada periodicamente e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida no resultado imediatamente.

Os recebíveis de arrendamento estão sujeitos aos requisitos de Baixa e de Perdas de crédito esperadas, descritos no tópico acima, Ativos e passivos financeiros, itens v e viii, respectivamente.

ii. Concessão de arrendamento mercantil operacional

Os ativos mantidos em um arrendamento operacional no balanço patrimonial, quando a Organização atua como arrendador, são contabilizados nas contas do ativo, de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pela Organização são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

A receita do arrendamento é reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na realização da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciáveis é consistente com a política de depreciação utilizada pela Organização para ativos similares.

Práticas Contábeis adotadas a partir de 1 de Janeiro de 2019

A Organização avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Bradesco aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Organização reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

No início de um arrendamento, a Organização reconhece um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Organização leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da IFRS 16 pois tratam-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Organização aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

i) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), exceto imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados, no mínimo, anualmente, na mesma data, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno. O montante de ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC ou

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não pode ser revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável será revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável ou somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, quando relevantes.

Obrigações legais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da propabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Classificação dos contratos de seguro e de investimento

Um contrato de seguro é aquele em que a Organização aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro incerto, específico e adverso ao segurado. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguros significativo. Os contratos no segmento de seguro, classificados como contratos de investimento, são produtos relacionados aos títulos de capitalização uma vez

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

que estes não transferem risco de seguro significativo e são contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

I) Provisões técnicas de seguros e previdência

i. Seguros de danos

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “*pro rata*” dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, e contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão, correspondente à estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

No seguro de Automóvel, a Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP), subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data base do cálculo. Para apurar o IBNP, é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 10 semestres para os ramos de danos e dos últimos 11 trimestres para o ramo de garantia estendida, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação. Já nos demais seguros de Danos, o IBNR é calculado com triângulos também de 10 semestres, porém projetando apenas os novos avisos, ou seja, não há estimativa de IBNER nesses seguros.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço, corrigidos monetariamente, líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro, como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda carteira.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (veja Nota 2(vi) abaixo), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Para a data-base, não foi identificado necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

As Outras Provisões Técnicas (OPT) correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

ii. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, e contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os Riscos Vigentes mas Não Emitidos é constituída na PPNG-RVNE.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas.

A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

transferidas para a entidade receptora.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais e estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ) elaboradas pela Fenaprevi e autorizadas pela Susep. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura.

A Provisão de Excedente Técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

iii. Seguros de Saúde e Dental

A provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG) é calculada pro rata dia, com base nos prêmios do seguro saúde, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos a decorrer dos contratos de seguros, cuja vigência tenha se iniciado.

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas.

Para o seguro saúde, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é calculada levando-se em consideração, além da taxa de desconto de 3,9% (4% em 31 de dezembro de 2018) ao ano, a expectativa de permanência dos titulares no plano até sua saída do grupo por falecimento, e a partir deste momento, os custos relacionados à permanência dos dependentes no plano por cinco anos sem o correspondente pagamento de prêmios.

Para o seguro saúde, a provisão matemática de benefício concedido (PMBC) é constituída pelas obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias, referentes à cobertura de assistência à saúde e pelos prêmios por pagamento dos segurados participantes do seguro Bradesco Saúde – “Plano GBS”, considerando uma taxa de desconto de 3,9% (4% em 31 de dezembro de 2018) ao ano.

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada a partir da estimativa final dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off*, mensais que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses para o seguro saúde e nos últimos 18 meses para o seguro odontológico, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. A metodologia empregada prevê, ainda, fatores de agravamento para capturar desenvolvimento de sinistros que ocorrem num prazo superior a 12

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

meses.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) para os seguros de saúde considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e inclui todo sinistro em discussão judicial e os custos relacionados atualizados monetariamente.

As outras provisões técnicas (OPT) são constituídas, para a carteira de saúde individual, para fazer face às diferenças resultantes entre o valor presente esperado dos prêmios futuros e o valor presente esperado de indenizações e despesas relacionadas futuras, considerando-se a taxa de desconto de 3,9% (4% em 31 de dezembro de 2018) ao ano.

iv. Operações com o seguro DPVAT

As receitas de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão de bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/15. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

v. Previdência complementar aberta e seguros de vida de contribuição variável com cobertura de sobrevivência (VGBL)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “*pro rata*” dia, com base nos prêmios líquidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão, corresponde a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) é constituída para participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Nos planos de previdência com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais.

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) vinculadas a planos de previdência e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs).

A Provisão de Resgates e outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras, referentes aos pagamentos de benefícios continuados.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP) (veja Nota 2(vi)). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais e estruturas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ) elaboradas pela Fenaprevi e autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer. As projeções são realizadas através do teste de adequação do passivo (TAP).

A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 16 semestres para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.

A provisão "Outras provisões técnicas (OPT)" compreende parte das provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos que foi transferido para esta rubrica contábil, conforme requerido pela SUSEP. Esse montante refere-se à diferença entre o cálculo das provisões matemáticas, realizado com premissas realistas, à época, aprovadas pela autarquia em 2004, e o cálculo com as bases técnicas definidas nas notas técnicas do produto.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo "Resultado financeiro".

vi. Teste de adequação de passivo (*Liability Adequacy Test* - "LAT")

A Organização elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro, segundo a IFRS 4, e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa, que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros, salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, foram utilizadas as taxas a termo livres de risco (ETTJ) elaboradas pela SUSEP (Danos) e Fenaprevi (Vida e Previdência) ambas autorizadas pela SUSEP.

O teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos, e não foram incluídos nos testes de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

• **Pessoas**

Para os produtos de previdência complementar aberta e vida com cobertura por

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

sobrevivência, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

A sinistralidade média projetada foi de 39,4% para os ramos pessoas individual e coletivo, obtida a partir de análise baseada em triângulos de desenvolvimento de sinistros da Companhia gerados com informações a partir de janeiro de 2009.

O resultado do teste de adequação de passivos (TAP) apresentou uma insuficiência e foi integralmente reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), vide nota 34.

• Danos

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL e IBNR.

O valor presente esperado do fluxo referente a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas referentes a produtos em *run-off*, foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE.

A sinistralidade média projetada foi de 23,8% para o ramo Garantia Estendida e de 57,12% para os ramos elementares, incluindo neste cálculo a estimativa de prêmio futuro da carteira de seguro habitacional, cuja característica é baixa sinistralidade e prazos longos de vigência, pois acompanha o período de financiamento do imóvel.

O resseguro médio projetado no estudo, calculado com base nos sinistros avisados foi de 7,14%.

O resultado do teste de adequação, para os seguros de danos, não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

m) Operações de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Organização para com os segurados.

Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

n) Custos de aquisição diferidos

Compõem os custos de aquisição diferidos, os montantes referentes a comissões, agenciamentos e angariações relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices e contratos de previdência, ou pelo prazo médio de doze meses. As despesas com agenciamentos relativos à comercialização de planos de saúde são apropriadas no período de vinte e quatro meses.

Compreende, também, o custo de aquisição diferido relativo ao contrato de exclusividade com a rede varejista, por comercialização do seguro garantia estendida pelo prazo inicial de 12 anos, com a extensão de mais 4 anos de contratos, totalizando 16 anos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

o) Benefícios aos empregados

O Bradesco reconhece (conforme IAS 19), prospectivamente, a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefícios definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial, e reconheça as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do resultado do período.

i. Planos de contribuição definida

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é separadamente calculada para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós emprego no desligamento da Organização ou momento da aposentadoria.

A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.

As remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano diferente da expectativa (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

iii. Benefícios rescisórios

Os benefícios rescisórios são exigíveis quando o vínculo de emprego do funcionário é rescindido pela Organização antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço são descontados a valor presente.

iv. Benefícios de curto prazo

Benefícios como salários, contribuições para a seguridade social, licenças anuais remuneradas e licenças médicas remuneradas, participação nos lucros e bônus (quando pagáveis dentro de doze meses da data do balanço) e benefícios não monetários, tais como assistência médica, são registrados como despesa na demonstração do resultado, sem desconto ao valor presente, se a Organização tiver a obrigação legal ou construtiva de efetuar o pagamento como resultado de serviço passado realizado/efetuado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

p) Planos de capitalização

Os títulos de capitalização registrados em “Outros passivos”, têm seus passivos financeiros e suas receitas calculadas no momento de sua emissão.

Os títulos são emitidos de acordo com os tipos de pagamentos, mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, cujo valor do depósito é capitalizado mensalmente pelo indexador Taxa Referencial – TR e por taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título e que forma o montante da rubrica de “Outros Passivos de Títulos de Capitalização”.

Ainda, os beneficiários dos títulos concorrem, através de sorteios, a prêmios em dinheiro. Ao final do período de capitalização, pré-determinado quando da emissão do título, o beneficiário pode resgatar o valor nominal pago acrescido da Taxa Referencial – TR, mesmo que não tenha sido beneficiado em nenhum sorteio. Estes produtos são regulamentados pelo Órgão Regulador de seguros no Brasil, porém não atendem à definição de contrato de seguro segundo, a IFRS 4 e, portanto, são classificados como um passivo financeiro, segundo a IAS 39.

Os valores não reclamados dos planos de capitalização são desreconhecidos quando a obrigação legalmente expira, de acordo com a IAS 39, pelo fato de ser relacionado a desreconhecimento de passivo financeiro.

As despesas com colocação de títulos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

q) Juros

As receitas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA, exceto instrumentos de patrimônio e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Organização estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

r) Serviços e comissões

As receitas e despesas de serviços e comissões, que fazem parte e são diretamente alocáveis a taxa de juros efetiva de um ativo ou passivo financeiro, são incluídas na mensuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, compostas substancialmente por taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimento, anuidade de cartões, tarifas de cobranças e consórcio, são reconhecidos, conforme requisitos da IFRS 15, à medida em que as obrigações de desempenho são cumpridas. O preço é alocado à prestação de serviço mensal, sendo a receita alocada ao resultado da mesma maneira. Quando não é esperado que o compromisso de um empréstimo resulte na queda do mesmo, as taxas relacionadas ao compromisso são reconhecidas, em uma base linear ao longo do prazo do compromisso. Outras despesas com taxas e comissões são relacionadas, principalmente, com transações e taxas de serviços que são reconhecidos quando recebidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

s) Resultado de seguros

Os prêmios de seguros e cosseguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos no resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os prêmios de seguro saúde são registrados na conta de prêmios (resultado) ou provisão para prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), conforme período de cobertura dos contratos vigentes na data do balanço.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo “DPVAT” são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A. (IRB), respectivamente.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas, que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. O diferimento dessas operações é realizado de modo consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

Os custos de aquisição relativos à comissão de seguros são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

As angariações e agenciamento das operações de seguros são diferidos e apropriados ao resultado, de maneira linear, pelo prazo de 24 meses nas operações de seguro saúde e pelo prazo de 12 meses nas demais operações.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência, segundo taxas estabelecidas contratualmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

t) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativo – Impostos Diferidos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Passivo – Impostos Diferidos”, sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Despesas com impostos compreendem os impostos correntes e diferidos. Impostos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal também é reconhecido no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Ativos fiscais correntes são valores de impostos a serem recuperados via restituição ou compensação com impostos devidos, originados por excesso de tributos pagos com relação ao período corrente e/ou anteriores.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação, que não seja combinação de negócios, e que não afete a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) quando seja provável que elas não revertam no futuro previsível; e
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou, substantivamente, decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

A partir de 01 de janeiro de 2019 passou a ser obrigatória a aplicação da IFRIC 23 na determinação do imposto de renda corrente e diferido. A Organização realiza estudo sobre os efeitos produzidos pela referida norma que leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se tenha que ser realizado algum pagamento adicional de imposto de renda e acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é respaldada em estimativas e premissas que podem envolver julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Organização a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação ou sobre entidades fiscais diferentes, mas as mesmas pretendem liquidar os ativos e passivos de imposto corrente em bases líquidas ou seus ativos e passivos serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

u) Apresentação de relatório por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a tomada de decisões pela Diretoria Executiva (sendo o principal tomador de decisões operacionais), que é composta pelo Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores Gerentes e Diretores Adjuntos. A Organização opera, principalmente, nos segmentos bancário e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização realiza operações no setor bancário através das agências localizadas no país, das agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. O segmento de seguros consiste em operações de seguros, previdência complementar e capitalização, através da subsidiária Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

v) Patrimônio líquido

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias.

i. Custo de emissão de ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, reduzido de impostos, mitigando o valor de mensuração inicial das ações.

ii. Lucro por ação

A Organização apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Organização pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações adquiridas pela Organização e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

iii. Dividendos a pagar

Dividendos sobre ações são pagos e provisionados durante o exercício. Em Assembleia Geral de Acionistas, são destinados no mínimo o equivalente a 30% do Lucro Líquido Ajustado Anual, de acordo com o Estatuto Social. Dividendos que foram aprovados e declarados após a data-base das demonstrações contábeis, são divulgados na nota de eventos subsequentes.

iv. Transações de capital

Transações de capital são transações entre sócios, na qualidade de proprietários de um investimento. Essas transações alteram as participações societárias detidas pelo controlador em uma controlada. Desde que não haja perda de controle, a diferença entre o valor pago e o valor justo da transação é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

3) Gerenciamento de riscos

Estruturas de gerenciamento de riscos e capital

As estruturas da atividade de gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital são compostas por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões.

A Organização dispõe do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital - COGIRAC, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas às políticas de gerenciamento e limites de exposição a riscos e assegurar no âmbito da Organização o cumprimento dos processos, políticas, normas relacionadas e o cumprimento de regulamentações e legislações aplicáveis à Organização.

Subsidiando esse comitê, existem os Comitês Executivos de: a) Acompanhamento de Riscos, b) Gerenciamento de Riscos, c) Prevenção e Combate a Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (PLD-FT)/Sanções e Segurança da Informação/*Cyber* e d) Grupo Bradesco Seguros e da BSP Empreendimentos Imobiliários, existindo ainda o Comitê Executivo de Produtos e Serviços e os Comitês Executivos das áreas de negócios, que, dentre suas atribuições, sugerem os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e ao Conselho de Administração.

Destaca-se também na estrutura de governança o Comitê de Riscos, cujo objetivo principal é avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos.

O COGIRAC e o Comitê de Riscos assessoram o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos, do capital, controles internos e *compliance*.

Destaca-se nesta estrutura o Departamento de Controle Integrado de Riscos (DCIR), cuja missão é promover e viabilizar o controle de riscos e a alocação de capital, através de práticas robustas e da certificação da existência, da execução e da efetividade de controles que assegurem níveis aceitáveis de riscos nos processos da Organização, de forma independente, consistente, transparente e integrada. Este Departamento também tem por atribuição atender as determinações do Banco Central do Brasil pertinentes às atividades de gerenciamento de riscos.

Apetite a Riscos

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Apetite a Riscos ("*Risk Appetite Statement* – RAS") é um importante instrumento que sintetiza a cultura de risco da Organização.

Ao mesmo tempo, a RAS enfatiza a existência de um processo eficaz de responsabilidades na gestão operacional de riscos e na execução das funções de controle, assim como para as ações mitigatórias, disciplinares, processos de escalonamento e notificação à Alta Administração quando da violação dos limites de risco ou processos de controles estabelecidos.

A Declaração de Apetite a Riscos é revisada anualmente, ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração e monitorada permanentemente por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.

A RAS reforça a disseminação da cultura de risco ao possibilitar o conhecimento dos principais aspectos do apetite a riscos da Organização a todos os seus membros.

Para os diversos tipos de riscos, sendo estes mensuráveis e não mensuráveis, a Organização estabeleceu abordagens de controles, observando as principais dimensões globais:

Capital: a Organização busca manter, permanentemente, uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos mensuráveis incorridos (em situações

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

normais ou de estresse), bem como suportar eventuais perdas oriundas de riscos não mensuráveis e viabilizar possíveis aquisições estratégicas. Para atender este objetivo, foram estabelecidos *buffers* de capital, os quais fazem parte do arcabouço de apetite a riscos, sendo definidos e aprovados pelo Conselho de Administração.

A Organização estabeleceu que os Índices de Basileia, Nível I, de Capital Principal e Razão de Alavancagem devem corresponder, no mínimo, ao piso regulamentar, acrescido do *buffer* de Capital vigente. No mesmo sentido, o Grupo Bradesco Seguros (GBS) deve manter o Índice de Solvência mínimo acima do regulamentar, na visão consolidada, conforme os *buffers* definidos.

Liquidez: a Organização visa ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações por meio de fontes de captações pulverizadas e de baixo custo, para garantir uma estrutura de caixa compatível com o porte das suas obrigações, assegurando a sobrevivência mesmo em cenários adversos, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Para essa dimensão, foram estabelecidos indicadores de acompanhamento de Curto e de Longo Prazo. O Indicador de Liquidez de Curto Prazo – LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) corresponde à razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total de saídas líquidas de caixa, calculadas conforme cenário de estresse padronizado pelo Banco Central do Brasil. Já o Indicador de Liquidez de Longo Prazo – NSFR (*Net Stable Funding Ratio*) corresponde à razão entre as captações estáveis disponíveis e as captações estáveis necessárias. Para o Grupo Bradesco Seguros, o controle do risco de liquidez consiste no dimensionamento da Reserva Mínima de Liquidez (RML), representada pelo montante de recursos necessários para liquidar as obrigações em situações de estresse durante período de turbulência (30 dias) e sua relação com o Caixa Disponível, o qual é constituído, preponderantemente, de ativos líquidos de alta qualidade.

Rentabilidade: a Organização zela pelo crescimento sustentável de seus negócios e resultados e pela adequada remuneração do seu capital, buscando atender à expectativa de remuneração de seus acionistas em relação aos riscos assumidos em seus negócios.

A Organização monitora periodicamente os principais indicadores de performance dos resultados por linha de negócio, segmentos e produtos. Com base nesses acompanhamentos, são feitas análises, projeções e estudos no intuito de informar às áreas de negócios e à Alta Administração sobre os resultados individuais e consolidados, permitindo assim a tomada consciente de decisão e eventuais revisões estratégicas.

Crédito: a Organização direciona seu foco para clientes domésticos, de forma diversificada e pulverizada, tanto em termos de produtos como de segmentos, primando pela segurança e qualidade do portfólio, com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos, mantendo níveis de provisões e de concentrações adequados.

O monitoramento do risco de crédito é realizado através do acompanhamento contínuo das carteiras e exposições, com avaliação da evolução de seus volumes, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros. Adicionalmente, a Organização conta com um processo estruturado de governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação.

Em relação ao apetite a riscos, foram definidas métricas de acompanhamento dos limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, foi estabelecido indicador específico para o nível de inadimplência superior a 90 dias para Pessoa Física (PF) e um indicador de Margem de Capital Econômico de Risco de Crédito, com objetivo de monitorar e acompanhar o capital nas visões econômica e regulatória.

Mercado: a Organização visa alinhar as exposições às diretrizes estratégicas, com limites específicos estabelecidos de maneira independente e com os riscos mapeados, mensurados e classificados quanto à probabilidade e magnitude.

A Organização monitora e controla a possibilidade de perda financeira por conta da oscilação de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

preços e taxas dos instrumentos financeiros, visto que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores. Considerando a dinâmica deste tipo de risco e as características de cada carteira de investimento, foram estabelecidos diversos limites de riscos e de resultados.

Para a carteira *Trading* fazem parte do apetite a riscos os indicadores de *Value at Risk* (VaR), Cenários de Estresse para um mês, de Resultado Mensal e Trimestral e Exposição Financeira/Concentração. Para a carteira *Banking*, são acompanhados os Δ EVE Modelo Interno, Δ EVE Teste de *Outlier*, Δ NII Modelo Interno e Evolução das Posições Avaliadas a Mercado. Já para o Grupo Bradesco Seguros, os indicadores são o VaR para renda variável e o risco de taxa de juros (EVE).

Operacional: a Organização atua no sentido de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos seus negócios observando a conformidade com as leis, regulamentações e normas, assegurando que os processos sejam revestidos de controles eficientes.

Diante da ampla gama de produtos e serviços oferecidos, bem como o expressivo volume de atividades e operações realizadas, a Organização pode incorrer em perdas operacionais resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Neste sentido, no âmbito do Conglomerado Prudencial (de acordo com o Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2015, a apuração do Patrimônio de Referência e do montante do RWA, devem ser elaborados de acordo com as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, que são diferentes do IFRS, devido aos requerimentos exigidos e métodos de consolidação), a Organização estabeleceu limites de apetite e tolerância a perdas operacionais, que são acompanhados mensalmente. Adicionalmente, foi definido um indicador de monitoramento de disponibilidade dos principais canais de atendimento e sistemas, visando proporcionar a contínua prontidão no atendimento aos clientes.

Reputação: a Organização monitora sua reputação perante clientes, funcionários, órgão regulador, investidores e mercado em geral, visando assegurar a tempestiva identificação e avaliação de fontes potenciais deste risco e agir de forma preventiva para a sua mitigação.

O controle do risco reputacional visa assegurar que a Organização avalie e monitore a percepção das diversas partes interessadas visando identificar fontes potenciais de risco na reputação e agir de forma tempestiva na sua mitigação.

O controle desde risco é realizado por meio de um Índice Consolidado de Reputação, que é subdividido em dimensões sob as quais é possível apurar a reputação da Organização perante clientes, funcionários, órgão regulador, investidores e mercado em geral.

Modelo: a Organização utiliza modelos para apoio na tomada de decisões, elaboração de relatórios financeiros e de regulamentação, e para fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio. Neste contexto, a Organização reconhece a existência do risco associado ao uso dos modelos e a importância do seu processo de gerenciamento.

A Organização realiza a gestão e o controle do risco de modelo por meio de avaliação, inventário e classificação de relevância e risco de modelo, sendo respaldados por processos de governança.

Programa de Testes de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com um programa de testes de estresse definido como um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio da Organização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

No Programa de Testes de Estresse, os cenários são elaborados pelo Departamento de Estudos e Pesquisas Econômicas – DEPEC e discutidos com as áreas de Negócio, Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, Departamento de Controladoria, entre outras áreas. Os cenários e resultados são discutidos e aprovados em órgão colegiado específico para o tema. Posteriormente, são submetidos ao COGIRAC e ao Conselho de Administração, que além dos cenários e resultados dos testes de estresse, são responsáveis pela aprovação do programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

Os testes de estresse são utilizados como uma ferramenta para o gerenciamento dos riscos, na sua identificação, na mensuração, na avaliação, no monitoramento, no controle e na mitigação dos riscos da instituição. Os resultados dos testes de estresse são insumos para avaliação dos níveis de capital e de liquidez da instituição, para a elaboração dos respectivos planos de contingência, para a avaliação da adequação de capital e para o plano de recuperação. Da mesma forma, os resultados são considerados nas decisões relativas as diretrizes estratégicas, na definição dos níveis e limites de apetite a riscos aplicados ao gerenciamento de riscos e de capital, assim como na definição de ações de governança com o objetivo de mitigação dos riscos identificados alinhando-os ao apetite a riscos da Organização.

3.1. Risco de crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preserva a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

A Organização mantém total controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e exposição potencial futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*) e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

Com relação as formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

A área de monitoramento de risco de crédito participa ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta área atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

Concessão de crédito

Sob a responsabilidade do Departamento de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo este processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e a fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais e comportamentais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para o deferimento depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). As propostas de negócio com riscos acima destas alçadas são submetidas para análise técnica e deferimento do Departamento de Crédito.

O Comitê Executivo de Crédito, por sua vez, tem por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites deste Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação, a depender dos valores envolvidos.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit e Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de risco de crédito

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de risco socioambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos socioambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas pelos grupos econômicos/clientes da Organização (Rating Operacional Final – ROF) é distribuída em uma escala de graduação em níveis, proporcionando maior aderência aos requisitos previstos no Acordo de Capital de Basileia, preservando os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional para constituição das provisões cabíveis.

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, modalidade do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento e valor do crédito contratado.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos (pessoas jurídicas) fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas no nível grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se em variáveis cadastrais, tais como renda, patrimônio, restrições e endividamento, além do histórico de relacionamento com a Organização, valendo-se também de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da situação econômico-financeira de uma empresa e sua capacidade de repagamento dos empréstimos contratados.

Controle e acompanhamento

O risco de crédito da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo feito na área de Risco de Crédito do Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR. O Departamento assessora o Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos, onde são discutidas e formalizadas as metodologias para mensuração do risco de crédito. Os temas de relevância debatidos neste Comitê são reportados ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que está subordinado ao Conselho de Administração.

Além do comitê, a área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, adequação das provisões para créditos de liquidação duvidosa, recuperações de crédito, perdas bruta e líquida, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar dentre outros. Essas informações também são reportadas, mensalmente, ao Comitê

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

de Auditoria.

A área acompanha ainda todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica onde a empresa tem as exposições mais representativas.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado diariamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores.

A Organização também dispõe de um sistema corporativo de indicadores de risco de crédito, onde são disponibilizadas as informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, para as áreas de concessão de crédito, recuperação de crédito, diretorias de segmento, gerências regionais e agências. Este sistema possibilita a visualização das informações desde um nível macro até o nível mais detalhado, permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de rating, entre outros).

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 3 a 8 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo.

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias, exceto para financiamento imobiliário residencial que é entre 31 e 180 dias, ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou “*impaired*”): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias, exceto para financiamento imobiliário residencial que é acima de 180 dias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco; e
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias, exceto para financiamento imobiliário residencial que é entre 31 e 180 dias, ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou “*impaired*”): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias, exceto para financiamento imobiliário residencial que é acima de 180 dias, ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco; e
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia. Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Exposição ao risco de crédito**

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2019		Em 31 de dezembro de 2018	
	Valor bruto	Perda esperada	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 18)	109.610.999	-	107.209.743	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 19)	249.759.777	-	246.161.150	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 21) (1)	192.450.010	-	178.050.536	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 22)	59.083.791	(44.465)	105.250.928	(1.978)
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 23)	457.392.375	(33.863.659)	411.492.655	(31.105.579)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 24)	171.551.837	(4.633.477)	143.626.776	(3.022.038)
Outros ativos financeiros (Nota 29)	56.101.781	-	43.893.309	-
Provisão para perda esperada				
Compromissos de Empréstimos (Nota 23 e 40)	249.866.767	(2.318.404)	228.474.660	(2.551.676)
Garantias financeiras (Nota 23 e 40)	78.231.145	(1.970.321)	72.870.964	(719.216)
Total da exposição	1.624.048.482	(42.830.326)	1.537.030.721	(37.400.487)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

A exposição total relativa ao risco de crédito da Organização atingiu R\$ 1.624.048.482 mil em 2019, apresentando aumento de 8,3% em relação a 2018.

Desta exposição, R\$ 109.610.999 mil, ou seja, 6,7% do total referem-se ao caixa (recursos em espécie) e disponibilidades em bancos, compostos, principalmente, por recursos depositados no Banco Central do Brasil, classificados como de baixo risco de crédito.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (15,4% da exposição total) apresentam em sua maioria baixo risco de crédito, são compostos principalmente por títulos de emissão do governo brasileiro registrados ao valor justo, incluem também instrumentos financeiros derivativos.

Os Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R\$ 192.450.010 mil (11,9% da exposição total), estão registrados a valor de mercado, sendo representado em sua maioria por títulos públicos brasileiros, para maiores detalhes destes ativos, vide nota 21.

Os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras que são 3,6% do total são compostos basicamente por operações compromissadas e classificadas como de baixo risco de crédito.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes representam 28,2% do total da exposição, para maiores detalhes destes ativos e da respectiva perda esperada, vide maiores detalhes na nota 23.

Os ativos financeiros ao custo amortizado representam 10,6% do total, para maiores detalhes destes ativos, vide nota 24.

As operações classificadas como "Outros ativos financeiros", representam 3,5% do total e são compostas basicamente por operações de câmbio e depósitos em garantia.

Em 2019, os itens não registrados no balanço patrimonial consolidado referente a compromissos de empréstimos e garantias financeiras (registrados em contas de compensação) totalizam R\$ 328.097.912 mil, representando 20,2% da exposição total.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Empréstimos e adiantamentos a clientes****Concentração do risco de crédito**

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Maior devedor	1,9%	2,2%
Dez maiores devedores	7,7%	9,1%
Vinte maiores devedores	11,3%	12,9%
Cinquenta maiores devedores	16,7%	18,6%
Cem maiores devedores	20,1%	22,9%

Por setor de atividade

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2019	%	2018	%
Setor público	8.899.863	1,9	9.259.368	2,3
Petróleo, derivados e atividades agregadas	8.870.762	1,9	9.092.151	2,2
Energia elétrica	3.032	-	1.829	-
Demais setores	26.069	-	165.388	-
Setor privado	448.492.512	98,1	402.233.287	97,7
Pessoa jurídica	218.076.522	47,7	209.365.567	50,9
Atividades imobiliárias e construção	21.695.592	4,7	25.267.761	6,1
Varejo	35.521.621	7,8	32.472.286	7,9
Serviços	20.136.089	4,4	19.086.508	4,6
Transportes e concessão	20.807.687	4,5	17.261.369	4,2
Automobilística	12.723.830	2,8	11.284.972	2,7
Alimentícia	11.067.069	2,4	12.040.631	2,9
Atacado	14.327.816	3,1	11.467.168	2,8
Energia elétrica	2.868.563	0,6	4.784.015	1,2
Siderurgia e metalúrgica	9.022.956	2,0	7.698.444	1,9
Açúcar e álcool	6.191.961	1,4	6.907.858	1,7
Demais Setores	63.713.338	13,9	61.094.555	14,8
Pessoa física	230.415.990	50,4	192.867.720	46,9
Total da carteira	457.392.375	100,0	411.492.655	100,0
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(33.863.659)		(31.105.579)	
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	423.528.716		380.387.076	

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito. A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se ainda entre as garantias reais títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

No quadro abaixo está demonstrado o valor justo das garantias nas operações de empréstimos e adiantamentos a clientes.

	R\$ mil			
	2019		2018	
	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia
Pessoa Física	230.415.990	139.878.361	192.867.720	121.318.093
Estágio 1	199.384.194	127.231.341	165.031.788	109.456.403
Estágio 2	19.594.716	10.277.550	15.354.577	8.925.277
Estágio 3	11.437.080	2.369.470	12.481.355	2.936.413
Pessoa Jurídica	226.976.385	90.693.689	218.624.935	77.161.470
Estágio 1	195.924.808	77.930.093	177.191.748	61.244.814
Estágio 2	13.106.024	6.546.880	21.750.673	7.374.186
Estágio 3	17.945.553	6.216.716	19.682.514	8.542.470
Total	457.392.375	230.572.050	411.492.655	198.479.563

(1) Do saldo contábil total de operações de crédito R\$ 311.522.000 (em 2018 R\$ 284.373.526 mil) referem-se a operações sem garantias.

3.2. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 4.557/17, do Conselho Monetário Nacional, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado.

Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos; e
- *Hedge*.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Processo de gerenciamento do risco de mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu à Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento, é também revisado no mínimo anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira Trading: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

A Carteira *Trading* é monitorada pelos limites de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira Banking: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Para a Carteira *Banking* é monitorado o limite de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros - Δ EVE (*Economic Value of Equity*) - calculado pelo Modelo Interno, Modelo de *Disclosure* (Teste de *Outlier*) e para as Posições Avaliadas a Mercado; e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros - Δ NII (*Net Interest Income*).

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR), *Economic Value of Equity* (EVE), *Net Interest Income* (NII) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da Carteira *Trading* são controlados por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização. A análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (NII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pela área Econômica da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxas de juros e conseqüentemente afetar as aplicações e captações da Organização.

A metodologia EVE consiste em reapreçar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira, tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o Delta EVE.

No caso do NII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação na receita líquida de juros da Organização (margem bruta) em função de eventuais variações no nível de taxa de juros através dos mesmos cenários mencionados anteriormente, ou seja, a diferença entre o NII apurado no cenário base e o NII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o Delta NII.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados ao Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos para reporte ou aprovação, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das bolsas de valores, mercadorias e futuros e mercados secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg*, *Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos e Serviços e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- Comprometimento: a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- Frequência: os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- Formalismo: a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- Consistência: o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização; e
- Transparência: assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditoria Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

Em dezembro de 2014, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução nº 4.389/14 que altera a Resolução nº 4.277. Estas resoluções estabelecem procedimentos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e diretrizes para aplicação de ajustes prudenciais para tais instrumentos. A Organização está alinhada às diretrizes dessas resoluções inclusive com a aplicação dos devidos ajustes prudenciais promovidos pela regulação.

Controle e acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente, o DCIR, que diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria e as posições da Carteira *Banking* e os reportes de liquidez são tratados no Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos.

Em ambos os fóruns, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo os mesmos revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer limite controlado pelo Departamento de Controle Integrado de Riscos - DCIR, a diretoria da área de negócio responsável pela posição é informada do consumo do limite e tempestivamente o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital é convocado para a tomada de decisão. Na situação em que o Comitê decida pelo aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para aprovação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

Comunicação interna

A área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Hedge e utilização de derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pelo Departamento de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas, que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pelo Departamento de Tesouraria do Bradesco devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação, em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Para os derivativos classificados na categoria "*hedge accounting*" existe o acompanhamento da sua efetividade, bem como suas implicações contábeis.

Hedge de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o Bradesco mantinha *hedges* de fluxo de caixa, vide maiores detalhes na nota 20.

Derivativos padronizados e de uso contínuo

O Departamento de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo, aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, CDS – *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados, que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas tem o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da exposição

Nesta seção, são apresentados as evoluções da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting* e a análise de estresse.

Exposição financeira – Carteira *Trading* (Valor Justo)

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	15.619.889	12.954.739	8.131.939	6.081.794
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	889.026	1.476.167	249.922	191.486
Cupom cambial	221.069	1.135.449	1.090.277	785.578
Moedas estrangeiras	759.320	1.437.774	1.471.956	1.611.049
Renda variável	461.860	427.778	776.376	776.735
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	3.783.134	5.007.199	3.805.259	1.099.612
Outros	384.269	25.793	685.724	31.729
Total	22.118.567	22.464.899	16.211.453	10.577.983

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**VaR Modelo Interno – Carteira Trading**

O VaR da Carteira *Trading*, líquido de efeitos fiscais e com o horizonte de 1 dia, foi de R\$ 9.973 mil, no final de 2019 tendo o fator de risco Moedas Estrangeiras como a maior participação no risco da Carteira.

Fatores de Riscos	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Prefixado	1.614	850
IGP-M / IPCA	2.774	264
Cupom cambial	415	142
Moedas estrangeiras	5.327	712
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	3.834	3.770
Renda variável	707	655
Outros	2.122	1.597
Efeito correlação/diversificação	(6.820)	(2.214)
VaR no final do ano	9.973	5.776
VaR médio no ano	10.263	21.624
VaR mínimo no ano	6.469	4.316
VaR máximo no ano	15.309	76.935

VaR Modelo Interno – Carteira Regulatória

O capital é calculado pelo modelo VaR Delta-Normal com base na Carteira Regulatória, composta pela Carteira *Trading* e as exposições Cambial e de *Commodities* da Carteira *Banking*. Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opção adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório⁽¹⁾ (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo. Os valores de VaR e VaR Estressado demonstrados a seguir são para o horizonte de dez dias e estão líquidos de efeitos fiscais.

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2019		2018	
	VaR	VaR Estressado	VaR	VaR Estressado
Taxa de juros	14.662	58.629	8.131	47.851
Taxa de câmbio	34.638	104.429	5.666	20.959
Preço de mercadoria (<i>Commodities</i>)	465	1.637	8.194	14.704
Preço de ações	2.766	3.772	3.355	4.844
Efeito correlação/diversificação	(9.959)	(29.875)	(7.569)	33.180
VaR no final do ano	42.572	138.592	17.777	121.538
VaR médio no ano	43.294	106.636	69.852	117.946
VaR mínimo no ano	16.606	34.838	17.777	57.523
VaR máximo no ano	122.507	298.703	252.797	231.080

Obs.: VaR para o horizonte de 10 dias e líquidos de efeitos fiscais.

Para efeito da apuração da necessidade de capital regulamentar, segundo o modelo interno, deve-se levar em consideração as regras descritas nas Circulares nº 3.646/13 e 3.674/13 do Banco Central do Brasil, como o uso do VaR e do VaR Estressado sem efeitos fiscais, da média dos últimos 60 dias e seu multiplicador.

⁽¹⁾ É adotado o máximo entre o período de manutenção (*holding period*) da carteira e 10 dias, que é o horizonte regulatório mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

VaR Modelo Interno – *Backtesting*

A metodologia de risco aplicada é avaliada, continuamente, através de técnicas de *backtesting*, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1 dia e o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, e o resultado efetivo, aqui considerando também a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados para o nível de confiança estabelecido. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

Os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis, nas visões hipotético e efetivo, superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99%.

De acordo com o documento publicado pelo *Basel Committee on Banking Supervision*⁽²⁾, o rompimento seria classificado como “Má-sorte ou os mercados se moveram de forma não prevista pelo modelo”, ou seja, a volatilidade foi, significativamente, maior do que o esperado e/ou as correlações foram diferentes daquelas assumidas pelo modelo.

Análise de Estresse – *Carteira Trading*

A Organização avalia, também, diariamente, os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis, com limite estabelecido no processo de governança. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco e os valores líquidos de efeitos fiscais, a possibilidade de perda média estimada em situação de estresse seria de R\$ 160.661 mil em 2019 (2018 – R\$ 185.192 mil), sendo que a perda máxima estimada em 2019 foi de R\$ 286.273 mil (2018 – R\$ 419.677 mil).

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
No final do ano	103.444	59.489
Médio do ano	160.661	185.192
Mínimo do ano	67.675	52.716
Máximo do ano	286.273	419.677

Obs.: Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de Sensibilidade

A *Carteira Trading*, também, é acompanhada diariamente por análises de sensibilidade, que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre nossas posições. Além disso, é realizada, trimestralmente, análise de sensibilidade das exposições financeiras (*Carteiras Trading e Banking*) da Organização, seguindo as determinações da Instrução CVM nº 475/08.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,02 foi utilizado um cenário de R\$ 4,06, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi aplicado um cenário de 4,57%;

⁽²⁾ O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia é uma organização que congrega autoridades de supervisão bancária, visando a fortalecer a solidez dos sistemas financeiros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,02 foi utilizado um cenário de R\$ 5,02, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi utilizado um cenário de 5,70%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,02 foi utilizado um cenário de R\$ 6,03, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi utilizado um cenário de 6,84%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Análise de Sensibilidade – Carteira Trading

		R\$ mil					
		Carteira Trading (1)					
		Em 31 de dezembro					
		2019			2018		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(97)	(14.128)	(27.256)	(67)	(11.474)	(22.374)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(904)	(29.440)	(56.245)	(22)	(2.462)	(4.706)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(10)	(689)	(1.373)	(3)	(236)	(460)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.772)	(74.695)	(149.390)	(331)	(8.265)	(16.529)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(228)	(5.710)	(11.420)	(88)	(2.195)	(4.389)
Soberanos/ Eurobonds e Treasuries	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(699)	(29.099)	(56.736)	(315)	(93.073)	(129.865)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	-	(26)	(52)	-	(37)	(73)
Total sem correlação dos fatores de risco		(4.710)	(153.787)	(302.472)	(826)	(117.742)	(178.396)
Total com correlação dos fatores de risco		(2.617)	(72.476)	(145.411)	(429)	(93.092)	(130.432)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Demonstramos também a seguir, a análise de sensibilidade das Carteiras *Trading* e *Banking*.

Análise de Sensibilidade – Carteiras *Trading* e *Banking*

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> (1)					
		Em 31 de dezembro					
		2019			2018		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(14.670)	(1.895.973)	(3.775.039)	(16.141)	(2.973.012)	(5.760.223)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(16.840)	(1.312.832)	(2.397.962)	(8.410)	(913.671)	(1.630.441)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.035)	(71.631)	(139.560)	(1.368)	(119.441)	(229.387)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(3.136)	(71.103)	(142.206)	(407)	(10.119)	(20.238)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(28.808)	(720.192)	(1.440.384)	(21.229)	(530.729)	(1.061.459)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.399)	(52.962)	(104.190)	(1.762)	(92.193)	(184.758)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(66)	(1.660)	(3.320)	(412)	(10.298)	(20.596)
Total sem correlação dos fatores de risco		(65.954)	(4.126.353)	(8.002.661)	(49.729)	(4.649.463)	(8.907.102)
Total com correlação dos fatores de risco		(42.209)	(3.038.149)	(5.919.579)	(37.535)	(3.905.602)	(7.499.908)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Processo de gerenciamento do risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, sendo que a mensuração e o controle do risco de liquidez são realizados de maneira centralizada e independente, contemplando o acompanhamento diário da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento dos níveis de liquidez conforme o apetite a riscos definido pelo Conselho de Administração, além do plano de contingência e recuperação para eventuais situações de estresse.

A Organização dispõe de uma Política de Gestão de Risco de Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos para o correto monitoramento deste tipo de risco, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Controle e acompanhamento

A gestão do risco de liquidez é realizada pelo Departamento de Tesouraria, com base nas posições disponibilizadas, por área independente. Já o DCIR é responsável pela metodologia de mensuração, controle dos limites estabelecidos por tipo de moeda e empresa (inclusive para as não financeiras), revisão de políticas, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para novas recomendações.

O risco de liquidez é acompanhado diariamente pelas áreas de negócio e de controle e nas reuniões do Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos, que acompanha as reservas de liquidez, com descasamentos de prazos e moedas. Adicionalmente, o acompanhamento também é feito pelo Comitê de Riscos, pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e pelo Conselho de Administração.

Desde o início de outubro de 2017 a Organização adotou como métrica também para a gestão interna o indicador de Liquidez de Curto Prazo LCR (*liquidity coverage ratio*), conforme prevê a Resolução nº 4.401/2015 do CMN e a Circular nº 3.749/2015 do Banco Central do Brasil.

Já no terceiro trimestre de 2018, a Organização passou a utilizar também na gestão interna o monitoramento do risco estrutural de liquidez de longo prazo, através do NSFR (*Net Stable Funding Ratio*), conforme prevê a Resolução nº 4.616/2017 do CMN e a Circular nº 3.869/2017 do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR- *Liquidity Coverage Ratio*)

O indicador de liquidez de curto prazo (LCR) visa garantir que a Organização mantenha um nível adequado de ativos líquidos para suprir a necessidade de liquidez em um eventual cenário de estresse de curto prazo. O LCR corresponde à razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total de saídas líquidas de caixa, calculadas conforme cenário de estresse padronizado. A figura a seguir demonstra os principais componentes do indicador:

$$\text{LCR} = \frac{\text{HQLA}}{\text{Fluxos de Saída} - \text{Fluxos de Entrada}^*} \geq \% \text{ Requerido}$$

*Limitado a 75% dos fluxos de saída

De acordo com o cronograma de implantação do LCR, o nível da razão entre o estoque de HQLA e o total de saídas líquidas de caixa deve atender ao cronograma abaixo especificado:

Ano	2016	2017	2018	A partir de 2019
% Requerido	70%	80%	90%	100%

A parametrização dos cenários de estresse foi realizada pelo Regulador para capturar choques idiossincráticos e de mercado para o período de trinta dias. Os itens abaixo demonstram alguns dos choques contemplados na metodologia:

- perda parcial das captações de varejo, de atacado sem colateral e da capacidade de captação de recursos no curto prazo;
- saídas adicionais de recursos, contratualmente previstas, devido ao rebaixamento da classificação de risco de crédito da instituição, em até três níveis, incluindo eventual requerimento adicional de colateral;
- aumento das volatilidades em fatores que impacte a qualidade do colateral ou a exposição potencial futura de posições em derivativos, resultando na aplicação de deságios maiores ao colateral ou na chamada adicional de colateral, ou em outras demandas por liquidez;
- saques de valores superiores aos esperados nas linhas de crédito/liquidez concedidas; e
- necessidade potencial de recomprar dívida ou honrar obrigações não contratuais, visando mitigar seu risco reputacional.

Ativos de Alta Liquidez (HQLA)

Podem ser considerados HQLA os ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse e que atendem requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, como de estar livre de qualquer impedimento ou restrição legal; pouca ou nenhuma perda em seu valor de mercado quando convertidos em espécie; baixo risco de crédito; apreçamento fácil e certo; sejam transacionados em um mercado ativo e significativo, com pequena diferença entre o preço de compra e venda, grande volume de negociação e grande número de participantes; entre outros critérios. Tais ativos estão sujeitos a fatores de ponderação que podem reduzir o valor considerado, por exemplo, conforme a classificação de risco do seu emissor ou a variação histórica de seu preço de mercado, dentre outros requisitos.

Fluxos de Saídas e de Entradas

Os fluxos de saída são resultantes da redução dos depósitos e captações; vencimentos de emissões de títulos e valores mobiliários; obrigações contratuais previstas para os próximos trinta dias; ajustes e chamadas de margens em operações com derivativos; utilização/saque de linhas de crédito e liquidez concedidas pelo Banco; e saídas de caixa contingentes.

Já os fluxos de entrada para os próximos trinta dias correspondem à expectativa de recebimentos de empréstimos e financiamentos; de depósitos; de títulos e valores mobiliários; e de ajustes e liberação de margens em operações com derivativos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A tabela a seguir demonstra o LCR médio do Conglomerado Prudencial:

R\$ mil					
Informações sobre o indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
Número da Linha		Em 31 de dezembro (1)		Em 31 de dezembro (2)	
		2019		2018	
		Valor Médio (3)	Valor Ponderado Médio (4)	Valor Médio (3)	Valor Ponderado Médio (4)
	Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
1	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		112.872.809		140.377.669
	Saídas de Caixa				
2	Captações de varejo, das quais:	239.379.478	21.636.196	235.539.799	21.919.302
3	Captações estáveis	129.085.762	6.454.288	119.809.242	5.990.462
4	Captações menos estáveis	110.293.716	15.181.908	115.730.557	15.928.840
5	Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	132.504.666	53.070.146	125.136.835	50.927.871
6	Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	9.638.912	481.946	8.648.728	432.436
7	Depósitos não operacionais (todas as contrapartes)	121.673.837	51.396.283	115.864.088	49.871.416
8	Demais captações de atacado não colateralizadas	1.191.917	1.191.917	624.019	624.019
9	Captações de atacado colateralizadas	-	3.828.662	-	5.361.781
10	Requerimentos adicionais, dos quais:	113.180.204	14.729.075	104.341.246	14.181.343
11	Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	14.457.167	6.617.026	14.419.270	6.741.269
12	Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	765.093	765.093	554.811	554.811
13	Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	97.957.944	7.346.956	89.367.165	6.885.263
14	Outras obrigações contratuais	37.020.644	35.080.897	33.875.647	31.857.396
15	Outras obrigações contingentes	132.713.942	5.420.129	122.319.336	4.915.397
16	Total de saídas de caixa	-	133.765.105	-	129.163.091
	Entradas de Caixa				
17	Empréstimos colateralizados	65.979.377	896.126	95.238.798	-
18	Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes	32.730.607	20.645.466	30.039.902	16.950.831
19	Outras entradas de caixa	41.453.133	33.730.321	37.235.944	30.511.989
20	Total de entradas de caixa	140.163.117	55.271.913	162.514.644	47.462.820
			Valor Total Ajustado (5)		Valor Total Ajustado (5)
21	Total HQLA		112.872.809		140.377.669
22	Total de saídas líquidas de caixa		78.493.191		81.700.271
23	LCR (%) (5)		143,8%		171,8%

(1) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o quarto trimestre (64 observações);

(2) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o quarto trimestre (62 observações);

(3) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa;

(4) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação; e

(5) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O montante de ativos líquidos apresentados (HQLA) é constituído, além dos retornos de compulsórios e reservas no Banco Central do Brasil, essencialmente por títulos públicos federais. Esses ativos líquidos totalizaram R\$ 112.872.809 mil na média do 4º trimestre de 2019.

Com relação às saídas de caixa no cenário de estresse regulatório (linha 16), cerca de 55,8% correspondem a resgates e não renovações de captações de varejo e atacado sem colaterais (sem garantia), conforme demonstrado nas linhas 2 e 5 da tabela.

Outro grupo relevante se refere ao item de “Outras obrigações contratuais” (linha 14), que engloba preponderantemente os fluxos de saída das operações de repasse, de cartões de crédito e de *Trade Finance*.

Em relação às entradas de caixa, correspondentes à R\$ 55.271.914 mil na média do 4º trimestre de 2019, destacam-se os recebimentos das operações de crédito (renovação parcial), os fluxos de entradas das operações de *Trade Finance*, as disponibilidades e resgates de títulos, além dos fluxos de entrada das operações de repasse e de cartões de crédito.

Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*)

O indicador de liquidez de longo prazo (NSFR) visa avaliar se a Organização está financiando suas atividades (ativos) com fontes mais estáveis de captação (passivos). O NSFR corresponde à razão entre os Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) e os Recursos Estáveis Requeridos (RSF), os quais são definidos conforme as estruturas de ativos e passivos da instituição que são ponderadas conforme as definições do Regulador.

A figura a seguir demonstra os principais componentes do indicador:

$$\text{NSFR} = \frac{\text{Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)}}{\text{Recursos Estáveis Requeridos (RSF)}} \geq 100\%$$

Recursos Estáveis Disponíveis (ASF – *Available Stable Funding*)

Os recursos estáveis disponíveis são representados pelos Passivos e Patrimônio Líquido, os quais são ponderados conforme sua estabilidade, sendo que os recursos considerados mais estáveis são determinados principalmente por aspectos comportamentais dos clientes, considerando também o seu relacionamento com a instituição, aspectos legais e outras variáveis implícitas.

Recursos Estáveis Requeridos (RSF – *Required Stable Funding*)

Os recursos estáveis requeridos são determinados conforme os ativos do balanço patrimonial e demais instrumentos financeiros, por exemplo, limites de crédito fornecido e as garantias prestadas, os quais são ponderados por aspectos relacionados ao tipo de operação, prazo de vencimento, contraparte, entre outros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A tabela a seguir demonstra o NSFR em 31 de dezembro de 2019 do Conglomerado Prudencial:

R\$ mil						
Informações sobre o indicador de Longo Prazo (NSFR)						
Número da Linha	Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	Em 31 de dezembro de 2019 (1)				Valor Ponderado (2)
		Valor por prazo efetivo de vencimento residual				
		Sem vencimento	Menor do que 6 meses	Maior ou igual a 6 meses e menor do que 1 ano	Maior ou igual a 1 (um) ano	
1	Capital	164.713.771	-	-	17.470.233	182.184.004
2	Patrimônio de Referência, bruto de deduções regulatórias	164.713.771	-	-	-	164.713.771
3	Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	17.470.233	17.470.233
4	Captações de Varejo, das quais:	129.074.811	125.089.118	754.368	2.945.468	239.166.745
5	Captações estáveis	82.488.995	53.407.198	-	-	129.101.383
6	Captações menos estáveis	46.585.816	71.681.920	754.368	2.945.468	110.065.362
7	Captações de Atacado, das quais:	26.437.635	386.140.576	37.228.191	111.749.390	209.696.927
8	Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	10.314.521	-	-	-	4.511.764
9	Outras captações de atacado	16.123.114	386.140.576	37.228.191	111.749.390	205.185.163
10	Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	30.383.414	2.173	152.583	-
11	Outros passivos, dos quais:	62.506.583	24.950.621	-	-	4.576.256
12	Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero	-	41.608	-	-	-
13	Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	62.506.583	24.909.013	-	-	4.576.256
14	Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	-	-	-	-	635.623.931
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	-	-	-	-	14.866.127
16	Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-
17	Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	5.981.349	205.884.884	75.927.002	268.859.486	344.672.984
18	Operações com instituições financeiras colateralizados por HQLA de Nível 1	-	15.293.610	-	-	1.529.361
19	Operações com instituições financeiras colateralizados por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	-	43.860.573	3.874.055	2.465.669	6.274.154
20	Empréstimos e financiamentos concedidos à clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	-	127.338.475	61.937.442	159.986.927	234.947.530
21	Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	266.821	174.162

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

						R\$ mil
22	Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:	-	2.671.136	2.402.256	33.290.208	24.175.331
23	Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22	-	2.671.136	2.402.256	33.290.208	24.175.331
24	Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	5.981.349	16.721.090	7.713.249	72.849.861	77.572.446
25	Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	29.846.713	2.437.311	57.664	-
26	Outros ativos, dos quais:	189.213.031	23.574.415	255.784	14.064.500	180.400.296
27	Operações com ouro e com mercadorias (<i>commodities</i>), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	-	-	-	-	-
28	Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central	-	-	-	12.305.556	10.459.722
29	Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero	-	1.704.628	-	-	-
30	Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação	-	-	-	-	1.577.581
31	Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	189.213.031	21.869.787	255.784	1.758.944	168.362.993
32	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	328.019.623	-	-	11.792.062
33	Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	-	-	-	-	551.731.471
34	NSFR (%)					115,2%

(1) Corresponde ao saldo total de balanço, posição 31 de dezembro de 2019; e

(2) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O indicador de longo prazo NSFR apresentou volume ponderado de recursos estáveis disponíveis muito superior ao de recursos estáveis requeridos, com excesso de saldo ponderado de aproximadamente R\$ 84 bilhões, resultando o indicador em 115,2%.

O montante de recursos estáveis disponíveis (ASF) é constituído em grande parte por captações de clientes considerando o grau de estabilidade como principal fator para contribuição do ASF. A apuração de dezembro/19 para o ASF apresentou participação de 38% oriundos de captações de Varejo e 33% de captações de Atacado.

Os valores de recursos estáveis requeridos (RSF) são constituídos por itens do Ativo e por itens não contabilizados no balanço patrimonial. Estes balanços são ponderados conforme o seu respectivo perfil de liquidez, desta maneira, os itens relacionados aos empréstimos e demais ativos com baixa ou nenhuma liquidez apresentam destaque no RSF (ponderadores elevados), enquanto operações de alta liquidez, como por exemplo títulos públicos federais livres, recebem ponderadores baixos. Em 31 de dezembro de 2019, as operações de empréstimos (item 20) representavam 43% do total de RSF, enquanto demais ativos (item 31) participavam de 31% do RSF.

Comunicação interna

No processo de gerenciamento de risco de liquidez são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Faz parte deste processo diversos instrumentos de análises, que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática *intraday* dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte; e
- Relatórios semanais para a Alta Administração, com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco, de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Alta Administração recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2019					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Recursos de instituições financeiras	211.933.285	7.951.703	17.687.715	16.148.899	5.095.470	258.817.072
Recursos de clientes	155.375.679	5.905.668	50.655.420	152.739.946	12.720	364.689.433
Recursos de emissão de títulos	5.525.148	15.106.936	64.755.163	105.451.340	7.777.040	198.615.627
Dívidas subordinadas	756	34.732	33.848	15.617.690	33.705.500	49.392.526
Outros passivos financeiros (1)	49.689.795	13.312.723	4.436.523	9.071.260	2.610.826	79.121.127
Total do passivo	422.524.663	42.311.762	137.568.669	299.029.135	49.201.556	950.635.785

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2018					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Recursos de instituições financeiras	187.971.161	11.043.189	31.568.186	18.339.106	6.278.070	255.199.712
Recursos de clientes	154.751.012	8.321.457	51.709.653	142.724.058	86.171	357.592.351
Recursos de emissão de títulos	2.715.463	7.704.113	57.416.558	110.993.400	2.819.759	181.649.293
Dívidas subordinadas	303.419	83.095	6.290.777	25.122.764	43.080.703	74.880.758
Outros passivos financeiros (1)	38.764.438	11.790.526	4.717.811	3.672.499	3.652.961	62.598.235
Total do passivo	384.505.493	38.942.380	151.702.985	300.851.827	55.917.664	931.920.349

(1) inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, arrendamento e planos de capitalização. Para mais informações sobre arrendamento, no valor de R\$ 5.724.960 mil, vide nota 37a.

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa contratuais não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que esses depósitos serão sacados imediatamente.

As saídas brutas apresentadas na tabela anterior referem-se aos fluxos de caixa não descontados contratuais relacionado ao passivo financeiro.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- Derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- Derivativos de taxas de juros - swaps de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data da apresentação até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2019					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Diferencial de <i>swap</i> a pagar	2.464.064	385.676	510.465	7.826.017	730.510	11.916.732
Termo de moedas/outros	90.835	115.400	151.731	67.247	-	425.213
• Comprado	79.986	80.476	129.615	66.498	-	356.575
• Vendido	10.849	34.924	22.116	749	-	68.638
Prêmio de opções lançadas	361.740	33.437	114.228	956.353	66.493	1.532.251
Outros	153.047	115.947	150.988	62.388	-	482.370
Ajuste a pagar - futuro	23.676	-	-	-	-	23.676
Total de derivativos passivos	3.093.362	650.460	927.412	8.912.005	797.003	14.380.242

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2018					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Diferencial de <i>swap</i> a pagar	1.302.578	464.191	6.428.914	6.266.955	350.374	14.813.012
Termo de moedas/outros	96.680	141.438	250.176	25.676	637	514.607
• Comprado	14.062	17.695	101.869	18.090	637	152.353
• Vendido	82.618	123.743	148.307	7.586	-	362.254
Prêmio de opções lançadas	1.001.464	20.355	127.983	123.491	372.057	1.645.350
Ajuste a pagar - futuro	21.283	-	-	-	-	21.283
Total de derivativos passivos	2.422.005	625.984	6.807.073	6.416.122	723.068	16.994.252

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Balço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Organização, segregados por prazo e utilizados para a gestão de riscos de liquidez, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das demonstrações contábeis:

	R\$ mil						
	Em 31 de dezembro de 2019						
	Circulante			Não circulante			Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	109.610.999	-	-	-	-	-	109.610.999
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	238.533.342	1.656.694	697.750	6.739.576	2.132.415	-	249.759.777
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.143.306	21.137.632	9.604.834	100.201.043	41.411.881	9.951.314	192.450.010
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	58.050.113	106.578.634	66.089.533	149.779.180	43.031.256	-	423.528.716
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	48.010.255	5.636.401	3.219.405	2.217.730	-	-	59.083.791
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	34.408.860	21.261.680	16.049.734	46.629.975	48.568.111	-	166.918.360
Outros ativos financeiros (1)	42.308.091	115.534	500.348	10.564.411	2.613.397	-	56.101.781
Total dos ativos financeiros	541.064.966	156.386.575	96.161.604	316.131.915	137.757.060	9.951.314	1.257.453.434
Passivo							
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Recursos de instituições financeiras	174.921.285	21.892.194	11.484.874	19.521.258	-	-	227.819.611
Recursos de clientes (2)	163.312.671	20.878.485	41.249.228	140.787.156	-	-	366.227.540
Recursos de emissão de títulos	5.533.584	37.545.964	43.156.796	84.491.220	-	-	170.727.564
Dívidas subordinadas	2.079	38.097	281.141	39.432.224	-	9.559.967	49.313.508
Outros passivos financeiros (3)	49.689.795	13.312.723	4.436.523	9.071.260	2.610.826	-	79.121.127
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.940.618	794.723	471.835	10.036.907	-	-	14.244.083
Provisão para Perda Esperada							
Compromissos de Empréstimos	-	-	-	2.318.404	-	-	2.318.404
Garantias Financeiras	-	-	-	1.970.321	-	-	1.970.321
Provisões técnicas de seguros e previdência (2)	228.230.978	2.373.787	1.035.302	36.662.624	-	-	268.302.691
Total dos passivos financeiros	624.631.010	96.835.973	102.115.699	344.291.374	2.610.826	9.559.967	1.180.044.849

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil						
	Em 31 de dezembro de 2018						
	Circulante			Não circulante			Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado	
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos	107.209.743	-	-	-	-	-	107.209.743
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.129.166	3.917.446	5.425.013	164.553.949	61.990.603	7.144.973	246.161.150
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	17.262.976	44.288.649	14.212.201	67.290.177	24.067.050	10.929.483	178.050.536
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perda	62.060.766	92.247.120	52.642.217	124.423.414	49.013.559	-	380.387.076
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	32.770.492	68.354.830	1.831.146	2.292.482	-	-	105.248.950
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	1.040.454	2.361.956	855.476	91.922.854	44.423.998	-	140.604.738
Outros ativos financeiros (1)	29.524.094	134.393	131.233	11.910.297	2.193.292	-	43.893.309
Total dos ativos financeiros	252.997.691	211.304.394	75.097.286	462.393.173	181.688.502	18.074.456	1.201.555.502
Passivo							
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Recursos de instituições financeiras	193.135.637	20.377.472	13.489.852	15.646.679	4.664.339	-	247.313.979
Recursos de clientes (2)	154.046.665	15.639.175	42.076.109	128.959.777	26.470	-	340.748.196
Recursos de emissão de títulos	2.598.083	29.410.415	34.192.057	81.108.678	719.785	-	148.029.018
Dívidas subordinadas	7.059	149.894	6.305.187	22.492.556	15.434.005	9.254.743	53.643.444
Outros passivos financeiros (3)	38.764.438	11.790.526	4.717.811	3.672.499	3.652.961	-	62.598.235
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.066.551	373.896	162.153	177.029	372.458	-	16.152.087
Provisão para perda esperada							
Compromissos de empréstimos	-	-	-	2.551.676	-	-	2.551.676
Garantias financeiras	-	-	-	719.216	-	-	719.216
Provisões técnicas de seguros e previdência (2)	216.282.259	2.347.327	939.034	32.009.667	-	-	251.578.287
Total dos passivos financeiros	619.900.692	80.088.705	101.882.203	287.337.777	24.870.018	9.254.743	1.123.334.138

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros e previdência, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, leasing financeiro e planos de capitalização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das demonstrações contábeis:

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Total dos ativos financeiros	793.613.145	463.840.289	1.257.453.434
Ativos não correntes mantidos para venda	1.357.026	-	1.357.026
Investimentos em coligadas	-	7.635.612	7.635.612
Imobilizado de uso	-	14.659.222	14.659.222
Ativos intangíveis e ágio	-	14.724.647	14.724.647
Impostos a compensar	11.569.545	4.116.256	15.685.801
Impostos diferidos	-	59.570.055	59.570.055
Outros ativos	7.042.105	399.783	7.441.888
Total dos ativos não financeiros	19.968.676	101.105.575	121.074.251
Total do ativo	813.581.821	564.945.864	1.378.527.685
Passivo			
Total dos passivos financeiros	823.582.682	356.462.167	1.180.044.849
Outras provisões	5.525.041	19.714.888	25.239.929
Impostos correntes	2.595.277	-	2.595.277
Impostos diferidos	-	1.080.603	1.080.603
Outros passivos	31.246.562	2.776.891	34.023.453
Total dos passivos não financeiros	39.366.880	23.572.382	62.939.262
Total do patrimônio líquido	-	135.543.574	135.543.574
Total do passivo e patrimônio líquido	862.949.562	515.578.123	1.378.527.685

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2018		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativo			
Total dos ativos financeiros	539.399.371	662.156.131	1.201.555.502
Ativos não correntes mantidos para venda	1.353.330	-	1.353.330
Investimentos em coligadas	-	8.125.799	8.125.799
Imobilizado de uso	-	8.826.836	8.826.836
Ativos intangíveis e ágio	-	16.128.548	16.128.548
Impostos a compensar	3.683.210	9.815.054	13.498.264
Impostos diferidos	-	48.682.569	48.682.569
Outros ativos	5.443.840	1.929.026	7.372.866
Total dos ativos não financeiros	10.480.380	93.507.832	103.988.212
Total do ativo	549.879.751	755.663.963	1.305.543.714
Passivo			
Total dos passivos financeiros	801.871.600	321.462.538	1.123.334.138
Outras provisões	1.846.682	17.955.489	19.802.171
Impostos correntes	2.373.261	-	2.373.261
Impostos diferidos	48.925	1.151.664	1.200.589
Outros passivos	32.630.277	1.527.158	34.157.435
Total dos passivos não financeiros	36.899.145	20.634.311	57.533.456
Total do patrimônio líquido	-	124.676.120	124.676.120
Total do passivo e patrimônio líquido	838.770.745	466.772.969	1.305.543.714

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

3.4. Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Organização aplica a IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1**

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- **Nível 2**

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- **Nível 3**

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

A marcação a mercado dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, o Bradesco utiliza os modelos definidos pela CMM e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos-financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação a mercado ou de similares, o Bradesco é capaz de apurar de forma clara e consistente seu valor justo dos ativos e passivos de Nível 3.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A tabela a seguir apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos públicos brasileiros	195.987.017	4.848.858	3	200.835.878
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	7.911.149	4.772.477	707.392	13.391.018
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.466.695	13.517.702	-	14.984.397
Aplicações em cotas de fundos	5.518.833	-	-	5.518.833
Títulos públicos de governos estrangeiros	471.153	-	-	471.153
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	47.308	-	-	47.308
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	211.402.155	23.139.037	707.395	235.248.587
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	107.388	14.392.323	11.479	14.511.190
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(52.334)	(14.152.623)	(39.126)	(14.244.083)
Derivativos	55.054	239.700	(27.647)	267.107
Títulos públicos brasileiros	161.031.769	-	35.132	161.066.901
Títulos emitidos por empresas não financeiras	2.344.002	2.541.288	600.387	5.485.677
Títulos emitidos por instituições financeiras	5.098.002	414.477	-	5.512.479
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.746.932	-	-	1.746.932
Títulos públicos de governos estrangeiros	6.454.894	-	-	6.454.894
Aplicações em cotas de fundos	2.231.810	-	-	2.231.810
Ações de companhias abertas e outras ações	7.192.221	2.638.655	120.441	9.951.317
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	186.099.630	5.594.420	755.960	192.450.010
Total	397.556.839	28.973.157	1.435.708	427.965.704

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos públicos brasileiros	202.199.216	4.556.831	3	206.756.050
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	3.678.532	5.206.852	418.558	9.303.942
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.554.257	8.610.197	-	10.164.454
Aplicações em cotas de fundos	3.657.393	-	-	3.657.393
Títulos públicos de governos estrangeiros	849.114	-	-	849.114
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	659.603	-	-	659.603
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	212.598.115	18.373.880	418.561	231.390.556
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	34.752	14.699.247	36.595	14.770.594
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(32.434)	(16.095.752)	(23.901)	(16.152.087)
Derivativos	2.318	(1.396.505)	12.694	(1.381.493)
Títulos públicos brasileiros	150.778.773	-	39.982	150.818.755
Títulos emitidos por empresas não financeiras	3.761.191	1.664.892	549.111	5.975.194
Títulos emitidos por instituições financeiras	5.715.372	205.704	-	5.921.076
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.564.667	-	-	1.564.667
Aplicações em cotas de fundos	2.841.361	-	-	2.841.361
Ações de companhias abertas e outras ações	5.266.028	2.649.350	3.014.105	10.929.483
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	169.927.392	4.519.946	3.603.198	178.050.536
Total	382.527.825	21.497.321	4.034.453	408.059.599

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de volatilidade. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na B3 e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listados em bolsa. Estes, são classificados como Nível 2 ou Nível 3.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo por meio do método do fluxo de caixa descontado, para *swaps* de moeda e *swaps* com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como *swaps*. O valor justo das opções é determinado utilizando preços cotados em bolsa ou por modelos matemáticos, tais como o *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.

A maioria desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação. Os derivativos Nível 3 incluem derivativos de crédito (CDS ou *Credit Default Swaps*) referenciados em títulos de dívida privados.

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os anos de 2019 e 2018:

	R\$ mil			
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	352.446	6.891.288	(4.903)	7.238.831
Incluído no resultado e outros resultados abrangentes	24.142	(374.664)	-	(350.522)
Entradas	150.950	91.668	17.597	260.215
Baixas	(22.262)	(939)	-	(23.201)
Transferência entre categorias (1)	-	(3.419.149)	-	(3.419.149)
Transferência entre níveis (2)	(86.715)	320.342	-	233.627
Saldo em 31 de dezembro de 2018	418.561	3.508.546	12.694	3.939.801
Incluído no resultado e outros resultados abrangentes	(31.773)	(293.123)	-	(324.896)
Entradas	132.408	318.623	-	451.031
Baixas	(396.260)	(2.891.422)	(40.341)	(3.328.023)
Transferência entre níveis (2)	584.459	113.336	-	697.795
Saldo em 31 de dezembro de 2019	707.395	755.960	(27.647)	1.435.708

(1) Com a adoção da IFRS 9 grande parte das debêntures que estavam na categoria de disponíveis para venda passaram a ser mensurados ao custo amortizado; e

(2) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de *spread* possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3 durante os anos de 2019, 2018 e 2017:

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019		
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Receita de juros e similares	54.132	18.114	72.246
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(85.905)	(311.237)	(397.142)
Total	(31.773)	(293.123)	(324.896)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018		
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Receita de juros e similares	8.415	79.579	87.994
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	15.727	(454.243)	(438.516)
Total	24.142	(374.664)	(350.522)

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017		
	Ativos financeiros para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Receita de juros e similares	25.967	182.269	208.236
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(10.099)	(917.271)	(927.370)
Total	15.868	(735.002)	(719.134)

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2019					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(44)	(6.489)	(12.504)	(12)	(1.798)	(3.436)
Índices de preços	(10)	(383)	(761)	(0)	(0)	(0)
Renda variável	(2.019)	(50.472)	(100.944)	(978)	(24.456)	(48.913)

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2018					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(7)	(1.491)	(2.669)	(102)	(20.473)	(36.901)
Índices de preços	-	-	-	(16)	(1.750)	(3.296)
Renda variável	(1.748)	(43.705)	(87.410)	(15.987)	(399.669)	(799.338)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,02 foi utilizado um cenário de R\$ 4,06, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi aplicado um cenário de 4,57%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,02 foi utilizado um cenário de R\$ 5,02, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi utilizado um cenário de 5,70%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,02 foi utilizado um cenário de R\$ 6,03, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 4,56% foi utilizado um cenário de 6,84%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo**

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2019				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	59.091.251	-	59.091.251	59.083.791
· a clientes	-	-	428.641.947	428.641.947	423.523.411
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	102.851.594	64.025.403	11.638.647	178.515.644	166.918.360
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	227.880.098	227.880.098	227.819.611
Recursos de clientes	-	-	366.023.072	366.023.072	366.227.540
Recursos de emissão de títulos	-	-	169.488.130	169.488.130	170.727.564
Dívidas subordinadas	-	-	50.108.020	50.108.020	49.313.508

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2018				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	105.248.950	-	105.248.950	105.248.950
· a clientes	-	-	381.797.390	381.797.390	380.387.076
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	90.337.827	50.758.010	5.827.822	146.923.659	140.604.738
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	248.216.967	248.216.967	247.313.979
Recursos de clientes	-	-	340.512.921	340.512.921	340.748.196
Recursos de emissão de títulos	-	-	147.572.438	147.572.438	148.029.018
Dívidas subordinadas	-	-	54.081.544	54.081.544	53.643.444

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Abaixo apresentamos as metodologias utilizadas para determinar os valores justos apresentados acima:

Empréstimos e adiantamentos

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

operações de crédito, para fins de divulgação do cálculo do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado. Os valores justos são baseados nas premissas mencionadas na Nota 2(d). Veja Nota 24 para detalhes do custo amortizado.

Recursos de instituições financeiras e de clientes

O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos

Os valores contábeis de recursos de emissão de títulos equivalem, aproximadamente, aos valores justos desses instrumentos.

Dívidas subordinadas

Os valores justos de dívidas subordinadas foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

3.5. Validação Independente de Modelos

A principal finalidade da Área de Validação Independente de Modelos – AVIM é avaliar se os modelos funcionam conforme os objetivos previstos, bem como se seus resultados estão adequados para os usos aos quais se destinam.

A Validação Independente de Modelos adota metodologia que engloba dimensões quantitativas e qualitativas, avaliando a adequação dos processos, da governança, da construção dos modelos e suas premissas, do uso e do monitoramento dos modelos.

3.6. Gerenciamento de capital

Processo corporativo de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance de objetivos estratégicos da Organização para suportar os riscos inerentes às suas atividades. Desta forma, adota postura prospectiva ao elaborar o seu plano de capital, antecipando a necessidade de capital para os próximos 3 (três) anos, bem como estabelece procedimentos e ações de contingência a serem consideradas em cenários adversos.

A Organização exerce a gestão de capital alinhada às diretrizes estratégicas, envolvendo as áreas de controle e negócios, conforme orientações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

A estrutura de Governança do Gerenciamento de Capital, do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) e do Plano de Recuperação é composta por Comissões, Comitês e tem como órgão máximo o Conselho de Administração. O Departamento de Controladoria tem a responsabilidade de atender às determinações do Banco Central do Brasil pertinentes às atividades de gerenciamento de capital e de subsidiar a Alta Administração com análises e projeções da disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem com o planejamento da suficiência, otimização dos níveis de capital.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Organização dispõe, também, de Plano de Recuperação, entregue ao Banco Central do Brasil em dezembro de cada ano e aprovado pelo Conselho de Administração em conformidade com a Resolução nº 4.502, de 30 de junho de 2016 da CMN, que estabelece procedimentos para a elaboração de planos de recuperação, visando manter níveis adequados de capital e liquidez em situação de estresse severo nas instituições financeiras consideradas sistemicamente importante.

Adequação do Patrimônio de Referência (PR)

A adequação do PR é verificada diariamente, visando assegurar que a Organização mantenha uma sólida base de capital em situações normais ou em condições extremas de mercado e cumpra os requerimentos regulatórios.

A determinação do Banco Central do Brasil, é que as instituições financeiras mantenham permanentemente capital (Patrimônio de Referência) e adicionais de capital principal (Conservação, Sistêmico e Contracíclico) compatíveis com os riscos de suas atividades. Os riscos são representados pelos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), que é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de Riscos de Crédito, Mercado e Operacional.

Além disso, a Organização deve manter também PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação (risco da taxa de juros da carteira *Banking*).

Suficiência de Capital

O processo de gerenciamento de capital está alinhado ao planejamento estratégico e considera uma visão prospectiva, antecipando possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico e de negócios em que a Organização atua.

O gerenciamento de capital da Organização visa assegurar permanentemente uma composição sólida de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e garantir a adequada cobertura dos riscos incorridos. A Organização mantém uma margem de capital gerencial (*buffer*), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

A definição do *buffer* gerencial está alinhada aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, tais como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

A suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada mediante a apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal.

Projeções do Capital

A área de gestão de capital é responsável por realizar simulações e projeções do capital da Organização, considerando as diretrizes estratégicas, os impactos decorrentes de variações e tendências do ambiente econômico e de negócios e alterações regulamentares. Os resultados obtidos nas projeções são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR) e Índices de Capital

A seguir, apresentamos o detalhamento das informações relativas ao PR da Organização, sob a ótica do Conglomerado Prudencial:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil	
	Basileia III	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
	Prudencial	
Patrimônio de referência nível I	100.831.668	90.322.147
Capital principal	91.271.701	81.090.060
Patrimônio líquido	133.723.221	121.120.869
Minoritário/Outros	106.302	169.606
Ajustes prudenciais (1)	(42.557.822)	(40.200.415)
Capital complementar (3)	9.559.967	9.232.087
Patrimônio de referência nível II	24.443.737	27.618.026
Dívidas subordinadas (Resolução nº 4.192/13)	21.324.281	22.416.933
Dívidas subordinadas (anteriores a Resolução nº 4.192/13)	3.119.456	5.201.093
Patrimônio de referência (a)	125.275.405	117.940.173
- Risco de crédito	680.907.697	598.057.619
- Risco de mercado	13.571.488	10.407.258
- Risco operacional	64.572.141	53.150.786
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b)	759.051.326	661.615.663
Risco de Taxa de Juros da Carteira Banking	3.535.922	5.180.343
Margem (2)	32.022.015	34.911.835
Índice de Basileia (a/b)	16,5%	17,8%
Capital nível I	13,3%	13,7%
- Capital principal	12,0%	12,3%
- Capital complementar	1,3%	1,4%
Capital nível II	3,2%	4,1%

(1) De acordo com a Resolução nº 4.192/13 do CMN, a partir de janeiro/2018, o fator aplicado sobre os Ajustes Prudenciais é de 100%;

(2) Margem: Mínimo (PR - PRE - IRRBB; PR Nível I - RWA*6%; PR Principal - RWA*4,5%) - Adicional de Capital Principal; e

(3) Autorização de dívidas subordinadas a compor o Nível I no montante de R\$ 4.179 mil (em Dezembro de 2018 R\$ 1.737 mil e Janeiro de 2019 R\$ 2.442 mil).

Detalhamento do Montante de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Apresentamos a seguir a evolução dos ativos ponderados pelo risco (RWA) do Conglomerado Prudencial:

RWA	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
	Prudencial	
Risco de crédito	680.907.697	598.057.619
Fator de Ponderação de Risco de 0%	-	-
Fator de Ponderação de Risco de 2%	-	83.052
Fator de Ponderação de Risco de 20%	2.013.917	3.229.634
Fator de Ponderação de Risco de 35%	13.636.518	11.393.716
Fator de Ponderação de Risco de 50%	34.584.945	32.072.200
Fator de Ponderação de Risco de 70%	78.147	-
Fator de Ponderação de Risco de 75%	152.407.502	130.208.551
Fator de Ponderação de Risco de 85%	136.879.718	115.191.858
Fator de Ponderação de Risco de 100%	274.131.256	265.578.016
Fator de Ponderação de Risco de 150%	21.512	-
Fator de Ponderação de Risco de 250%	34.226.888	30.408.772
Fator de Ponderação de Risco de 300%	7.119.182	6.634.117

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

RWA	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
	Prudencial	
FÓRMULA (3)	21.818.346	3.250.205
Fator de Ponderação de Risco até 1.250%	3.989.766	7.498
Risco de mercado (4)	13.571.488	10.407.258
Taxa de Juros Prefixada em Real	2.137.575	3.621.542
Taxa de Juros de Cupom de moeda estrangeira	3.229.863	6.949.809
Taxa de Juros de Cupom de índice de preços	2.349.025	1.399.478
Preço de Ações	694.263	1.087.814
Preço de Mercadorias (<i>Commodities</i>)	1.015.513	757.438
Exposição em Ouro, Moedas Estrangeiras e Câmbio	11.147.550	4.424.487
Risco operacional	64.572.141	53.150.786
Finanças corporativas	1.879.143	1.655.552
Negociação e vendas	7.427.004	2.443.551
Varejo	11.413.989	10.032.258
Comercial	26.451.579	23.508.471
Pagamentos e liquidações	7.661.071	6.834.660
Serviços de agente financeiro	4.265.433	4.055.903
Administração de ativos	5.311.463	4.465.702
Corretagem de varejo	162.459	154.689
Montante RWA	759.051.326	661.615.663
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	60.724.106	57.064.351
Risco de taxa de juros da Carteira Banking	3.535.922	5.180.343
Adicionais da Capital Principal (ACPS) (3)	26.566.796	15.713.372
ACP Conservação	18.976.283	12.405.294
ACP Sistêmico	7.590.513	3.308.078

(1) Fatores de ponderação de risco definidos conforme Artigos 23-A e 23-B da Circular BCB nº 3.644/13, com redação dada pela Circular BCB nº 3.949 de 25/06/2019;

(2) Fator de ponderação de risco definido conforme Artigo 26-A da Circular BCB nº 3.644/13, com redação dada pela Circular BCB nº 3.921 de 05/12/2018;

(3) Conforme estabelecido pelo BCB, por meio das Circulares nº 3.848 e nº 3.849;

(4) Para fins de apuração da parcela de Risco de Mercado, a necessidade de capital será o máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padrão, conforme Circulares 3.646 e 3.674 do Banco Central do Brasil; e

(5) Em 2019, o valor do ACPconservação representa 2,5% do montante de RWA. O ACPsistêmico representa 1,0% do montante de RWA (Fator de Importância Sistêmica apurado conforme Circular 3.768 do Banco Central do Brasil - Exposição Total e PIB do penúltimo ano em relação a data base: R\$ 1,1 trilhão e R\$ 6,6 trilhões respectivamente). O ACPcontracíclico manteve-se em 0% do montante de RWA, conforme Comunicado nº 34.724/19 do Banco Central do Brasil, sendo o RWA do risco de crédito ao setor privado não bancário (RWACPrNB) de R\$ 601 bilhões no Brasil.

3.7. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros, onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa, que contraria as expectativas da Organização no momento da elaboração de sua política de subscrição, no que se refere às incertezas existentes na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas bem como para fins de precificação e cálculo dos prêmios de seguro e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Organização.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, parte integrante da Estrutura de Gerenciamento de Riscos, tem como uma de suas principais atribuições, a estruturação de modelos internos para riscos de subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros, visando primar pelo balanceamento da carteira, e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Organização deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período e parte significativa destes está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Organização realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *ALM - Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Organização com seus participantes e segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais e também com as características da carteira de produtos da Organização.

Gerenciamento de riscos por produto

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade, e (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos, em geral, é de curta duração.

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

A Organização monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

As Superintendências Técnicas desenvolveram mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que preveem o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade, e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como: níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas, que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

- A Organização monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica;
- A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análises de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas;
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Organização opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida;
- Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência da Organização. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- caso, a retenção de apólices que possam prescrever; e
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Principais riscos associados ao seguro saúde

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas das suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos associados ao seguro saúde

- A Organização monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência de Atuária e Estatística;
- A Superintendência de Atuária e Estatística desenvolveu mecanismos, tais como, boletins estatísticos de sinistralidade e desempenho por ramo, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas;
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Organização opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir;
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência da Organização. A Administração, também, estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas, para melhorar a retenção de apólices que possam prescrever; e
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Resultados da Análise de Sensibilidade Danos, Vida, Saúde e Seguros de Vida com Cobertura de Sobrevivência e Previdência e Seguro de Vida Individual

Alguns resultados do teste estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado e no patrimônio líquido, após os impostos e contribuições, de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos cambiais significativos.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco.
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Longevidade (<i>improvement</i>)	O impacto de um aumento na estimativa de melhoria da sobrevivência para contratos de anuidade.
Conversão em renda	O impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.

O teste de sensibilidade para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual foi efetuado considerando as mesmas bases do teste do LAT com variação nas premissas listadas abaixo:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2019		
	Taxa de juros	Longevidade	Conversão em renda
Percentuais de alterações nas premissas	Variação de -5%	0,2%	+ 5 pontos percentuais
Planos Tradicionais (fases de contribuição)	(74.077)	(12.415)	(29.520)
PGBL/VGBL (fase de contribuição)	(9.217)	(1.819)	(38.797)
Todos os planos (fases de concessão)	(123.647)	(63.917)	-
Total	(206.941)	(78.151)	(68.317)

Para os seguros de danos e de pessoas, exceto vida individual, a tabela abaixo apresenta aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo.

	R\$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2019	2018	2019	2018
Auto	(24.258)	(21.721)	(24.258)	(21.721)
Ramos Elementares	(9.953)	(8.366)	(9.664)	(7.980)
Vida	(31.701)	(29.633)	(31.549)	(29.541)
Odontológico	(4.984)	(3.941)	(4.984)	(3.941)
Saúde	(123.571)	(104.574)	(123.571)	(104.574)

Limitações da Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante, enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se, também, ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Organização poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

Concentração de riscos

Potenciais exposições são monitoradas, analisando determinadas concentrações em alguns ramos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco, no âmbito do negócio por ramo (exceto saúde e odontológico) baseada no valor de prêmios líquidos de resseguro:

Prêmio emitido líquido por ramo, líquido de cancelamento	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Auto	4.115.426	3.987.645
Ramos elementares	1.600.632	1.485.537
Planos Tradicionais	1.184.755	1.892.855
Seguros de vida	8.588.654	7.041.906
VGBL	25.563.864	23.492.119
PGBL	2.770.148	2.461.808

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Risco de crédito de seguro

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer em perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Organização, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP, que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual com sede no exterior devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores, que integram os seus contratos, competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerando o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Organização busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A.. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e *rating* superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

Exposições ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração, uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo a regulamentação brasileira), caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Organização está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

natureza do mercado de resseguro e à faixa estreita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Organização adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

3.8. Risco Operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado às atividades desenvolvidas por nós.

Processo de gerenciamento do risco operacional

Adotamos o modelo das Três Linhas de Defesa, que consiste em identificar e atribuir responsabilidades específicas às Dependências de forma que as tarefas essenciais de gerenciamento do risco operacional sejam realizadas de maneira integrada e coordenada. Para isso, são realizadas as seguintes atividades:

- Identificar, avaliar e monitorar os riscos operacionais inerentes às nossas atividades;
- Avaliar os riscos operacionais inerentes aos novos produtos e serviços visando a sua adequação à legislação e aos procedimentos e controles;
- Mapear e tratar os registros de perdas operacionais para composição da base de dados internos;
- Prover análises que proporcionem informações de qualidade às Dependências, visando o aperfeiçoamento da gestão do risco operacional;
- Avaliar cenários e indicadores para fins de composição do capital econômico e aprimoramento dos mapas de riscos da Organização;
- Avaliar e calcular a necessidade de capital regulatório e econômico para o risco operacional; e
- Reportar o risco operacional e seus principais aspectos no intuito de subsidiar as decisões estratégicas da Organização.

Estes procedimentos são suportados por diversos controles internos, sendo certificados de forma independente quanto a sua efetividade e execução, de forma a atender os limites de apetite a riscos estabelecidos pela Organização.

O risco operacional é controlado e acompanhado, primariamente, por área independente, o Departamento de Controle Integrado de Riscos, sendo apoiado por diversas áreas que fazem parte do processo de gerenciamento deste risco.

4) Uso de estimativas e julgamentos

A Organização adota estimativas e premissas que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício. Todas as estimativas e premissas necessárias, de acordo com a IFRS, são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados em nossa experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais. Em 2019, a revisão dessas premissas resultou no aprimoramento da avaliação e constituição de determinadas provisões, cujos efeitos estão demonstrados nas notas 26, 28 e 36.

As estimativas e premissas, que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, estão divulgadas a seguir. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações contábeis consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, veja Nota 3.4.

Perda de crédito esperada

A mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos quantitativos complexos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda esperada de crédito, tais como:

- Determinar critérios para determinar o aumento significativo de risco de crédito;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda esperada de crédito;
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações;
- Agrupar ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada; e
- Definir o prazo esperado o qual à exposição a risco de crédito para instrumentos sem vencimento contratual determinado.

O processo para determinar o nível de provisão para perda esperada de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

As premissas e técnicas utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada estão detalhadas na nota 3.1.

Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio

A Organização analisa, pelo menos anualmente, se o valor contábil dos ativos intangíveis e do ágio (inclui ágios identificados na aquisição de coligadas) sofreram redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também podem resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período. Para mais informações sobre imposto de renda, veja Nota 16.

Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas de seguros (reservas) são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em uma determinada data no futuro, a favor de nossos segurados, veja a Nota 2 (I). São utilizadas expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência, conversão em renda e taxa de juros. Essas hipóteses se baseiam em nossa experiência e são periodicamente revisadas com relação aos padrões do setor visando assegurar a credibilidade atuarial.

Provisões contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. As contingências classificadas como perdas “Prováveis” são registradas na rubrica “Outras Provisões”.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

5) Segmentos operacionais

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, previdência complementar e capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações contábeis, que inclui a consolidação proporcional das coligadas e *joint ventures*. Desta forma, as informações dos segmentos demonstradas nas tabelas a seguir, foram preparadas de acordo com os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais, que correspondem as informações consolidadas, foram preparadas segundo o IFRS, emitidas pelo IASB.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de seguros, previdência complementar e de capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, planos de previdência complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

Em 2019, aprimoramos a apresentação dos resultados por segmento, alterando, basicamente a estrutura de apresentação para uma melhor conexão com os métodos utilizados pela administração para tomada de decisão e demais informações prestadas ao mercado. Os demais períodos foram ajustados para fins de comparabilidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	113.402.430	22.936.178	228.386	(2.651.701)	133.915.293	(818.428)	125.364	(8.915.835)	124.306.394
Despesas da intermediação financeira (4)	(49.683.456)	(16.930.146)	-	2.651.701	(63.961.901)	104.508	2.404.402	2.835.005	(58.617.986)
Margem financeira	63.718.974	6.006.032	228.386	-	69.953.392	(713.920)	2.529.766	(6.080.830)	65.688.408
PDD	(18.891.493)	-	-	-	(18.891.493)	170.961	-	4.716.005	(14.004.527)
Resultado bruto da intermediação financeira	44.827.481	6.006.032	228.386	-	51.061.899	(542.959)	2.529.766	(1.364.825)	51.683.881
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	8.935.610	-	33.355	8.968.965	(6.840)	-	13.680	8.975.805
Receitas de prestação de serviços	31.135.507	2.028.371	306.865	(136.176)	33.334.567	(4.128.937)	(2.254.425)	(1.613.529)	25.337.676
Despesas de pessoal	(23.072.600)	(2.030.224)	(390.706)	-	(25.493.530)	710.807	-	256.405	(24.526.318)
Outras despesas administrativas (5)	(20.327.502)	(1.495.894)	(194.265)	611.500	(21.406.161)	1.419.119	(249.173)	(2.119.131)	(22.355.346)
Despesas tributárias	(6.203.188)	(1.110.470)	(72.662)	-	(7.386.320)	528.090	-	-	(6.858.230)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	12.921	276.165	8.046	-	297.132	906.399	-	(2.449)	1.201.082
Outras receitas / despesas operacionais	(21.082.041)	(734.635)	99.071	(508.679)	(22.226.284)	663.471	(26.168)	2.012.421	(19.576.560)
Resultado operacional	5.290.578	11.874.955	(15.265)	-	17.150.268	(450.850)	-	(2.817.428)	13.881.990
Resultado não operacional	(537.428)	26.800	133	-	(510.495)	(9.583)	-	19.166	(500.912)
IR/CS e participação minoritária	10.431.415	(4.490.945)	2.372	-	5.942.842	460.433	-	1.388.854	7.792.129
Lucro líquido em 2019	15.184.565	7.410.810	(12.760)	-	22.582.615	-	-	(1.409.408)	21.173.207
Total do ativo	1.264.627.391	325.767.085	5.014.369	(186.104.068)	1.409.304.777	(8.436.501)	(41.729.208)	19.388.617	1.378.527.685
Investimentos em coligadas e joint ventures	106.628.723	2.261.867	6.603	(106.710.041)	2.187.152	5.103.609	-	344.851	7.635.612
Total do passivo	1.064.606.520	287.062.911	1.167.684	(79.394.027)	1.273.443.088	(7.333.871)	(41.729.208)	18.604.102	1.242.984.111

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Alelo, Crediare, etc.) para fins gerenciais;

(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações contábeis da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Em 31 de dezembro de 2018 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	110.639.034	18.612.108	256.364	(1.727.080)	127.780.426	(1.084.631)	(1.084.034)	(13.064.806)	112.546.955
Despesas da intermediação financeira (4)	(52.958.441)	(13.365.526)	-	1.727.080	(64.596.887)	88.764	3.729.581	5.533.873	(55.244.669)
Margem financeira	57.680.593	5.246.582	256.364	-	63.183.539	(995.867)	2.645.547	(7.530.933)	57.302.286
PDD	(18.319.973)	-	-	-	(18.319.973)	94.494	-	1.960.644	(16.264.835)
Resultado bruto da intermediação financeira	39.360.620	5.246.582	256.364	-	44.863.566	(901.373)	2.645.547	(5.570.289)	41.037.451
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	8.320.676	-	39.858	8.360.534	-	-	-	8.360.534
Receitas de prestação de serviços	30.022.769	2.169.807	354.734	(221.722)	32.325.588	(4.578.360)	(2.527.231)	(1.388.407)	23.831.590
Despesas de pessoal	(18.102.452)	(1.643.734)	(239.461)	-	(19.985.647)	854.580	-	259.605	(18.871.462)
Outras despesas administrativas (5)	(19.126.128)	(1.609.750)	(204.736)	649.851	(20.290.763)	971.706	(119.519)	(2.243.641)	(21.682.217)
Despesas tributárias	(5.660.519)	(960.453)	(73.649)	-	(6.694.621)	597.722	-	-	(6.096.899)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	6.620	206.272	(14.879)	-	198.013	1.420.804	-	61.558	1.680.375
Outras receitas / despesas operacionais	(11.943.485)	(998.070)	193.794	(467.967)	(13.215.728)	891.788	1.203	4.376.193	(7.946.544)
Resultado operacional	14.557.425	10.731.330	272.167	20	25.560.942	(743.133)	-	(4.504.981)	20.312.828
Resultado não operacional	(929.396)	32.145	2.406	(20)	(894.865)	24.052	-	-	(870.813)
IR/CS e participação minoritária	(1.134.166)	(4.374.553)	(72.405)	-	(5.581.124)	719.081	-	2.168.467	(2.693.576)
Lucro líquido em 2018	12.493.863	6.388.922	202.168	-	19.084.953	-	-	(2.336.514)	16.748.439
Total do ativo	1.251.749.713	304.004.114	5.966.071	(175.709.936)	1.386.009.962	(8.731.352)	(89.986.505)	18.251.609	1.305.543.714
Investimentos em coligadas e joint ventures	97.416.676	2.617.258	60.894	(97.903.242)	2.191.586	5.619.603	-	314.610	8.125.799
Total do passivo	1.068.861.135	270.540.773	1.148.139	(77.806.694)	1.262.743.353	(7.630.632)	(89.986.505)	15.741.378	1.180.867.594

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Alelo, Crediare, etc.) para fins gerenciais;

(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações contábeis da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Em 31 de dezembro de 2017 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	130.015.483	23.564.395	262.868	(1.331.236)	152.511.510	(1.321.024)	(2.928.359)	(10.467.896)	137.794.231
Despesas da intermediação financeira (4)	(67.744.701)	(18.174.550)	-	1.331.236	(84.588.015)	66.672	5.464.307	3.467.621	(75.589.415)
Margem financeira	62.270.782	5.389.845	262.868	-	67.923.495	(1.254.352)	2.535.948	(7.000.275)	62.204.816
PDD	(25.210.020)	-	-	-	(25.210.020)	125.761	-	8.223.424	(16.860.835)
Resultado bruto da intermediação financeira	37.060.762	5.389.845	262.868	-	42.713.475	(1.128.591)	2.535.948	1.223.149	45.343.981
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	6.791.337	-	738	6.792.075	-	-	-	6.792.075
Receitas de prestação de serviços	28.566.371	2.063.187	366.446	(133.813)	30.862.191	(4.443.914)	(2.390.311)	(1.279.138)	22.748.828
Despesas de pessoal	(19.919.896)	(1.591.949)	(295.618)	-	(21.807.463)	797.306	-	286.892	(20.723.265)
Outras despesas administrativas (5)	(18.845.656)	(1.702.816)	(186.780)	602.760	(20.132.492)	917.548	(60.812)	(2.175.273)	(21.451.029)
Despesas tributárias	(5.440.571)	(973.477)	(80.715)	-	(6.494.763)	534.145	-	-	(5.960.618)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	(22.657)	205.278	9.675	-	192.296	1.312.974	-	213.141	1.718.411
Outras receitas / despesas operacionais	(9.910.746)	(513.611)	215.681	(469.685)	(10.678.361)	1.067.313	(84.825)	5.445.764	(4.250.109)
Resultado operacional	11.487.607	9.667.794	291.557	-	21.446.958	(943.219)	-	3.714.535	24.218.274
Resultado não operacional	(729.584)	251.368	(583)	-	(478.799)	4.084	-	-	(474.715)
IR/CS e participação minoritária	(1.836.636)	(4.384.760)	(89.008)	-	(6.310.404)	939.135	-	(1.057.687)	(6.428.956)
Lucro líquido em 2018	8.921.387	5.534.402	201.966	-	14.657.755	-	-	2.656.848	17.314.603
Total do ativo	1.146.536.514	289.461.412	5.615.832	(143.285.480)	1.298.328.278	(8.877.954)	(78.178.606)	13.081.722	1.224.353.440
Investimentos em coligadas e joint ventures	87.010.313	2.602.781	52.223	(87.483.681)	2.181.636	5.840.951	-	234.797	8.257.384
Total do passivo	984.405.043	256.094.800	1.065.836	(55.801.799)	1.185.763.880	(7.744.166)	(78.178.606)	6.818.628	1.106.659.736

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Alelo, Crediare, etc.) para fins gerenciais;

(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações contábeis da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, em 31 de dezembro de 2019, possuíamos uma agência em Nova Iorque, uma agência em Grand Cayman e uma agência em Londres, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Argentina S.A.U. (Buenos Aires), Banco Bradesco Europa S.A. (Luxemburgo), Bradesco North America LLC (Nova Iorque), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong) e Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México).

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% da receita da Organização no período de 2019, 2018 e 2017.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

6) Resultado líquido de juros

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Receita de juros e similares			
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6.874.429	9.546.878	5.073.435
Empréstimos e adiantamentos a clientes:			
- Operações de crédito	67.807.238	61.949.949	64.767.081
- Operações de arrendamento mercantil	256.455	250.791	254.009
Ativos financeiros:			
- Ao valor justo por meio do resultado	19.436.407	17.538.227	-
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12.567.751	16.666.298	-
- Ao custo amortizado	13.139.371	12.120.868	-
- Para negociação	-	-	13.684.574
- Disponíveis para venda	-	-	11.351.320
- Mantidos até o vencimento	-	-	4.883.103
Cedidos em garantia	-	-	21.268.934
Depósitos compulsórios no Banco Central	4.304.875	3.916.299	4.881.319
Outras receitas financeiras de juros	31.179	63.829	68.553
Total	124.417.705	122.053.139	126.232.328
Despesa de juros e similares			
Recursos de instituições financeiras:			
- Depósitos interfinanceiros	(267.636)	(137.154)	(152.550)
- Captação no mercado aberto	(11.784.845)	(15.094.786)	(22.564.515)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(4.400.636)	(3.176.469)	(3.068.552)
Recursos de clientes:			
- Poupança	(4.568.663)	(4.646.528)	(5.730.457)
- A prazo	(7.707.131)	(6.252.440)	(7.536.161)
Recursos de emissão de títulos	(9.250.005)	(9.054.699)	(13.262.613)
Dívidas subordinadas	(3.708.924)	(3.517.067)	(5.100.017)
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(16.930.146)	(13.365.526)	(18.174.550)
Total	(58.617.986)	(55.244.669)	(75.589.415)
Resultado líquido de juros	65.799.719	66.808.470	50.642.913

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**7) Resultado líquido de serviços e comissões**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Resultado líquido de serviços e comissões			
Rendas de cartões	7.397.305	6.951.609	6.848.855
Contas correntes	7.702.319	7.165.667	6.652.711
Cobrança	1.935.353	1.982.037	1.965.601
Garantias prestadas	1.257.771	1.463.423	1.570.522
Administração de fundos	1.582.733	1.525.280	1.463.469
Administração de consórcios	1.921.082	1.683.942	1.526.660
Serviços de custódia e corretagem	1.134.630	916.083	754.966
<i>Underwriting</i> / Assessoria financeira	1.014.607	815.242	801.219
Arrecadações	475.393	448.416	409.267
Outras	916.483	879.891	755.558
Total	25.337.676	23.831.590	22.748.828

8) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Títulos de renda fixa	544.554	(1.360.349)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.197.059)	(10.543.169)
Títulos de renda variável	(438.412)	226.945
Total	(1.090.917)	(11.676.573)

9) Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Títulos de renda fixa	78.455	345.987
Títulos de renda variável	572.973	677.312
Dividendos recebidos	4.404	50.264
Total	655.832	1.073.563

10) Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira consiste, principalmente, em ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**11) Resultado de seguros e previdência**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Prêmios emitidos	67.835.874	62.736.288	65.864.591
Contribuições de previdência complementar	3.954.904	4.441.813	5.090.043
Prêmios de cosseguros cedidos	(62.903)	(47.232)	(49.715)
Prêmios restituídos	(467.546)	(769.311)	(667.196)
Prêmios emitidos líquidos	71.260.329	66.361.558	70.237.723
Prêmios de resseguros	(68.919)	(91.463)	(191.088)
Prêmios retidos de seguros e planos de previdência	71.191.410	66.270.095	70.046.635
Variação da provisão técnica de seguros	(29.047.959)	(25.837.488)	(30.435.868)
Variação da provisão técnica de previdência	(2.988.568)	(3.571.734)	(4.369.903)
Variação de provisões técnicas de seguros e planos de previdência	(32.036.527)	(29.409.222)	(34.805.771)
Indenizações avisadas	(28.009.648)	(26.463.800)	(25.924.687)
Despesas com sinistros	(117.705)	(67.298)	(36.068)
Recuperação de sinistros de cosseguro cedido	160.443	117.703	35.332
Recuperação de sinistros de resseguro	50.237	18.786	116.913
Salvados e ressarcimentos	589.906	491.559	488.057
Variações da provisão de IBNR	(324.069)	(121.320)	(274.509)
Sinistros retidos	(27.650.836)	(26.024.370)	(25.594.962)
Comissão sobre prêmios	(2.728.176)	(2.655.101)	(2.700.131)
Recuperação de comissão	5.855	12.411	19.334
Angariação	(422.952)	(353.139)	(403.835)
Despesas com corretagem e agenciamento - previdência	(101.626)	(125.770)	(153.552)
Variação das comissões diferidas	(2.209)	(58.032)	(167.728)
Custos de aquisição diferidos de planos de seguros e previdência	(3.249.108)	(3.179.631)	(3.405.912)
Resultado de seguros e previdência	8.254.939	7.656.872	6.239.990

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**12) Despesas de pessoal**

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019 (1)	2018	2017
Proventos	(9.768.305)	(8.350.461)	(9.170.556)
Benefícios	(5.911.496)	(4.383.644)	(5.385.133)
Encargos sociais	(3.470.191)	(2.997.889)	(3.505.290)
Participação dos empregados nos lucros	(1.803.545)	(1.682.868)	(1.572.472)
Provisão para processos trabalhistas (2)	(3.382.750)	(1.289.664)	(927.136)
Treinamentos	(190.031)	(166.936)	(162.678)
Total (1)	(24.526.318)	(18.871.462)	(20.723.265)

(1) Em 2019, inclui R\$ 1.819.232 mil relacionado ao Programa de Demissão Voluntária (PDV); e

(2) Inclui o efeito do aprimoramento da metodologia de cálculo. Para mais informações consultar a Nota 36.

13) Outras despesas administrativas

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Serviços de terceiros	(4.808.331)	(4.598.748)	(4.748.308)
Comunicação	(1.570.224)	(1.541.742)	(1.684.153)
Processamento de dados	(2.145.226)	(2.398.676)	(2.117.085)
Propaganda, promoções e publicidade	(1.300.468)	(1.136.062)	(942.851)
Manutenção e conservação de bens	(1.231.596)	(1.112.508)	(1.158.840)
Sistema financeiro	(1.135.964)	(1.009.209)	(1.033.017)
Aluguéis (1)	(180.648)	(1.142.408)	(1.142.166)
Segurança e vigilância	(744.036)	(748.577)	(818.221)
Transporte	(773.208)	(749.685)	(782.444)
Água, energia e gás	(440.613)	(412.789)	(405.515)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(433.369)	(408.335)	(418.670)
Materiais	(191.362)	(216.768)	(263.527)
Viagens	(302.170)	(286.731)	(261.911)
Outras	(1.232.363)	(1.111.724)	(1.105.753)
Total	(16.489.578)	(16.873.962)	(16.882.461)

(1) A norma IFRS 16 modificou a contabilização dos arrendamentos, eliminando as despesas com aluguéis e segregando no resultado e depreciação do ativo de direito de uso (ativos subjacentes) e os juros sobre os arrendamentos (Notas nº 2h,27 e 37).

14) Depreciação e amortização

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Despesa com amortização	(3.128.385)	(3.348.242)	(3.331.240)
Despesa com depreciação (1)	(2.737.383)	(1.460.013)	(1.237.328)
Total	(5.865.768)	(4.808.255)	(4.568.568)

(1) O aumento na despesa de depreciação em 2019 refere-se a adoção da IFRS 16.

15) Outras receitas/(despesas) operacionais

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Despesas tributárias	(6.858.230)	(6.096.899)	(5.960.618)
Despesas com provisões judiciais	(4.435.942)	(1.836.429)	(1.238.057)
Variação monetária ativa/passiva	112.799	(147.642)	31.710
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido	(344.627)	(614.895)	(412.957)
Despesas com comercialização de cartões	(3.207.559)	(3.381.586)	(3.345.927)
Outras (1)	(11.481.277)	(2.133.143)	792.492
Total	(26.214.836)	(14.210.594)	(10.133.357)

(1) Em 31 de dezembro de 2019, inclui: (i) perdas por *impairment*: em aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R\$ 519.749 mil; *software/hardware*, no valor de R\$ 222.024 mil; e ágio de investimentos, no valor de R\$ 982.536 mil; (ii) despesas com provisão para garantias financeiras, no valor de R\$ 1.252.791 mil; (iii) despesas com provisão para contingências, relacionadas ao FCVS, no valor de R\$ 342.155 mil e outras provisões, no valor de R\$ 696.469 mil e (iv) despesas operacionais relacionadas as operações de seguros em 2019 – R\$ 2.774.936 mil (2018 – R\$ 1.976.347 mil e 2017 – R\$ 1.354.719 mil).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

16) Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	13.381.078	19.442.015	23.743.559
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 2t)	(5.352.431)	(8.748.907)	(10.684.602)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e <i>joint ventures</i>	480.433	756.169	773.285
Juros sobre o capital próprio	2.949.143	3.284.368	3.241.955
Outros valores (1)	9.714.984	2.014.794	240.406
Imposto de renda e contribuição social do exercício	7.792.129	(2.693.576)	(6.428.956)
Alíquota efetiva	58,2%	13,9%	27,1%

(1) Inclui, basicamente: (i) a variação cambial de ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior; (ii) o efeito de R\$ 6.403.185 mil, referente a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos de 15% para 20% sobre as diferenças temporárias e base negativa, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 103 promulgada em novembro de 2019; (iii) as deduções incentivadas; e (iv) a equalização da alíquota e das empresas não financeiras em relação a demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(7.441.945)	(5.657.841)	(8.788.060)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização sobre adições temporárias	14.030.748	1.288.642	2.950.961
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(107.984)	(313.223)	(430.584)
Prejuízo fiscal	(186.773)	(343.791)	(331.512)
Constituição sobre:			
Base negativa de contribuição social	1.174.988	870.717	150.371
Prejuízo fiscal	323.095	1.461.920	19.868
Total dos impostos diferidos	15.234.074	2.964.265	2.359.104
Imposto de renda e contribuição social	7.792.129	(2.693.576)	(6.428.956)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31/12/2018	Constituição (2)	Realização / Baixa	Saldo em 31/12/2019
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	31.642.800	14.212.786	(6.199.140)	39.656.446
Provisão para contingências	7.534.723	4.790.532	(1.862.405)	10.462.850
<i>Impairment</i> de títulos e investimentos	1.889.028	1.967.811	(1.067.523)	2.789.316
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	2.198.742	1.339.401	(2.191.475)	1.346.668
Outros	3.336.145	5.025.820	(1.985.059)	6.376.906
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	46.601.438	27.336.350	(13.305.602)	60.632.186
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	6.679.495	1.498.083	(294.757)	7.882.821
Total dos créditos tributários (1)	53.280.933	28.834.433	(13.600.359)	68.515.007
Obrigações fiscais diferidas (1)	5.798.953	5.011.070	(784.468)	10.025.555
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	47.481.980	23.823.363	(12.815.891)	58.489.452

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	R\$ mil			
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização / Baixa	Saldo em 31/12/2018
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	26.503.863	11.554.370	(6.415.433)	31.642.800
Provisão para contingências	7.226.482	1.835.386	(1.527.145)	7.534.723
Impairment de títulos e investimentos	1.778.282	572.468	(461.722)	1.889.028
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	3.704.393	955.712	(2.461.363)	2.198.742
Outros	4.270.767	2.313.692	(3.248.314)	3.336.145
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (2)	43.483.787	17.231.628	(14.113.977)	46.601.438
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior (2)	5.003.872	2.332.637	(657.014)	6.679.495
Total dos créditos tributários (1)	48.487.659	19.564.265	(14.770.991)	53.280.933
Obrigações fiscais diferidas (1)	6.007.595	2.231.551	(2.440.193)	5.798.953
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	42.480.064	17.332.714	(12.330.798)	47.481.980

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2019 foi de R\$ 8.944.952 mil e em 2018 foi de R\$ 4.598.364 mil; e

(2) Inclui o efeito de R\$ 6.403.185 mil, referente a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos de 15% para 20% sobre as diferenças temporárias e base negativa, conforme estabelecido na Emenda Constitucional n° 103 promulgada em novembro de 2019.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2020	10.196.257	8.030.746	229.659	185.685	18.642.347
2021	8.517.189	6.721.091	278.169	222.356	15.738.805
2022	7.745.964	6.122.730	334.474	266.691	14.469.859
2023	6.319.696	4.991.692	1.127.995	904.025	13.343.408
2024	813.924	498.520	1.869.069	2.188.807	5.370.320
Após 2023	374.575	299.802	33.093	242.798	950.268
Total	33.967.605	26.664.581	3.872.459	4.010.362	68.515.007

e) Impostos diferidos passivos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Superveniência de depreciação – <i>leasing</i> financeiro	237.400	242.571
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	5.054.596	1.200.453
Atualização de depósitos judiciais e outros	4.733.559	4.355.929
Total	10.025.555	5.798.953

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**f) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido**

	R\$ mil								
	Em 31 de dezembro de 2019			Em 31 de dezembro de 2018			Em 31 de dezembro de 2017		
	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.027.427	(4.231.992)	5.795.435	(512.397)	215.482	(296.915)	-	-	-
Ativos financeiros registrados como disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	3.418.567	(1.231.202)	2.187.365
Conversão de subsidiária no exterior	73.867	-	73.867	113.198	-	113.198	23.010	5.992	29.002
Outros	(371.887)	167.349	(204.538)	(154.607)	61.843	(92.764)	-	-	-
Total	9.729.407	(4.064.643)	5.664.764	(553.806)	277.325	(276.481)	3.441.577	(1.225.210)	2.216.367

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**17) Lucro por ação****a) Lucro por ação básico**

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018 (1)	2017 (1)
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	10.035.723	7.916.635	8.157.920
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	10.987.300	8.667.280	8.931.444
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	4.025.988	4.025.988	4.025.988
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	4.007.025	4.007.025	4.007.025
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	2,49	1,97	2,03
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	2,74	2,16	2,23

(1) Todas as quantidades de ações apresentadas em períodos anteriores foram ajustadas para refletir o desdobramento de ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 11 de março de 2019, na proporção de duas novas ações para cada 10 possuídas.

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

18) Caixa, disponibilidades em banco e equivalentes de caixa**a) Caixa e disponibilidades em bancos**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional	14.802.308	14.734.228
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.185.462	4.877.776
Depósitos compulsórios no Banco Central (1)	90.622.337	87.596.916
Aplicações em ouro	892	823
Total	109.610.999	107.209.743

(1) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

b) Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional	14.802.308	14.734.228
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.185.462	4.877.776
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	42.890.831	90.612.803
Aplicações em ouro	892	823
Total	61.879.493	110.225.630

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Desse montante, R\$ 38.451.100 mil (2018 – R\$ 60.443.537 mil) são ativos financeiros cedidos em garantia.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

19) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Ativos financeiros (1)		
Títulos públicos brasileiros	200.835.878	206.756.050
Títulos emitidos por instituições financeiras	14.984.397	10.164.454
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	13.391.018	9.303.942
Aplicações em cotas de fundos	5.518.833	3.657.393
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	47.308	659.603
Títulos públicos de governos estrangeiros	471.153	849.114
Instrumentos financeiros derivativos	14.511.190	14.770.594
Total	249.759.777	246.161.150

(1) Em 2019 e 2018, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do resultado - Títulos e Valores Mobiliários para outras categorias de ativos financeiros.

b) Vencimento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Vencimento em até um ano	22.695.708	12.471.625
Vencimento de um até cinco anos	162.184.205	164.553.949
Vencimento de cinco até dez anos	44.090.948	56.868.688
Vencimento acima de dez anos	8.537.678	5.121.915
Prazo indeterminado	12.251.238	7.144.973
Total	249.759.777	246.161.150

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias classificados como “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, totalizaram em 31 de dezembro de 2019, R\$ 8.040.216 mil (2018 - R\$ 6.481.098 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

A Organização mantinha em 31 de dezembro de 2019, R\$ 6.252.632 mil (2018 - R\$ 6.220.609 mil), penhorado como garantia por passivos.

Os ganhos/(perdas) líquidos não realizados, incluídos em títulos e valores mobiliários de negociação, somaram em 31 de dezembro de 2019 R\$ 1.386.484 mil (2018 - R\$ (1.066.594) mil). A variação líquida em ganhos/(perdas) não realizados, com títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado totalizou R\$ 2.453.078 mil em 2019 (2018 - R\$ 3.679.294 mil).

c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Instrumentos financeiros derivativos	14.244.083	16.152.087
Total	14.244.083	16.152.087

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

20) Instrumentos financeiros derivativos

A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com diversos clientes, os quais se destinam a reduzir sua exposição global a risco, bem como administrar a exposição a risco de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (B3).

(i) Contratos de Swap

Swaps de moeda estrangeira e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por um outro e resultam em uma troca econômica de moedas estrangeiras ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação (ou seja, *swaps* de moeda estrangeira e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito da Organização representa o custo potencial para repor os contratos de *swap* se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor *notional* dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, a Organização avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

(ii) Opções de câmbio

Opções de câmbio são contratos segundo os quais o vendedor (lançador da opção) concede ao comprador (detentor da opção) o direito, mas não a obrigação, de comprar *call option* ou vender *put option* em uma data determinada ou durante um período determinado, um valor específico em moeda estrangeira. O vendedor recebe do comprador um prêmio pela assunção do risco de câmbio ou de taxa de juros. As opções podem ser negociadas entre a Organização e um cliente. A Organização está exposta a risco de crédito apenas nas opções compradas e apenas por seu valor contábil, que é o valor justo de mercado.

(iii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito é mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as variações no valor dos contratos são liquidados diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente, que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

(iv) Operações a termo

A operação a termo é um contrato de compra ou venda, a um preço fixo, para liquidação em uma determinada data. Por se tratar de um mercado futuro, no qual a compra da ação só será efetivada no dia do vencimento, é necessária uma margem em custódia para garantias do contrato. Essa margem pode ser em dinheiro ou títulos de valores mobiliários custodiados. O valor da margem varia durante o contrato, de acordo com a variação do indexador que assumiu na operação, em razão de mudanças de volatilidade e liquidez, além de possíveis margens adicionais que a corretora pode solicitar.

A composição dos valores de referência *notional* e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação mantidos pela Organização é a seguinte:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	2019					2018				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos futuros										
Compromissos de compra:	140.426.077	-	20.290	-	20.290	237.744.206		12.333	-	12.333
- Mercado interfinanceiro	108.149.874	-	12.659	-	12.659	183.952.954	54.745.811	8.902	-	8.902
- Moeda estrangeira	30.351.663	-	5.560	-	5.560	53.491.092	-	3.174	-	3.174
- Outros	1.924.540	777.414	2.071	-	2.071	300.160	11.359	257	-	257
Compromissos de venda:	231.911.105		(23.676)	-	(23.676)	195.027.332		(21.283)	-	(21.283)
- Mercado interfinanceiro (1)	153.544.202	45.394.328	(18.640)	-	(18.640)	129.207.143	-	(19.133)	-	(19.133)
- Moeda estrangeira (2)	77.219.777	46.868.114	(1.840)	-	(1.840)	65.531.388	12.040.296	(1.911)	-	(1.911)
- Outros	1.147.126	-	(3.196)	-	(3.196)	288.801	-	(239)	-	(239)
Contratos de opções										
Compromissos de compra:	145.317.995		1.489.325	310.565	1.799.890	53.476.567		1.402.844	108.423	1.511.267
- Mercado interfinanceiro	130.179.263	-	617.942	153.980	771.922	37.543.735	510.899	530.930	29.882	560.812
- Moeda estrangeira	14.233.062	1.019.989	808.235	131.756	939.991	15.102.480	3.464.719	825.937	72.814	898.751
- Outros	905.670	-	63.148	24.829	87.977	830.352	106.623	45.977	5.727	51.704
Compromissos de venda:	253.288.998		(1.519.642)	(12.609)	(1.532.251)	49.394.326		(1.659.204)	13.854	(1.645.350)
- Mercado interfinanceiro	238.999.513	108.820.250	(891.953)	(130.183)	(1.022.136)	37.032.836	-	(1.001.378)	(29.965)	(1.031.343)
- Moeda estrangeira	13.213.073	-	(545.433)	124.936	(420.497)	11.637.761	-	(603.380)	31.513	(571.867)
- Outros	1.076.412	170.742	(82.256)	(7.362)	(89.618)	723.729	-	(54.446)	12.306	(42.140)
Contratos a termo										
Compromissos de compra:	16.258.721		1.428.434	1.328	1.429.762	13.597.633		731.145	-	731.145
- Mercado interfinanceiro	232.706	232.706	1.859	1.328	3.187	213.196	213.196	15.577	-	15.577
- Moeda estrangeira	13.794.259	-	(251.175)	-	(251.175)	12.488.149	-	135.002	-	135.002
- Outros	2.231.756	1.563.753	1.677.750	-	1.677.750	896.288	292.398	580.566	-	580.566

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	2019					2018				
	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Valor líquido (3)	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Compromissos de venda:	15.834.563		125.532	(2.167)	123.365	19.213.840		(164.382)	-	(164.382)
- Moeda estrangeira (2)	15.166.560	1.372.301	107.747	-	107.747	18.609.950	6.121.801	(188.372)	-	(188.372)
- Outros	668.003	-	17.785	(2.167)	15.618	603.890	-	23.990	-	23.990
Contratos de swap										
Posição ativa:	70.032.236		9.668.531	987.011	10.655.542	73.302.987		13.411.473	(1.240.227)	12.171.246
- Mercado interfinanceiro	7.703.103	3.424.228	118.969	85.416	204.385	4.439.901	2.835.083	319.859	89.857	409.716
- Prefixados	38.714.923	19.364.909	8.253.671	(515.320)	7.738.351	51.759.240	23.444.731	11.671.421	(1.910.637)	9.760.784
- Moeda estrangeira	19.746.372	-	1.032.687	1.066.491	2.099.178	15.551.428	-	1.296.270	461.908	1.758.178
- IGP-M	670.554	-	124.132	118.554	242.686	753.483	7.483	55.729	54.100	109.829
- Outros	3.197.284	-	139.072	231.870	370.942	798.935	-	68.194	64.545	132.739
Posição passiva:	52.232.961		(9.044.701)	(3.161.114)	(12.205.815)	56.105.194		(10.325.457)	(3.651.012)	(13.976.469)
- Mercado interfinanceiro	4.278.875	-	(179.169)	76.722	(102.447)	1.604.818	-	(18.891)	(27.358)	(46.249)
- Prefixados	19.350.014	-	(5.547.009)	(2.015.586)	(7.562.595)	28.314.509	-	(6.187.482)	(3.397.316)	(9.584.798)
- Moeda estrangeira	21.483.368	1.736.996	(2.750.465)	(605.694)	(3.356.159)	23.368.049	7.816.621	(3.751.368)	25.542	(3.725.826)
- IGP-M	893.000	222.446	(167.300)	(170.755)	(338.055)	746.000	-	(117.080)	(75.723)	(192.803)
- Outros	6.227.704	3.030.420	(400.758)	(445.801)	(846.559)	2.071.818	1.272.883	(250.636)	(176.157)	(426.793)
Totais	925.302.656		2.144.093	(1.876.986)	267.107	697.862.085		3.387.469	(4.768.962)	(1.381.493)

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 76.405.734 mil (2018 - R\$ 8.285.152 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 21.015.183 mil (2018 - R\$ 9.784.183 mil);

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 64.376.717 mil (2018 - R\$ 59.884.730 mil); e

(3) Reflete o saldo líquido entre a Posição Ativa e Passiva.

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado à mudanças nas condições de mercado, devido à variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam a entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito (“*default*”), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Risco recebido de Swaps de créditos:	3.894.982	3.330.639
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	791.045	749.735
- Títulos de dívida pública brasileira	3.056.778	2.574.317
- Títulos de dívida pública estrangeira	47.159	6.587
Risco transferido de Swaps de créditos:	(1.108.443)	(271.236)
- Derivativos da dívida pública brasileira	(181.382)	(96.870)
- Derivativos da dívida pública estrangeira	(927.061)	(174.366)
Risco de crédito total líquido	2.786.539	3.059.403
Efeito sobre o Patrimônio Líquido	84.382	61.551
Remuneração sobre a contraparte receptora do risco	(11.945)	(7.372)

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2025. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

A Organização possui as seguintes operações de *hedge* contábil:

Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros, as quais impactam o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	21.015.183	21.127.503	216.845	119.265
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	76.405.734	75.942.005	(97.192)	(53.456)
Total em 2019	97.420.917	97.069.508	119.653	65.809
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (2)	9.784.183	8.048.943	-	-
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	8.285.152	8.054.345	(140.745)	(84.447)
Total em 2018	18.069.335	16.103.288	(140.745)	(84.447)

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3, sendo os prazos de vencimentos até 2021, tornando o fluxo de caixa prefixado; e

(2) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3, sendo os prazos de vencimentos em 2019, tornando o fluxo de caixa prefixado.

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com a norma contábil.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ (28.413) mil.

Não ocorreram ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (2018 – R\$ 22.970 mil).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Hedge de investimentos no exterior

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	1.919.177	925.820	(388.674)	(213.771)
Total em 2019	1.919.177	925.820	(388.674)	(213.771)
<i>Hedge</i> de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	1.375.232	755.611	(269.039)	(161.423)
Total em 2018	1.375.232	755.611	(269.039)	(161.423)

(1) Cujas moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward*, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano).

A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com a norma contábil.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ (4.172) mil.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ (15.750) mil (2018 – R\$ (7.943) mil).

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros são reconhecidos na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação", na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

De acordo com a IFRS 7, o Bradesco deve apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares. Em conformidade com a IAS 32, um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

O quadro a seguir apresenta ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação:

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2019			Em 31 de dezembro de 2018		
	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Ativos Financeiros						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	48.278.561	-	48.278.561	60.443.537	-	60.443.537
Instrumentos Financeiros Derivativos	14.511.191	-	14.511.191	14.770.594	-	14.770.594
Passivos Financeiros						
Captações no Mercado Aberto	174.100.023	-	174.100.023	190.911.877	-	190.911.877
Instrumentos Financeiros Derivativos	14.244.083	-	14.244.083	16.152.087	-	16.152.087

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Bradesco não possui em seu balanço instrumentos financeiros em base líquida por não atenderem aos critérios de compensação do IAS 32, ou por não ter a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

21) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor de mercado
Títulos públicos brasileiros	149.536.012	11.531.621	(732)	161.066.901
Títulos emitidos por empresas não financeiras	5.293.589	318.798	(126.710)	5.485.677
Títulos emitidos por instituições financeiras	5.606.859	534.907	(629.287)	5.512.479
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.696.120	69.616	(18.804)	1.746.932
Títulos públicos de governos estrangeiros	6.449.559	5.335	-	6.454.894
Aplicações em cotas de fundos	2.236.877	10.049	(15.116)	2.231.810
Ações de companhias abertas e outras ações	8.938.066	1.069.846	(56.595)	9.951.317
Saldos em 31 de dezembro de 2019	179.757.082	13.540.172	(847.244)	192.450.010
Títulos públicos brasileiros	146.656.888	4.251.206	(89.339)	150.818.755
Títulos emitidos por empresas não financeiras	5.932.857	187.874	(145.537)	5.975.194
Títulos emitidos por instituições financeiras	6.371.576	117.435	(567.935)	5.921.076
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.573.965	28.832	(38.130)	1.564.667
Aplicações em cotas de fundos	2.856.590	1.742	(16.971)	2.841.361
Ações de companhias abertas e outras ações	11.685.525	682.783	(1.438.825)	10.929.483
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (1)	175.077.401	5.269.872	(2.296.737)	178.050.536

(1) Em junho de 2018, a Administração decidiu pela reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes para mensurados ao custo amortizado, no montante de R\$ 17.022.922 mil. Essa reclassificação se deu por alinhamento da estratégia de gerenciamento de risco e capital. Caso não houvesse essa reclassificação seria reconhecido em outros resultados abrangentes marcação a mercado no montante de R\$ (297.343) mil.

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de janeiro de 2019		Em 31 de janeiro de 2018	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	33.240.423	33.247.822	75.814.113	75.763.826
Vencimento entre 1 e 5 anos	97.066.063	101.397.630	65.896.910	67.290.177
Vencimento entre 5 e 10 anos	21.003.150	22.423.476	6.189.446	6.441.750
Vencimento acima de 10 anos	17.272.504	23.197.955	15.491.407	17.625.300
Vencimento indeterminado	11.174.942	12.183.127	11.685.525	10.929.483
Total	179.757.082	192.450.010	175.077.401	178.050.536

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, totalizaram em 31 de dezembro de 2019, R\$ 71.964.109 mil (2018 - R\$ 88.969.378 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização mantinha R\$ 11.459.436 mil (2018 - R\$ 2.099.991 mil) em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, penhorados como garantia para passivos.

c) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	R\$ mil		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	8.938.066	1.013.251	9.951.317
Total em 31 de dezembro de 2019	8.938.066	1.013.251	9.951.317

A Organização adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

d) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 1º de janeiro de 2018	21.370	44.482	55.714	121.566
Transferidos para o Estágio 3	(748)	-	-	(748)
Oriundos do Estágio 1	-	-	748	748
Ativos comprados/Ativos liquidados/Reversão	(5.910)	117.579	104.271	215.940
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2018	14.712	162.061	160.733	337.506
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	25.128	(149.362)	(14.810)	(139.044)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2019	39.840	12.699	145.923	198.462

22) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Aplicações em operações compromissadas (1)	48.278.561	96.304.582
Empréstimos para instituições financeiras	10.849.695	8.946.346
Perda esperada	(44.465)	(1.978)
Total	59.083.791	105.248.950

(1) Em 2019 inclui aplicações em operações compromissadas cedidas em garantia, no montante de R\$ 38.451.100 mil (2018 - R\$ 60.443.537 mil).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

23) Empréstimos e adiantamentos a clientes

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Pessoa Jurídica	226.976.385	218.944.963
Financiamentos e repasses	104.138.378	105.672.794
Financiamento à exportação	47.484.556	47.626.728
Financiamento imobiliário	16.822.185	22.415.363
Repasses BNDES/Finame	16.643.236	18.947.583
Financiamento de veículos	12.040.355	7.828.417
Importação	8.398.252	6.850.465
Leasing	2.749.794	2.004.238
Empréstimos	111.327.898	102.614.435
Capital de giro	57.887.358	55.739.546
Crédito rural	5.525.886	5.459.694
Outros	47.914.654	41.415.195
Operações com limites (1)	11.510.109	10.657.734
Cartão de crédito	4.000.712	3.105.494
Conta garantida/Cheque especial	7.509.397	7.552.240
Pessoa Física	230.415.990	192.547.692
Financiamentos e repasses	78.615.264	67.861.394
Financiamento imobiliário	44.175.642	38.179.023
Financiamento de veículos	28.350.727	23.246.610
Repasses BNDES/Finame	5.872.331	6.222.532
Outros	216.564	213.229
Empréstimos	105.427.418	83.968.350
Crédito pessoal consignado	63.144.951	51.284.334
Crédito pessoal	24.338.888	16.858.123
Crédito rural	8.543.433	7.894.249
Outros	9.400.146	7.931.644
Operações com limites (1)	46.373.308	40.717.948
Cartão de crédito	41.353.388	36.447.880
Conta garantida/Cheque especial	5.019.920	4.270.068
Total da carteira	457.392.375	411.492.655

(1) Refere-se a operações com limites pré estabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos.

Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		
Até um ano	1.076.955	929.858
De um a cinco anos	1.658.449	1.128.477
Mais de cinco anos	122.111	31.527
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(160.382)	(128.564)
Investimento líquido	2.697.133	1.961.298
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		
Até um ano	1.012.714	884.853
De um a cinco anos	1.563.529	1.045.773
Mais de cinco anos	120.890	30.672
Total	2.697.133	1.961.298

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes

Estágio 1	R\$ mil									
	Saldo em 31.12.2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31.12.2019
Pessoa Jurídica	174.823.333	(3.530.473)	(1.047.643)	1.740.309	99.605	(14.129.128)	126.296.922	(91.016.561)	-	193.236.364
Financiamentos	87.491.428	(2.665.550)	(216.644)	793.644	56.979	(6.599.164)	48.322.133	(35.550.497)	-	91.632.329
Empréstimos	77.801.046	(788.067)	(771.301)	932.838	34.874	(7.529.964)	70.778.365	(49.009.228)	-	91.448.563
Operações com limites	9.530.859	(76.856)	(59.698)	13.827	7.752	-	7.196.424	(6.456.836)	-	10.155.472
Pessoa Física	164.711.763	(3.830.157)	(2.331.304)	1.939.655	323.117	(15.271.291)	126.773.073	(72.930.660)	-	199.384.196
Financiamentos	62.636.298	(2.196.138)	(567.081)	843.573	62.471	(8.742.813)	31.123.133	(10.161.286)	-	72.998.157
Empréstimos	69.241.572	(1.524.297)	(1.697.183)	1.027.710	154.480	(6.528.478)	62.155.926	(34.653.409)	-	88.176.321
Operações com limites	32.833.893	(109.722)	(67.040)	68.372	106.166	-	33.494.014	(28.115.965)	-	38.209.718
Total	339.535.096	(7.360.630)	(3.378.947)	3.679.964	422.722	(29.400.419)	253.069.995	(163.947.221)	-	392.620.560

Estágio 2	R\$ mil									
	Saldo em 31.12.2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31.12.2019
Pessoa Jurídica	21.750.671	(1.740.309)	(4.150.902)	3.530.473	604.824	(1.537.738)	5.702.723	(11.053.718)	-	13.106.024
Financiamentos	11.855.797	(793.644)	(3.637.599)	2.665.550	183.776	(640.153)	768.132	(4.669.507)	-	5.732.352
Empréstimos	9.449.412	(932.838)	(510.021)	788.067	415.621	(897.585)	4.445.528	(6.000.032)	-	6.758.152
Operações com limites	445.462	(13.827)	(3.282)	76.856	5.427	-	489.063	(384.179)	-	615.520
Pessoa Física	15.354.577	(1.939.655)	(1.100.985)	3.830.157	622.122	(1.616.061)	11.754.505	(7.309.945)	-	19.594.715
Financiamentos	4.130.401	(843.573)	(292.952)	2.196.138	70.757	(550.578)	693.061	(835.952)	-	4.567.302
Empréstimos	9.122.134	(1.027.710)	(691.602)	1.524.297	479.625	(1.065.483)	8.288.437	(4.610.119)	-	12.019.579
Operações com limites	2.102.042	(68.372)	(116.431)	109.722	71.740	-	2.773.007	(1.863.874)	-	3.007.834
Total	37.105.248	(3.679.964)	(5.251.887)	7.360.630	1.226.946	(3.153.799)	17.457.228	(18.363.663)	-	32.700.739

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Estágio 3	R\$ mil									
	Saldo em 31.12.2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31.12.2019
Pessoa Jurídica	22.370.956	(99.605)	(604.824)	1.047.643	4.150.902	(552.471)	4.249.360	(3.941.465)	(5.986.498)	20.633.998
Financiamentos	6.325.568	(56.979)	(183.776)	216.644	3.637.599	(237.542)	422.843	(1.756.639)	(1.594.018)	6.773.700
Empréstimos	15.363.975	(34.874)	(415.621)	771.301	510.021	(314.929)	3.175.691	(1.928.627)	(4.005.755)	13.121.182
Operações com limites	681.413	(7.752)	(5.427)	59.698	3.282	-	650.826	(256.199)	(386.725)	739.116
Pessoa Física	12.481.355	(323.117)	(622.122)	2.331.304	1.100.985	(1.010.738)	6.655.466	1.502.563	(10.678.618)	11.437.078
Financiamentos	1.094.697	(62.471)	(70.757)	567.081	292.952	(372.611)	215.265	(117.483)	(496.868)	1.049.805
Empréstimos	5.604.645	(154.480)	(479.625)	1.697.183	691.602	(638.127)	2.679.383	1.146.472	(5.315.534)	5.231.519
Operações com limites	5.782.013	(106.166)	(71.740)	67.040	116.431	-	3.760.818	473.574	(4.866.216)	5.155.754
Total	34.852.311	(422.722)	(1.226.946)	3.378.947	5.251.887	(1.563.209)	10.904.826	(2.438.902)	(16.665.116)	32.071.076

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil					
	Saldo em 31.12.2018	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31.12.2019
Pessoa Jurídica	218.944.960	(16.219.337)	136.249.005	(106.011.744)	(5.986.498)	226.976.386
Financiamentos	105.672.793	(7.476.859)	49.513.108	(41.976.643)	(1.594.018)	104.138.381
Empréstimos	102.614.433	(8.742.478)	78.399.584	(56.937.887)	(4.005.755)	111.327.897
Operações com limites	10.657.734	-	8.336.313	(7.097.214)	(386.725)	11.510.108
Pessoa Física	192.547.695	(17.898.090)	145.183.044	(78.738.042)	(10.678.618)	230.415.989
Financiamentos	67.861.396	(9.666.002)	32.031.459	(11.114.721)	(496.868)	78.615.264
Empréstimos	83.968.351	(8.232.088)	73.123.746	(38.117.056)	(5.315.534)	105.427.419
Operações com limites	40.717.948	-	40.027.839	(29.506.265)	(4.866.216)	46.373.306
Total	411.492.655	(34.117.427)	281.432.049	(184.749.786)	(16.665.116)	457.392.375

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Estágio 1	R\$ mil									
	Saldo em 31.12.2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31.12.2018
Pessoa Jurídica	157.300.055	(5.081.387)	(1.185.431)	490.136	36.890	(13.690.363)	30.124.524	6.828.911	-	174.823.335
Financiamentos	82.604.674	(3.890.289)	(339.463)	246.449	24.535	(7.504.779)	7.192.088	9.158.213	-	87.491.428
Empréstimos	65.403.658	(1.080.522)	(727.142)	205.209	9.480	(6.185.584)	20.069.753	106.196	-	77.801.048
Operações com limites	9.291.723	(110.576)	(118.826)	38.478	2.875	-	2.862.683	(2.435.498)	-	9.530.859
Pessoa Física	144.261.447	(3.466.413)	(3.021.364)	2.609.492	116.247	(14.445.656)	167.239.590	(128.581.582)	-	164.711.761
Financiamentos	54.890.629	(1.920.408)	(615.709)	768.496	38.055	(8.033.056)	67.693.458	(50.185.168)	-	62.636.297
Empréstimos	58.814.657	(1.260.962)	(1.654.147)	1.371.131	31.393	(6.412.600)	83.800.332	(65.448.232)	-	69.241.572
Operações com limites	30.556.161	(285.043)	(751.508)	469.865	46.799	-	15.745.800	(12.948.182)	-	32.833.892
Total	301.561.502	(8.547.800)	(4.206.795)	3.099.628	153.137	(28.136.019)	197.364.114	(121.752.671)	-	339.535.096

Estágio 2	R\$ mil									
	Saldo em 31.12.2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31.12.2018
Pessoa Jurídica	23.735.835	(490.136)	(3.784.644)	5.081.387	72.111	(1.297.150)	2.345.978	(3.912.708)	-	21.750.673
Financiamentos	13.146.736	(246.449)	(1.616.645)	3.890.289	24.009	(565.769)	102.265	(2.878.638)	-	11.855.798
Empréstimos	9.993.363	(205.209)	(2.091.066)	1.080.522	46.346	(731.381)	2.059.549	(702.712)	-	9.449.412
Operações com limites	595.736	(38.478)	(76.933)	110.576	1.756	-	184.164	(331.358)	-	445.463
Pessoa Física	18.799.389	(2.609.492)	(2.293.514)	3.466.413	97.740	(1.624.519)	13.514.503	(13.995.945)	-	15.354.575
Financiamentos	4.275.595	(768.496)	(378.028)	1.920.408	43.127	(548.043)	1.404.662	(1.818.823)	-	4.130.402
Empréstimos	11.194.778	(1.371.131)	(1.217.096)	1.260.962	32.521	(1.076.476)	10.676.902	(10.378.328)	-	9.122.132
Operações com limites	3.329.016	(469.865)	(698.390)	285.043	22.092	-	1.432.939	(1.798.794)	-	2.102.041
Total	42.535.224	(3.099.628)	(6.078.158)	8.547.800	169.851	(2.921.669)	15.860.481	(17.908.653)	-	37.105.248

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Estágio 3	R\$ mil									
	Saldo em 31.12.2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31.12.2018
Pessoa Jurídica	18.904.406	(36.890)	(72.111)	1.185.431	3.784.644	(364.685)	1.814.270	3.397.327	(6.241.440)	22.370.952
Financiamentos	5.698.042	(24.535)	(24.009)	339.463	1.616.645	(267.885)	86.572	481.672	(1.580.397)	6.325.568
Empréstimos	12.476.227	(9.480)	(46.346)	727.142	2.091.066	(96.800)	1.509.773	2.879.832	(4.167.441)	15.363.973
Operações com limites	730.137	(2.875)	(1.756)	118.826	76.933	-	217.925	35.823	(493.602)	681.411
Pessoa Física	10.812.533	(116.247)	(97.740)	3.021.364	2.293.514	(1.579.027)	11.532.786	(879.623)	(12.506.201)	12.481.359
Financiamentos	1.136.398	(38.055)	(43.127)	615.709	378.028	(505.434)	2.194.487	(1.454.891)	(1.188.417)	1.094.698
Empréstimos	4.373.006	(31.393)	(32.521)	1.654.147	1.217.096	(1.073.593)	7.976.047	(2.830.578)	(5.647.564)	5.604.647
Operações com limites	5.303.129	(46.799)	(22.092)	751.508	698.390	-	1.362.252	3.405.846	(5.670.220)	5.782.014
Total	29.716.939	(153.137)	(169.851)	4.206.795	6.078.158	(1.943.712)	13.347.056	2.517.704	(18.747.641)	34.852.311

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil					
	Saldo em 31.12.2017	Amortização	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31.12.2018
Pessoa Jurídica	199.940.296	(15.352.198)	34.284.772	6.313.530	(6.241.440)	218.944.960
Financiamentos	101.449.452	(8.338.433)	7.380.925	6.761.247	(1.580.397)	105.672.794
Empréstimos	87.873.248	(7.013.765)	23.639.075	2.283.316	(4.167.441)	102.614.433
Operações com limites	10.617.596	-	3.264.772	(2.731.033)	(493.602)	10.657.733
Pessoa Física	173.873.369	(17.649.202)	192.286.879	(143.457.150)	(12.506.201)	192.547.695
Financiamentos	60.302.622	(9.086.533)	71.292.607	(53.458.882)	(1.188.417)	67.861.397
Empréstimos	74.382.441	(8.562.669)	102.453.281	(78.657.138)	(5.647.564)	83.968.351
Operações com limites	39.188.306	-	18.540.991	(11.341.130)	(5.670.220)	40.717.947
Total	373.813.665	(33.001.400)	226.571.651	(137.143.620)	(18.747.641)	411.492.655

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Reconciliação de perdas esperadas empréstimos e adiantamentos a clientes

Estágio 1	R\$ mil									
	Perda esperada em 31.12.2018	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Perda esperada em 31.12.2019
Pessoa Jurídica	3.443.204	(94.861)	(67.862)	160.068	67.150	(699.827)	3.512.364	(1.072.173)	-	5.248.063
Financiamentos	1.122.680	(37.774)	(8.497)	41.914	34.652	4.017	775.161	(227.085)	-	1.705.068
Empréstimos	1.945.637	(52.890)	(57.437)	116.806	23.010	(703.844)	2.515.926	(610.639)	-	3.176.569
Operações com limites	374.887	(4.197)	(1.928)	1.348	9.488	-	221.277	(234.449)	-	366.426
Pessoa Física	7.273.362	(164.394)	(157.138)	177.609	251.008	(750.372)	5.812.053	(4.623.554)	-	7.818.574
Financiamentos	901.119	(66.512)	(34.051)	78.516	28.735	(257.642)	476.691	(187.466)	-	939.390
Empréstimos	2.053.854	(79.136)	(107.024)	84.208	94.472	(492.730)	1.716.160	(1.016.759)	-	2.253.045
Operações com limites	4.318.389	(18.746)	(16.063)	14.885	127.801	-	3.619.202	(3.419.329)	-	4.626.139
Total	10.716.566	(259.255)	(225.000)	337.677	318.158	(1.450.199)	9.324.417	(5.695.727)	-	13.066.637

Estágio 2	R\$ mil									
	Perda esperada em 31.12.2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Perda esperada em 31.12.2019
Pessoa Jurídica	2.547.908	(160.068)	(953.343)	94.861	212.921	(355.917)	1.218.315	(714.572)	-	1.890.105
Financiamentos	1.445.950	(41.914)	(835.870)	37.774	29.175	(205.170)	51.560	(264.569)	-	216.936
Empréstimos	1.047.715	(116.806)	(117.292)	52.890	178.660	(150.747)	1.117.295	(401.471)	-	1.610.244
Operações com limites	54.243	(1.348)	(181)	4.197	5.086	-	49.460	(48.532)	-	62.925
Pessoa Física	1.831.813	(177.609)	(173.561)	164.394	384.088	(100.890)	1.672.251	(855.304)	-	2.745.182
Financiamentos	405.730	(78.516)	(38.370)	66.512	30.577	209.080	94.304	(85.905)	-	603.412
Empréstimos	1.097.633	(84.208)	(116.067)	79.136	271.118	(309.970)	1.195.503	(485.172)	-	1.647.973
Operações com limites	328.450	(14.885)	(19.124)	18.746	82.393	-	382.444	(284.227)	-	493.797
Total	4.379.721	(337.677)	(1.126.904)	259.255	597.009	(456.807)	2.890.566	(1.569.876)	-	4.635.287

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Estágio 3	R\$ mil									
	Perda esperada em 31.12.2018	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Perda esperada em 31.12.2019
Pessoa Jurídica	10.860.724	(67.150)	(212.921)	67.862	953.343	2.832.030	1.938.037	1.863.497	(5.986.498)	12.248.924
Financiamentos	2.681.912	(34.652)	(29.175)	8.497	835.870	727.234	242.132	158.908	(1.594.018)	2.996.708
Empréstimos	7.635.874	(23.010)	(178.660)	57.437	117.292	2.104.796	1.162.299	1.829.964	(4.005.755)	8.700.237
Operações com limites	542.938	(9.488)	(5.086)	1.928	181	-	533.606	(125.375)	(386.725)	551.979
Pessoa Física	8.419.460	(251.008)	(384.088)	157.138	173.561	1.339.621	4.773.024	4.652.446	(10.678.618)	8.201.536
Financiamentos	619.474	(28.735)	(30.577)	34.051	38.370	154.279	107.267	132.861	(496.868)	530.122
Empréstimos	3.411.114	(94.472)	(271.118)	107.024	116.067	1.185.342	1.818.298	2.776.829	(5.315.534)	3.733.550
Operações com limites	4.388.872	(127.801)	(82.393)	16.063	19.124	-	2.847.459	1.742.756	(4.866.216)	3.937.864
Total	19.280.184	(318.158)	(597.009)	225.000	1.126.904	4.171.651	6.711.061	6.515.943	(16.665.116)	20.450.460

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil					
	Perda esperada em 31.12.2018	Remensuração	Originados	Constituição/ Reversão	(Write off)	Perda esperada em 31.12.2019
Pessoa Jurídica	16.851.836	1.776.286	6.668.716	76.752	(5.986.498)	19.387.092
Financiamentos	5.250.542	526.081	1.068.853	(332.746)	(1.594.018)	4.918.712
Empréstimos	10.629.226	1.250.205	4.795.520	817.854	(4.005.755)	13.487.050
Operações com limites	972.068	-	804.343	(408.356)	(386.725)	981.330
Pessoa Física	17.524.635	488.359	12.257.328	(826.412)	(10.678.618)	18.765.292
Financiamentos	1.926.323	105.717	678.262	(140.510)	(496.868)	2.072.924
Empréstimos	6.562.601	382.642	4.729.961	1.274.898	(5.315.534)	7.634.568
Operações com limites	9.035.711	-	6.849.105	(1.960.800)	(4.866.216)	9.057.800
Total (1)	34.376.471	2.264.645	18.926.044	(749.660)	(16.665.116)	38.152.384

(1) Contemplam perdas esperadas com operações de crédito, compromissos a liberar e garantias financeiras prestadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Estágio 1	R\$ mil									
	Perda esperada em 31.12.2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Perda esperada em 31.12.2018
Pessoa Jurídica	3.335.713	(118.504)	(57.096)	85.724	29.002	62.763	1.362.210	(1.256.607)	-	3.443.205
Financiamentos	364.676	(43.734)	(5.602)	53.074	13.257	(58.043)	263.013	46.746	-	633.387
Empréstimos	2.649.815	(68.431)	(44.934)	27.805	5.415	120.806	945.891	(1.201.435)	-	2.434.932
Operações com limites	321.222	(6.339)	(6.560)	4.845	10.330	-	153.306	(101.918)	-	374.886
Pessoa Física	5.574.664	(156.761)	(244.073)	377.145	90.823	(397.813)	4.144.755	(2.115.379)	-	7.273.361
Financiamentos	666.623	(50.642)	(26.489)	87.473	17.688	(184.889)	657.921	(266.566)	-	901.119
Empréstimos	1.422.715	(62.664)	(111.543)	141.207	17.569	(212.924)	1.647.363	(787.870)	-	2.053.853
Operações com limites	3.485.326	(43.455)	(106.041)	148.465	55.566	-	1.839.471	(1.060.943)	-	4.318.389
Total	8.910.377	(275.265)	(301.169)	462.869	119.825	(335.050)	5.506.965	(3.371.986)	-	10.716.566

Estágio 2	R\$ mil									
	Perda esperada em 31.12.2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Perda esperada em 31.12.2018
Pessoa Jurídica	3.937.935	(85.724)	(728.373)	118.504	49.339	(358.705)	531.426	(916.494)	-	2.547.908
Financiamentos	1.975.122	(53.074)	(258.798)	43.734	13.485	(37.080)	21.195	(258.635)	-	1.445.949
Empréstimos	1.887.882	(27.805)	(451.535)	68.431	33.131	(321.625)	484.288	(625.052)	-	1.047.715
Operações com limites	74.931	(4.845)	(18.040)	6.339	2.723	-	25.943	(32.807)	-	54.244
Pessoa Física	2.960.448	(377.145)	(483.620)	156.761	51.081	(328.818)	1.257.897	(1.404.791)	-	1.831.813
Financiamentos	502.267	(87.473)	(58.886)	50.642	16.658	26.754	99.782	(144.015)	-	405.729
Empréstimos	1.931.255	(141.207)	(319.807)	62.664	16.155	(355.572)	953.036	(1.048.890)	-	1.097.634
Operações com limites	526.926	(148.465)	(104.927)	43.455	18.268	-	205.079	(211.886)	-	328.450
Total	6.898.383	(462.869)	(1.211.993)	275.265	100.420	(687.523)	1.789.323	(2.321.285)	-	4.379.721

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Estágio 3	R\$ mil									
	Perda esperada em 31.12.2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Remensuração	Originados	Constituição/ (Reversão)	(Write off)	Perda esperada em 31.12.2018
Pessoa Jurídica	8.005.494	(29.002)	(49.339)	57.096	728.373	1.675.279	1.377.202	5.337.060	(6.241.440)	10.860.723
Financiamentos	2.503.143	(13.257)	(13.485)	5.602	258.798	601.704	39.820	879.984	(1.580.397)	2.681.912
Empréstimos	5.011.637	(5.415)	(33.131)	44.934	451.535	1.073.575	1.002.606	4.257.574	(4.167.441)	7.635.874
Operações com limites	490.714	(10.330)	(2.723)	6.560	18.040	-	334.776	199.502	(493.602)	542.937
Pessoa Física	7.070.788	(90.823)	(51.081)	244.073	483.620	804.541	7.563.277	4.901.267	(12.506.201)	8.419.461
Financiamentos	653.180	(17.688)	(16.658)	26.489	58.886	171.496	999.182	(66.995)	(1.188.417)	619.475
Empréstimos	2.624.958	(17.569)	(16.155)	111.543	319.807	633.045	4.604.374	798.675	(5.647.564)	3.411.114
Operações com limites	3.792.650	(55.566)	(18.268)	106.041	104.927	-	1.959.721	4.169.587	(5.670.220)	4.388.872
Total	15.076.282	(119.825)	(100.420)	301.169	1.211.993	2.479.820	8.940.479	10.238.327	(18.747.641)	19.280.184

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil					
	Perda esperada em 31.12.2017	Remensuração	Originados	Constituição/ Reversão	(Write off)	Perda esperada em 31.12.2018
Pessoa Jurídica	15.279.142	1.379.337	3.270.838	3.163.959	(6.241.440)	16.851.836
Financiamentos	4.842.941	506.581	324.028	668.095	(1.580.397)	4.761.248
Empréstimos	9.549.334	872.756	2.432.785	2.431.087	(4.167.441)	11.118.521
Operações com limites	886.867	-	514.025	64.777	(493.602)	972.067
Pessoa Física	15.605.900	77.910	12.965.929	1.381.097	(12.506.201)	17.524.635
Financiamentos	1.822.070	13.361	1.756.885	(477.576)	(1.188.417)	1.926.323
Empréstimos	5.978.928	64.549	7.204.773	(1.038.085)	(5.647.564)	6.562.601
Operações com limites	7.804.902	-	4.004.271	2.896.758	(5.670.220)	9.035.711
Total (1)	30.885.042	1.457.247	16.236.767	4.545.056	(18.747.641)	34.376.471

(1) Contemplam perdas esperadas com operações de crédito, compromissos a liberar e garantias financeiras prestadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Análise de sensibilidade

A mensuração da perda de créditos esperadas incorpora informações prospectivas a partir de projeções de cenários econômicos, que são desenvolvidos por uma equipe de especialistas e aprovados conforme governança de riscos da Organização. As projeções são revisadas minimamente anualmente, sendo mais tempestiva em casos de eventos relevantes que possam alterar de forma material as perspectivas futuras.

Em vista a determinar possíveis oscilações da perda esperada decorrentes das projeções econômicas, foram feitas simulações alterando a ponderação dos cenários utilizados no cálculo da perda esperada. No quadro abaixo demonstramos as probabilidades atribuídas a cada cenário e os impactos:

	Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ mil			
	Ponderação			Constituição/ (Reversão)
	Cenário Base	Cenário Otimista*	Cenário Pessimista**	
Simulação 1	100%	-	-	(18.365)
Simulação 2	-	100%	-	(209.044)
Simulação 3	-	-	100%	294.754

* Cenário em que a economia cresce mais que o esperado.

** Cenário em que a economia cresce menos do que o esperado.

Perda esperada de empréstimos e adiantamentos

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Constituição	20.441.029	22.239.070
Recuperações	(7.908.896)	(7.147.095)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	12.532.133	15.091.975

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados

No total de “Empréstimos e adiantamentos a clientes com perda esperada”, onde estão incluídas as renegociações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Renegociações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das renegociações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Saldo inicial	17.143.212	17.183.869
Valores renegociados adicionais, inclusive juros	20.283.735	15.193.567
Pagamentos recebidos	(13.363.684)	(9.472.888)
Baixa contábil	(5.032.606)	(5.761.336)
Saldo final	19.030.657	17.143.212
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	(8.021.445)	(7.015.820)
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda por redução ao valor recuperável	11.009.212	10.127.392
Perda por redução ao valor recuperável sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	42,2%	40,9%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	4,2%	4,2%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda por redução ao valor recuperável	2,6%	2,7%

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento renegociado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros renegociados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de renegociações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**24) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado**

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados (2)	Perdas brutas não realizadas (2)	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	82.661.682	7.677.826	(1.681)	90.337.827
Títulos emitidos por empresas não financeiras	57.943.056	598.676	(1.955.900)	56.585.832
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (1)	140.604.738	8.276.502	(1.957.581)	146.923.659
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	89.114.107	11.814.621	(538.480)	100.390.248
Títulos emitidos por empresas não financeiras	77.804.253	970.671	(649.528)	78.125.396
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (1)	166.918.360	12.785.292	(1.188.008)	178.515.644

(1) Em 2019 e 2018, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros a custo amortizado - Títulos e Valores Mobiliários para outras categorias de ativos financeiros; e

(2) O saldo em questão não é contabilizado.

Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2019		Em 31 de dezembro de 2018	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Vencimento em até 1 ano	51.513.100	52.049.525	4.257.886	4.213.891
Vencimento entre 1 e 5 anos	53.600.975	56.134.668	91.922.854	94.608.001
Vencimento entre 5 e 10 anos	31.572.806	31.489.480	16.437.110	16.307.290
Vencimento acima de 10 anos	30.231.479	38.841.971	27.986.888	31.794.477
Total	166.918.360	178.515.644	140.604.738	146.923.659

Os instrumentos financeiros cedidos em garantias, classificados como ativos financeiros a custo amortizado, totalizaram em 31 de dezembro de 2019, R\$ 47.129.734 mil (2018 - R\$ 22.475.483 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2018	91.223	505.955	1.467.942	2.065.120
Transferidos para o Estágio 1	-	(1.372)	(49.146)	(50.518)
Transferidos para o Estágio 2	(39.578)	-	(114.523)	(154.101)
Transferidos para o Estágio 3	-	(30.374)	-	(30.374)
Oriundos do Estágio 1	-	39.578	-	39.578
Oriundos do Estágio 2	1.372	-	30.374	31.746
Oriundos do Estágio 3	49.146	114.523	-	163.669
Ativos originados ou comprados/Ativos liquidados/Reversão	76.044	160.711	720.164	956.919
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2018	178.207	789.021	2.054.811	3.022.039
Transferidos para o Estágio 1	-	(12.246)	-	(12.246)
Transferidos para o Estágio 2	(42.073)	-	(67.004)	(109.077)
Transferidos para o Estágio 3	-	(474.161)	-	(474.161)
Oriundos do Estágio 1	-	42.073	-	42.073
Oriundos do Estágio 2	12.246	-	474.161	486.407
Oriundos do Estágio 3	-	67.004	-	67.004
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	150.962	280.647	1.179.829	1.611.438
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2019	299.342	692.338	3.641.797	4.633.477

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**25) Ativos não correntes mantidos para venda**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Bens não de uso próprio		
Imóveis	1.133.572	1.120.434
Veículos e afins	223.051	231.105
Máquinas e equipamentos	362	585
Outros	41	1.206
Total	1.357.026	1.353.330

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e sua ocorrência é esperada em até um ano.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**26) Investimentos em coligadas e joint venture****a) Composição dos investimentos em coligadas e joint venture**

Empresas	R\$ mil									
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Receitas (1)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Cielo S.A. (2)	30,06%	30,06%	4.012.423	475.194	80.584.265	13.924.371	74.467.296	8.648.722	5.300.681	1.583.827
IRB - Brasil Resseguros S.A. (3) (4)	15,23%	15,23%	668.833	225.137	10.900.366	6.029.558	11.222.870	1.334.052	7.842.177	1.472.003
Fleury S.A. (3) (5)	16,28%	16,28%	703.401	37.312	990.578	3.707.962	685.626	2.210.530	3.047.851	327.279
Aquarius Participações S.A. (6)	49,00%	49,00%	44.535	12.155	914	90.013	39	-	-	24.805
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	104.420	3.824	2.769.583	1.501.644	3.018.405	732.665	3.933.691	16.642
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	135.005	9.328	245.624	106.351	25.873	3.491	188.407	22.550
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,32%	24,32%	130.759	15.327	561.182	1.646.932	448.857	1.256.342	2.478.999	44.698
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	345.825	9.056	2.206.395	1.487.009	2.522.673	317.259	1.167.924	22.641
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (3)	20,00%	20,00%	47.744	(11.354)	202.904	323.845	38.512	249.519	17	(73.143)
Outras (3)	-	-	54.021	98.959	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em coligadas			6.246.966	874.938	98.461.811	28.817.685	92.430.151	14.752.580	23.959.747	3.441.302
Elo Participações Ltda. (8)	50,01%	50,01%	1.338.973	314.644	1.385.306	1.835.595	199.891	29.192	38.605	627.367
Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	49.673	11.482	448.568	4.738	353.962	-	135.746	23.498
MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A. (10)	100,00%	100,00%	-	18	2.676	1.423	4.187	-	150	44
Total dos investimentos em joint ventures			1.388.646	326.144	1.836.550	1.841.756	558.040	29.192	174.501	650.909
Total geral em 31 de dezembro de 2019 (7)			7.635.612	1.201.082	100.298.361	30.659.441	92.988.191	14.781.772	24.134.248	4.092.211

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Empresas	R\$ mil									
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Receitas (1)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Cielo S.A. (2)	30,06%	30,06%	4.679.589	1.011.125	65.967.300	16.595.791	56.802.838	10.890.157	1.883.033	3.341.909
IRB - Brasil Resseguros S.A. (3) (4)	15,23%	15,23%	606.161	174.277	10.265.219	5.417.377	10.845.420	873.938	7.036.160	1.139.542
Fleury S.A. (3) (5)	16,28%	16,28%	699.927	38.805	1.510.304	2.482.580	640.899	1.570.942	2.642.751	238.558
Aquarius Participações S.A. (6)	49,00%	49,00%	43.030	130.769	19.096	86.626	17.907	-	-	266.876
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	100.597	602	2.587.712	1.503.374	2.210.690	1.880.396	6.362.896	3.010
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A.	41,85%	41,85%	127.677	8.895	230.503	100.052	22.207	3.258	174.816	21.254
NCR Brasil Indústria de Equipamentos para Automação S.A. (3) (9)	49,00%	49,00%	52.571	6.689	305.278	30.249	207.894	-	9.601	13.651
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,32%	24,32%	115.433	(8.492)	471.119	1.488.542	511.883	1.035.574	2.225.362	(34.918)
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	345.036	(10.998)	2.110.050	1.479.827	2.509.280	246.060	973.422	(27.494)
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (3)	20,00%	20,00%	59.098	(6.466)	165.299	173.083	42.894	-	13.726	(32.330)
Outras (3)	-	-	35.083	33.788	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em coligadas			6.864.202	1.378.994	83.631.880	29.357.501	73.811.912	16.500.325	21.321.767	4.930.058
Elo Participações S.A. (8)	50,01%	50,01%	1.191.343	288.938	718.623	1.981.596	170.683	8.220	28.938	573.968
Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	70.254	12.473	330.042	66.980	161.458	-	136.193	24.946
MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.	50,00%	50,00%	-	(30)	2.284	1.696	4.112	-	154	(60)
Total dos investimentos em joint ventures			1.261.597	301.381	1.050.949	2.050.272	336.253	8.220	165.285	598.854
Total geral em 31 de dezembro de 2018 (7)			8.125.799	1.680.375	84.682.829	31.407.773	74.148.165	16.508.545	21.487.052	5.528.912

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Empresas	R\$ mil									
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Resultado da equivalência patrimonial	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Receitas (1)	Lucro líquido/(prejuízo) do período da investida
Cielo S.A. (2)	30,06%	30,06%	4.832.660	1.219.202	76.403.596	13.151.540	71.020.292	6.833.491	2.561.394	4.056.077
IRB - Brasil Resseguros S.A. (3) (4)	15,23%	15,23%	543.025	182.432	8.512.491	6.124.173	10.138.711	947.514	3.550.438	1.197.846
Fleury S.A. (3) (5)	16,28%	16,28%	692.380	46.791	1.389.026	2.224.500	615.510	1.263.331	2.609.717	287.414
Aquarius Participações S.A.	49,00%	49,00%	263.630	116.070	242.617	532.707	237.305	-	38	236.878
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	105.649	(22.637)	3.588.848	1.283.453	3.565.394	726.468	5.432.770	(113.185)
Cia. Brasileira de Gestão e Serviços S.A. (3)	41,85%	41,85%	118.781	16.530	285.871	118.394	33.305	8.320	61.185	39.498
NCR Brasil Indústria de Equipamentos para Automação S.A. (3)	49,00%	49,00%	46.039	4.108	221.809	28.788	141.520	-	1.270	8.384
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,32%	24,32%	108.752	10.209	242.480	75.702	590.872	496.090	2.534.235	41.973
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	463.400	(26.437)	2.178.209	1.511.924	2.411.600	437.278	490.079	(66.093)
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (3)	20,00%	20,00%	29.513	(4.642)	118.961	43.253	18.594	-	-	(23.210)
Outras (3)	-	-	7.129	2.361	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em coligadas			7.210.958	1.543.987	93.183.908	25.094.434	88.773.103	10.712.492	17.241.126	5.665.582
Elo Participações S.A.	50,01%	50,01%	978.195	162.070	420.804	1.776.837	96.763	3.967	18.708	324.075
Crediare S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento	50,00%	50,00%	68.231	12.393	339.236	119.406	324.764	-	161.107	24.786
MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A.	50,00%	50,00%	-	(39)	2.198	1.612	2	3.881	227	(78)
Total dos investimentos em joint ventures			1.046.426	174.424	762.238	1.897.855	421.529	7.848	180.042	348.783
Total geral em 31 de dezembro de 2017 (7)			8.257.384	1.718.411	93.946.146	26.992.289	89.194.631	10.720.340	17.421.168	6.014.365

(1) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(2) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. Em 2019, a Organização recebeu R\$ 448.291 mil de dividendos e juros sobre capital próprio deste investimento. Em suas demonstrações contábeis a Cielo S.A. apresentou R\$ 45.693 mil de outros resultados abrangentes;

(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações contábeis;

(4) O Bradesco possui um membro na diretoria do IRB-Brasil, com direito a voto, o que resulta em uma influência significativa;

(5) Participação na Fleury S.A. (i) empresa considerada pelo método de equivalência patrimonial por ter influência significativa e possuir participação no Conselho de Administração e demais comitês;

(6) Em 2018, ocorreu a cisão parcial e consolidação da empresa Fidelity Processadora S.A., controlada pela Aquarius Participações S.A.;

(7) Em 2019, foram registradas perdas por *impairment* nas rubricas "coligadas e de controle compartilhado" no montante de R\$ 727.235 mil. Em 2018, foram registradas perdas por *impairment* nas rubricas "coligadas e de controle compartilhado" no montante de R\$ 107.000 mil. Em 2017, foi registrado o montante de R\$ 31.868 mil no investimento da NCR Brasil Indústria de Equipamentos para Automação S.A.;

(8) Empresa brasileira, *holding* que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento. Em 2019, a Organização recebeu R\$ 72.215 mil de dividendos deste investimento. Em suas demonstrações contábeis a Elo Participações S.A. apresentou R\$ 22 mil de outros resultados abrangentes;

(9) Em 2019, ocorreu a alienação da empresa NCR Brasil Indústria de Equipamentos para Automação S.A.; e

(10) Em dezembro de 2019, passamos a consolidar a empresa MPO - Processadora de Pagamentos Móveis S.A., após aquisição de participação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 2019, com exceção da Cielo S.A., IRB - Brasil Resseguros S.A. (IRB) e da Fleury S.A. os demais investimentos mencionados na tabela anterior não eram negociados regularmente em nenhuma bolsa de valores. O valor de mercado dos investimentos totalizaram R\$ 14.815.109 mil (2018 - R\$ 12.240.547 mil). A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	R\$ mil	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	8.125.799	8.257.384
Entradas	-	54.019
Baixas (1)	(66.889)	(1.175)
Resultado de participações em coligadas	1.201.082	1.680.375
Dividendos/JCP	(729.654)	(1.385.537)
Impairment	(727.235)	(107.000)
Outras	(167.491)	(372.267)
Saldo no final do exercício	7.635.612	8.125.799

(1) Em 2019, ocorreu a alienação das empresas Cibrasec - Cia. Brasileira de Securitização e NCR Brasil Indústria de Equipamentos para Automação S.A..

27) Imobilizado de uso

a) Composição por classe de imobilizado de uso

	R\$ mil			
	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações	4%	7.847.887	(1.365.046)	6.482.841
Terrenos	-	967.928	-	967.928
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10%	6.690.473	(2.965.884)	3.724.589
Sistemas de segurança e comunicações	10%	375.712	(221.860)	153.852
Sistemas de processamento de dados	20%	9.167.330	(5.977.994)	3.189.336
Sistemas de transportes	20%	211.510	(70.834)	140.676
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (1)		25.260.840	(10.601.618)	14.659.222
Edificações	4%	2.611.299	(480.093)	2.131.206
Terrenos	-	976.869	-	976.869
Instalações, imóveis e equipamentos de uso	10%	6.324.483	(3.161.651)	3.162.832
Sistemas de segurança e comunicações	10%	379.099	(236.293)	142.806
Sistemas de processamento de dados	20%	4.231.789	(2.677.882)	1.553.907
Sistemas de transportes	20%	92.403	(60.760)	31.643
Arrendamento financeiro de sistemas de processamento de dados	20%	3.474.958	(2.647.385)	827.573
Saldos em 31 de dezembro de 2018		18.090.900	(9.264.064)	8.826.836

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16. A depreciação para os referidos ativos é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

Os encargos com depreciação em 2019 atingiram R\$ 2.737.383 mil (2018 - R\$ 1.460.013 mil).

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Segundo esse método contábil, registra-se o crédito e a obrigação nas demonstrações contábeis e a depreciação do bem é calculada de acordo com a mesma política de depreciação utilizada para ativos similares. Veja Nota 37 para a divulgação da obrigação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe**

	R\$ mil						
	Edificações	Terrenos	Instalações, imóveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.670.141	982.720	2.783.484	135.349	2.822.322	38.459	8.432.475
Adições	766.074	143.103	1.045.155	39.005	390.398	5.698	2.389.433
Baixas	(12.168)	(278.602)	(160.587)	(6.141)	(1.924)	-	(459.422)
Redução ao valor recuperável	(60.371)	-	-	(653)	(30.670)	-	(91.694)
Depreciação	(111.274)	-	(512.825)	(24.754)	(798.646)	(12.514)	(1.460.013)
Transferência	(121.196)	129.648	-	-	-	-	8.452
Saldo oriundo de instituição adquirida	-	-	7.605	-	-	-	7.605
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.131.206	976.869	3.162.832	142.806	2.381.480	31.643	8.826.836
Adoção inicial - IFRS 16	4.136.603	-	31.215	-	-	8.793	4.176.611
Saldo ajustado em 1 de janeiro de 2019	6.267.809	976.869	3.194.047	142.806	2.381.480	40.436	13.003.447
Adições	1.321.052	18.380	1.898.293	43.111	1.913.392	113.816	5.308.044
Baixas	(59.792)	(27.321)	(786.791)	(6.291)	(8.359)	(861)	(889.415)
Redução ao valor recuperável	-	-	(2.123)	(1.806)	(21.499)	(43)	(25.471)
Depreciação	(1.046.228)	-	(578.837)	(23.968)	(1.075.678)	(12.672)	(2.737.383)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (1)	6.482.841	967.928	3.724.589	153.852	3.189.336	140.676	14.659.222

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

28) Ativos intangíveis e ágio

a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe

	R\$ mil					
	Ágio	Ativos intangíveis				
		Aquisição de direitos financeiros (1)	Software (1)	Carteira de clientes (1)	Outros (1)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.945.313	4.051.898	3.790.418	3.358.689	32.989	16.179.307
Adições/baixas	630.755	1.859.905	1.198.396	-	(5.146)	3.683.910
Redução ao valor recuperável (2)	-	(162)	(386.265)	-	-	(386.427)
Amortização	-	(1.116.505)	(1.361.269)	(864.686)	(5.782)	(3.348.242)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.576.068	4.795.136	3.241.280	2.494.003	22.061	16.128.548
Adições/baixas	7.134	1.525.833	1.195.049	(43.589)	11.640	2.696.067
Redução ao valor recuperável (2)	(255.301)	(519.749)	(196.533)	-	-	(971.583)
Amortização	-	(1.313.322)	(1.112.408)	(697.655)	(5.000)	(3.128.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.327.901	4.487.898	3.127.388	1.752.759	28.701	14.724.647

(1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários – dentro dos prazos do contrato; software – 20%; carteira de clientes – até 20%; e outros – 20%; e

(2) As perdas por redução ao valor recuperável foram reconhecidas no resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**b) Composição do ágio por segmento**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Bancário	4.835.518	5.083.686
Seguros	492.382	492.382
Total	5.327.900	5.576.068

As Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) alocadas no segmento bancário e de seguros, previdência e capitalização são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 2019, 2018 e 2017.

O valor recuperável do segmento bancário foi determinado com base no cálculo do valor em uso. O cálculo utiliza projeções de fluxos de caixa baseadas nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração, com taxa de crescimento nominal de 6,6% a.a. (2018 – 6,9% a.a.). A previsão dos fluxos de caixa foi descontada à taxa de 11,5% a.a. (2018 – 12,0% a.a.).

As principais premissas chaves descritas acima podem sofrer variações caso as condições econômicas e de mercado se alterem. A Organização estima que uma mudança razoavelmente possível nessas premissas com o ambiente econômico atual não fará com que o valor recuperável dessas unidades fique inferior ao valor contábil.

29) Outros ativos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Ativos financeiros (4) (5)	56.101.781	43.893.309
Operações de câmbio (1)	30.952.382	20.179.828
Devedores por depósitos em garantia (2)	18.695.102	18.729.321
Negociação e intermediação de valores	4.659.791	2.582.663
Títulos e créditos a receber	164.467	664.274
Rendas a receber	1.630.039	1.737.223
Outros ativos	7.441.888	7.372.866
Custos de aquisição diferidos (seguros) – Nota 34e	983.999	925.884
Devedores diversos	3.218.639	2.728.746
Despesas antecipadas	847.197	741.087
Relações interfinanceiras e interdependências	467.540	1.427.359
Outros (3)	1.924.513	1.549.790
Total	63.543.669	51.266.175

(1) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição para os clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;

(2) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza;

(3) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos e antecipações e pagamentos a ressarcir;

(4) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado; e

(5) Em 2019, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

30) Recursos de instituições financeiras

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições financeiras” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Depósitos à vista	1.606.079	1.139.729
Depósitos interfinanceiros	369.982	410.975
Captações no mercado aberto	174.100.023	190.911.877
Obrigações por empréstimos	29.272.183	29.681.340
Obrigações por repasses	22.471.344	25.170.058
Total	227.819.611	247.313.979

31) Recursos de clientes

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de clientes” são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Depósitos à vista	37.283.988	34.178.563
Depósitos de poupança	114.177.799	111.170.912
Depósitos a prazo	214.765.753	195.398.721
Total	366.227.540	340.748.196

32) Recursos de emissão de títulos

a) Composição por tipo de papel emitido e localização

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Títulos emitidos – País:		
Letras de crédito imobiliário	27.019.439	25.381.719
Letras de agronegócio	13.149.546	13.108.595
Letras financeiras	120.518.300	104.005.236
Letras imobiliárias garantidas	5.540.086	476.332
Subtotal	166.227.371	142.971.882
Títulos e valores mobiliários – Exterior:		
Euronotes	1.407.888	1.270.409
Títulos emitidos por meio de securitização – (item (b))	1.967.746	3.130.111
Subtotal	3.375.634	4.400.520
Certificados de operações estruturadas	1.124.559	656.616
Total geral	170.727.564	148.029.018

b) Títulos emitidos por meio de securitização

Desde 2003, o Bradesco utiliza determinados acordos para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez por meio de Entidade de Propósito Específico (EPE). Essa EPE, denominada *International Diversified Payment Rights Company*, é financiada com obrigações de longo prazo e liquidada por meio do fluxo de caixa futuro dos ativos correspondentes, que basicamente, compreendem fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais o Bradesco atua como pagador.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os títulos de longo prazo, emitidos pela EPE e vendidos a investidores, são liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento. O Bradesco é obrigado a resgatar os títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da EPE.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento, recebidos pela EPE, devem ser mantidos em conta bancária específica até que um determinado nível mínimo seja atingido.

c) Movimentação líquida de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil	
	2019	2018
Saldo inicial em 31 de dezembro	148.029.018	135.174.090
Emissões	84.982.152	85.963.195
Juros	9.233.505	9.054.699
Liquidação e pagamentos de juros	(71.781.695)	(82.973.990)
Variação cambial e outros	264.584	811.024
Saldo final em 31 de dezembro	170.727.564	148.029.018

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**33) Dívidas subordinadas****a) Composição das dívidas subordinadas**

Vencimento	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Prazo original em anos	Valor da operação	2019	2018
No País:				
CDB Subordinado:				
2019 (1)		10	-	69.851
Letras Financeiras:				
2019 (1)	6		-	39.261
2019 (1)	7		-	3.490.180
2020	7	1.700	3.288	3.038
2022	7	4.305.011	6.426.671	6.010.103
2023	7	1.359.452	1.958.936	1.829.083
2024	7	67.450	87.316	80.479
2025	7	5.425.906	5.943.283	5.578.707
2019 (1)	8	-	-	31.742
2020	8	28.556	64.624	59.398
2021	8	1.236	2.364	2.192
2023	8	1.706.846	2.671.282	2.464.978
2024	8	136.695	186.376	172.590
2025	8	6.193.653	6.424.128	6.427.806
2026	8	870.300	952.807	894.417
2021	9	7.000	14.999	14.064
2024	9	4.924	8.375	7.444
2025	9	400.944	525.232	491.031
2027	9	144.900	159.920	149.211
2021	10	19.200	49.621	44.962
2022	10	54.143	118.117	108.467
2023	10	688.064	1.225.020	1.146.189
2025	10	284.137	518.242	451.136
2026	10	361.196	523.687	480.443
2027	10	258.743	319.582	295.946
2028	10	248.300	282.192	257.524
2026	11	3.400	5.009	4.622
2027	11	47.046	62.776	58.346
2028	11	74.764	91.899	84.304
Perpétua		9.201.200	9.559.967	9.254.743
Subtotal no País (2)			38.185.713	40.002.257
No Exterior:				
2019 (1)	10	-	-	2.953.103
2021	11	6.449.120	6.619.620	6.355.614
2022	11	4.433.770	4.508.175	4.332.470
Subtotal no Exterior			11.127.795	13.641.187
Total geral			49.313.508	53.643.444

(1) Operações de dívidas subordinadas vencidas em 2019; e

(2) Inclui o montante de R\$ 36.707.680 mil (2018 – R\$ 34.992.913 mil), referente as dívidas subordinadas registradas na rubrica "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital".

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**b) Movimentação líquida das dívidas subordinadas**

	R\$ mil	
	2019	2018
Saldo inicial em 31 de dezembro	53.643.444	50.179.401
Emissões	-	10.890.606
Juros	3.708.924	3.517.067
Liquidação e pagamentos de juros	(8.593.243)	(12.941.124)
Variação cambial	554.383	1.997.494
Saldo final em 31 de dezembro	49.313.508	53.643.444

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

34) Provisões técnicas de seguros e previdência

a) Provisões técnicas por conta

	R\$ mil					
	Seguros (1)		Vida e Previdência (2)(3)		Total	
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Passivo circulante e exigível a longo prazo						
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.462.699	1.218.860	230.996.998	217.884.791	232.459.697	219.103.651
Provisão matemática de benefícios concedidos	410.410	343.852	8.895.571	8.489.312	9.305.981	8.833.164
Provisão de IBNR	3.655.551	3.401.781	938.466	931.154	4.594.017	4.332.935
Provisão de prêmios não ganhos	4.454.214	4.283.281	1.042.959	647.709	5.497.173	4.930.990
Provisão de sinistros a liquidar	4.432.487	4.472.929	1.533.696	1.345.596	5.966.184	5.818.525
Provisão de excedente financeiro	-	-	622.703	549.135	622.703	549.135
Outras provisões técnicas	2.028.532	2.186.799	7.828.405	5.823.088	9.856.936	8.009.887
Total das provisões	16.443.893	15.907.502	251.858.798	235.670.785	268.302.691	251.578.287

(1) A linha de "Outras provisões" de Seguros inclui a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) de R\$ 1.925.656 mil e Provisão de Despesas Relacionadas de R\$ 105.781 mil;

(2) A linha de "Outras provisões" de Vida e Previdência inclui a "Provisão de resgates e outros valores a regularizar" no montante de R\$ 3.120.662 mil, a "Provisão de despesas relacionadas" no montante de R\$ 638.216 mil, a "Provisão Complementar de Cobertura (PCC)" no montante de R\$ 2.375.585 mil e ainda "Outras provisões" no montante de R\$ 1.647.054 mil; e

(3) Inclui a Provisão de Prêmios não ganhos de riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) no montante de R\$ 164.597 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

b) Provisões técnicas por produto

	R\$ mil					
	Seguros		Vida e Previdência (1)		Total	
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saúde	11.132.262	10.391.680	-	-	11.132.262	10.391.680
Auto/RCF	3.364.644	3.209.143	-	-	3.364.644	3.209.143
DPVAT/Retrocessão	558.432	601.114	1.823	2.756	560.255	603.870
Vida	-	310.829	13.537.345	10.964.900	13.537.345	11.275.729
Ramos elementares	1.388.555	1.394.736	-	-	1.388.555	1.394.736
Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL	-	-	37.380.354	36.188.888	37.380.354	36.188.888
Vida Gerador de Benefícios Livres – VGBL	-	-	176.496.784	166.104.340	176.496.784	166.104.340
Planos tradicionais	-	-	24.442.492	22.409.901	24.442.492	22.409.901
Total das provisões técnicas	16.443.893	15.907.502	251.858.798	235.670.785	268.302.691	251.578.287

(1) Compreende as operações de seguros de pessoa e previdência.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**c) Movimentação das provisões técnicas de seguros e previdência****(i) Seguros – Auto, RE, Vida, Saúde e Previdência**

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
No início do exercício	35.946.000	32.720.063
(-) Seguros DPVAT	(602.842)	(508.098)
Subtotal - no início do exercício	35.343.158	32.211.965
Constituição de provisões, líquida das reversões	32.769.175	30.230.289
Pagamento de sinistros, benefícios e resgates	(30.603.012)	(28.735.539)
Atualização monetária e juros de sinistros	1.497.802	1.636.443
Constituição de provisão judicial	3.535	-
Subtotal - no fim do exercício	39.010.658	35.343.158
(+) Seguros DPVAT	559.843	602.842
No fim do exercício	39.570.501	35.946.000

(ii) Seguros – Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
No início do exercício	166.104.340	158.746.205
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento	25.561.500	23.715.609
Pagamento de benefícios	(38.364)	(30.563)
Pagamento de resgates	(20.446.664)	(21.008.985)
Atualização monetária e juros	10.996.312	8.017.088
Outras movimentações	(5.680.340)	(3.335.014)
No fim do exercício	176.496.784	166.104.340

(iii) Previdência – PGBL e Planos Tradicionais de Renda

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
No início do exercício	49.527.947	47.623.322
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento	2.882.617	2.683.007
Pagamento de benefícios	(869.372)	(858.454)
Pagamento de resgates	(2.697.073)	(2.615.186)
Atualização monetária e juros	3.832.265	3.232.938
Outras movimentações	(440.979)	(537.680)
No fim do exercício	52.235.405	49.527.947

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

d) Garantias das provisões técnicas

	R\$ mil					
	Seguros		Vida e Previdência		Total	
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Total das Provisões Técnicas	16.443.893	15.907.502	251.858.798	235.670.785	268.302.691	251.578.287
(-) Direitos Creditórios	(1.166.691)	(1.043.400)	-	-	(1.166.691)	(1.043.400)
(-) Provisão de Prêmio não Ganho – Seguro Saúde e Odontológico (1)	(1.527.337)	(1.381.574)	-	-	(1.527.337)	(1.381.574)
(-) Provisões do Convênio DPVAT	(558.021)	(597.398)	-	-	(558.021)	(597.398)
(-) Outros	(120.810)	(179.215)	(11.713)	(9.859)	(132.523)	(189.074)
Total a ser coberto	13.071.034	12.705.915	251.847.085	235.660.926	264.918.119	248.366.841
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGBL) (2)	-	-	210.044.616	198.748.039	210.044.616	198.748.039
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	4.477.721	5.155.446	27.689.439	23.230.004	32.167.160	28.385.450
Títulos públicos	11.326.945	10.164.283	24.422.182	19.534.894	35.749.127	29.699.177
Títulos privados	34.403	15.378	138.043	151.681	172.446	167.059
Ações	-	2.935	-	1.238.716	-	1.241.651
Total das garantias das provisões técnicas (3)	15.839.069	15.338.042	262.294.280	242.903.334	278.133.349	258.241.376

(1) Dedução prevista no artigo 4º da Resolução Normativa ANS nº 392/15;

(2) Os fundos de investimentos "VGBL" e "PGBL" foram consolidados nas demonstrações contábeis; e

(3) Estes ativos garantidores podem ser liquidados somente para cobrir os passivos a que estão relacionados.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**e) Movimentação dos custos de aquisição diferidos (ativos de seguros)**

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
No início do exercício	925.884	1.070.108
Constituições	1.542.179	1.324.815
Amortizações	(1.484.064)	(1.469.039)
No fim do exercício	983.999	925.884

f) Movimentação dos ativos de resseguro

	R\$ mil	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
No início do exercício	176.324	219.214
Constituição de provisões	124.337	245.957
Amortização e reversão de provisões	(85.777)	(239.049)
Sinistros recuperados	(24.969)	(37.369)
Reversão/Atualização monetária	3.658	(4.892)
Outros	(25.348)	(7.537)
No fim do exercício	168.225	176.324

g) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Seguros, Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros brutos de resseguro ⁽¹⁾**

	R\$ mil											
	Ano de aviso do sinistro											Total
	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Montante estimado para os sinistros brutos de resseguro:												
· No ano do aviso	2.219.991	2.592.573	2.859.480	3.348.274	3.224.788	3.937.126	4.428.926	4.109.825	3.749.457	3.448.593	3.300.264	-
· Um ano após o aviso	2.193.645	2.562.789	2.824.610	3.240.688	3.041.662	3.663.951	4.277.245	3.912.436	3.740.543	3.422.386	-	-
· Dois anos após o aviso	2.179.949	2.561.264	2.809.879	3.233.150	3.009.371	3.671.822	4.232.474	3.923.389	3.754.077	-	-	-
· Três anos após o aviso	2.179.419	2.577.663	2.812.812	3.256.062	3.044.232	3.655.382	4.260.118	3.932.335	-	-	-	-
· Quatro anos após o aviso	2.210.909	2.595.369	2.811.587	3.292.376	3.034.096	3.669.868	4.275.952	-	-	-	-	-
· Cinco anos após o aviso	2.209.826	2.607.212	2.840.368	3.113.580	3.049.171	3.679.657	-	-	-	-	-	-
· Seis anos após o aviso	2.222.800	2.611.105	2.837.693	3.128.386	3.058.018	-	-	-	-	-	-	-
· Sete anos após o aviso	2.240.171	2.599.521	2.850.912	3.133.871	-	-	-	-	-	-	-	-
· Oito anos após o aviso	2.228.954	2.608.176	2.852.787	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· Nove anos após o aviso	2.234.024	2.607.504	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· Dez anos após o aviso	2.334.101	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2019)	2.334.101	2.607.504	2.852.787	3.133.871	3.058.018	3.679.657	4.275.952	3.932.335	3.754.077	3.422.386	3.300.264	36.350.952
Pagamentos de sinistros efetuados	(2.226.319)	(2.589.805)	(2.827.479)	(3.103.209)	(3.024.891)	(3.631.431)	(4.201.838)	(3.848.680)	(3.657.661)	(3.294.437)	(2.619.618)	(35.025.368)
Sinistros pendentes brutos de resseguro	107.782	17.699	25.308	30.662	33.127	48.226	74.114	83.655	96.416	127.949	680.646	1.325.584

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Seguros, Automóvel/RCF e Ramos Elementares - Sinistros líquidos de resseguro ⁽¹⁾**

	R\$ mil											
	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro:												
· No ano do aviso	1.954.928	2.439.011	2.653.641	3.022.457	3.021.084	3.761.029	4.074.519	3.960.519	3.710.845	3.410.760	3.281.789	-
· Um ano após o aviso	1.933.104	2.404.646	2.617.957	2.908.173	2.849.909	3.527.585	3.954.939	3.796.535	3.702.199	3.386.329	-	-
· Dois anos após o aviso	1.931.327	2.406.805	2.609.034	2.915.173	2.832.016	3.539.989	3.900.981	3.803.980	3.715.400	-	-	-
· Três anos após o aviso	1.936.905	2.426.310	2.629.288	2.927.529	2.874.862	3.526.769	3.921.156	3.813.890	-	-	-	-
· Quatro anos após o aviso	1.960.500	2.445.507	2.639.629	2.957.403	2.868.888	3.539.721	3.933.030	-	-	-	-	-
· Cinco anos após o aviso	1.966.313	2.460.692	2.670.472	2.963.901	2.884.539	3.550.811	-	-	-	-	-	-
· Seis anos após o aviso	1.980.991	2.472.476	2.673.132	2.978.029	2.893.423	-	-	-	-	-	-	-
· Sete anos após o aviso	1.994.592	2.471.407	2.686.379	2.983.500	-	-	-	-	-	-	-	-
· Oito anos após o aviso	1.990.902	2.479.351	2.688.317	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· Nove anos após o aviso	1.994.494	2.478.498	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· Dez anos após o aviso	2.030.027	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2019)	2.030.027	2.478.498	2.688.317	2.983.500	2.893.423	3.550.811	3.933.030	3.813.890	3.715.400	3.386.329	3.281.789	34.755.014
Pagamentos de sinistros efetuados	(1.988.462)	(2.463.852)	(2.663.155)	(2.953.900)	(2.860.508)	(3.503.523)	(3.860.945)	(3.733.656)	(3.620.073)	(3.268.836)	(2.603.961)	(33.520.871)
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	41.565	14.646	25.162	29.600	32.915	47.288	72.085	80.234	95.327	117.493	677.828	1.234.143

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Vida - Sinistros líquidos de resseguro ⁽¹⁾**

	R\$ mil											
	Ano de aviso do sinistro											Total
	Até 2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Montante estimado para os sinistros líquidos de resseguro:												
· No ano do aviso	901.321	1.007.851	1.191.045	1.235.104	1.305.822	1.330.460	1.415.524	1.493.336	1.537.474	1.438.027	1.486.498	-
· Um ano após o aviso	926.499	1.015.094	1.188.264	1.226.271	1.298.610	1.373.160	1.425.789	1.491.439	1.487.961	1.416.097	-	-
· Dois anos após o aviso	943.781	1.021.283	1.188.774	1.236.289	1.326.512	1.368.575	1.403.515	1.468.731	1.503.531	-	-	-
· Três anos após o aviso	937.472	1.011.228	1.197.625	1.236.075	1.309.876	1.277.276	1.323.436	1.449.190	-	-	-	-
· Quatro anos após o aviso	944.170	1.022.136	1.195.079	1.234.363	1.296.147	1.242.937	1.310.005	-	-	-	-	-
· Cinco anos após o aviso	954.487	1.019.647	1.201.083	1.233.898	1.304.644	1.224.932	-	-	-	-	-	-
· Seis anos após o aviso	951.993	1.017.766	1.200.703	1.239.976	1.299.984	-	-	-	-	-	-	-
· Sete anos após o aviso	944.581	1.009.936	1.209.690	1.240.781	-	-	-	-	-	-	-	-
· Oito anos após o aviso	944.664	1.017.016	1.198.625	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· Nove anos após o aviso	950.290	1.018.947	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
· Dez anos após o aviso	1.016.054	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2019)	1.016.054	1.018.947	1.198.625	1.240.781	1.299.984	1.224.932	1.310.005	1.449.190	1.503.531	1.416.097	1.486.498	14.164.644
Pagamentos de sinistros efetuados	(943.374)	(991.437)	(1.166.640)	(1.197.605)	(1.247.133)	(1.140.216)	(1.171.848)	(1.321.771)	(1.319.587)	(1.215.233)	(1.069.914)	(12.784.758)
Sinistros pendentes líquidos de resseguro	72.680	27.510	31.985	43.176	52.851	84.716	138.157	127.419	183.944	200.864	416.584	1.379.886

(1) Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros "DPVAT" no montante de R\$ 63.616 mil, "Retrocessão" R\$ 12.680 mil, "Saúde e Dental" R\$ 3.096.243 mil, estimativa de salvados e ressarcidos no montante de R\$ (88.172) mil e sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER) no montante de R\$ 211.406 mil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

35) Planos fechados de previdência complementar

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, que incorporou em 30.04.2019 o Banco Alvorada S.A. (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição variável e de benefício definido, aos ex-empregados do Baneb, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases.

O Banco Bradesco S.A. patrocina planos de aposentadoria complementar de benefício definido e de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Kirton Corretora de Seguros S.A., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam um plano de benefício definido, denominado APABA, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., e a Kirton Administração de Serviços para Fundos de Pensão Ltda. patrocina a seus funcionários um plano de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios Kirton Prev, ambos administrados por meio do MultiBRA – Fundo de Pensão.

O Banco Losango S.A. Banco Múltiplo, Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e a Credival Participações, Administração e Assessoria Ltda. patrocinam três planos de previdência a seus funcionários, que são: Plano de Benefícios Losango I – Parte Básica, na modalidade benefício definido, Plano de Benefícios Losango I – Parte Suplementar e Plano Losango PREVMAIS, os dois últimos na modalidade de contribuição variável, todos administrados pelo MultiBRA – Instituidor – Fundo Múltiplo.

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como complementação de Aposentadoria e Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Taxa nominal de desconto	6,45% - 7,45% a.a.	8,8% - 9,31% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	3,8% a.a.	4,0% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,8% a.a.	4,0% a.a.
Taxa inicial de crescimento de custos médicos	7,95% - 8,99% a.a.	8,16% - 9,72% a.a.
Taxa de inflação	3,8% a.a.	4,0% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-SEM	AT 2000 e BR-SEM
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Considerando as premissas acima, o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro – R\$ mil			
	Benefícios de aposentadoria		Outros benefícios pós-emprego	
	2019	2018	2019	2018
(i) Obrigações com benefícios projetados:				
No início do exercício	2.530.590	2.323.338	669.093	563.079
Custo do serviço corrente	179	151	-	-
Custo de juros	224.508	219.239	60.185	54.654
Contribuição do participante	819	881	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	516.333	179.851	224.683	87.962
Custo de serviço passado - alterações do plano	(3.920)	-	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	-	(1.613)	-
Benefícios pagos	(203.363)	(192.870)	(34.478)	(36.602)
No encerramento do exercício	3.065.146	2.530.590	917.870	669.093
(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:				
No início do exercício	2.363.009	2.375.529	-	-
Rendimento esperado	209.252	225.060	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	332.368	(61.063)	-	-
Contribuições recebidas:				
Empregador	14.763	15.472	-	-
Empregados	819	881	-	-
Benefícios pagos	(203.346)	(192.870)	-	-
No encerramento do exercício	2.716.865	2.363.009	-	-
(iii) Mudanças no superávit irrecuperável:				
No início do exercício	54.025	206.752	-	-
Juros sobre o superávit irrecuperável	4.981	20.327	-	-
Mudança no superávit irrecuperável (1)	(22.851)	(173.054)	-	-
No encerramento do exercício	36.155	54.025	-	-
(iv) Posição financiada:				
Planos deficitários	384.436	221.606	917.870	669.093
Saldo líquido	384.436	221.606	917.870	669.093

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os efeitos de remensuração reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes totalizaram R\$ 212.188 mil (2018 – R\$ 93.494 mil), líquido dos efeitos fiscais

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Obrigações com benefícios projetados:			
Custo do serviço	(2.689)	151	401
Custo de juros sobre obrigações atuariais	282.997	273.893	282.210
Rendimento esperado dos ativos do plano	(208.122)	(225.060)	(227.360)
Juros sobre o superávit recuperável	4.981	20.327	13.730
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	77.167	69.311	68.981

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

	Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ mil	
	Benefícios aposentadoria	Outros benefícios pós-emprego
Duração média ponderada (em anos)	11,05	13,45
2020	210.932	39.752
2021	216.848	41.258
2022	222.420	44.650
2023	227.727	48.128
2024	232.967	51.921
Após 2025	1.227.661	314.796

Em 2020 as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido é de R\$ 16.500 mil.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro							
	Ativos do Plano do Alvorada		Ativos do Plano do Bradesco		Ativos do Plano do Kirton		Ativos do Plano do Losango	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Categorias de ativo:								
Renda variável	-	-	9,6%	7,9%	-	-	18,5%	17,7%
Renda fixa	93,5%	93,3%	86,6%	87,5%	100,0%	100,0%	78,9%	82,3%
Imóveis	5,3%	5,4%	1,9%	2,5%	-	-	-	-
Outros	1,2%	1,3%	1,9%	2,1%	-	-	2,6%	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (8,5% - 10,0% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto em 1 p.p.:

Taxa	Taxa de desconto/Taxa de inflação médica	Análise de Sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de Desconto	7,45% - 8,45%	Aumento de 1 p.p.	redução	(388.252)
Taxa de Desconto	5,45% - 6,45%	Redução de 1 p.p.	aumento	475.824
Inflação Médica	8,95% - 9,99%	Aumento de 1 p.p.	aumento	112.355
Inflação Médica	6,95% - 7,99%	Redução de 1 p.p.	redução	(93.231)

As despesas totais com contribuições efetuadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$ 997.446 mil (2018 – R\$ 942.427 mil).

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 6.101.527 mil (2018 – R\$ 4.550.580 mil).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

36) Provisão, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não tem valores individualmente relevantes.

Em 2019, aprimoramos a metodologia de cálculo, conforme descrito na Nota 4, que resultou em um complemento de provisão no valor de R\$ 1.913.594 mil.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ), estas como, por exemplo, a forma de aplicação de juros moratórios nas execuções decorrentes de Ações Cíveis Públicas, juros remuneratórios e sucessão.

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidas condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018, estando em fase de adesão pelos interessados pelo prazo de 02 (dois) anos. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo. Os processos que não estão no contexto do acordo, incluindo os relacionados aos bancos incorporados são reavaliados com base no estágio processual de cada um deles.

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o andamento de todos os processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

Conforme descrito na Nota 4, o Bradesco revisou e aprimorou as premissas para constituição de provisões cíveis, incluindo processos relacionados a planos econômicos de bancos incorporados, resultando em um complemento de provisão, no valor de R\$ 3.112.986 mil em dezembro de 2019. Para esta revisão foram consideradas as tendências dos últimos julgamentos, as informações relacionadas ao andamento processual destes processos (contratos, cálculo de exposição, laudos de peritos, etc.) e a opinião de assessores jurídicos.

III - Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Organização, com a reversão das respectivas provisões.

Destacamos as teses:

- PIS e Cofins – R\$ 2.632.829 mil (2018 – R\$ 2.562.453 mil): pleiteia calcular e recolher o PIS e a Cofins sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento;
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 1.799.047 mil (2018 – R\$ 1.729.211 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes;
- IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito – R\$ 1.264.448 mil (2018 – R\$ 1.461.621 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96, que só se aplicam às perdas provisórias;
- IRPJ/CSLL sobre MTM – R\$ 626.341 mil (2018 – R\$ 607.258 mil): autuação em Dezembro de 2018 de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de exclusões em 2007 de receitas de marcação de Títulos e Valores Mobiliários a valor de mercado;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- INSS de Autônomos – R\$ 490.651 mil (2018 – R\$ 470.237 mil): discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos prestadores de serviços autônomos, instituída pela Lei Complementar nº 84/96, e regulamentações/alterações posteriores à alíquota de 20,0% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando, dessa forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no inciso I, artigo 22, da Lei nº 8.212/91, com nova redação contida na Lei nº 9.876/99; e
- INSS - Contribuição ao SAT - R\$ 432.873 mil (2018 – R\$ 417.442 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das outras provisões

	R\$ mil		
	Trabalhista	Cível	Fiscais (1)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.554.796	5.346.563	7.589.368
Atualização monetária	677.970	508.399	386.671
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.289.664	912.287	531.052
Pagamentos	(1.538.827)	(1.152.887)	(302.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.983.603	5.614.362	8.204.206
Atualização monetária	682.600	645.001	431.394
Constituições líquidas de (reversões e baixas) (1)	3.382.750	4.330.466	(227.244)
Pagamentos	(2.702.886)	(1.904.036)	(18.271)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.346.067	8.685.793	8.390.085

(1) Em 2019, inclui reversão de IR e CS sobre perdas no recebimento de crédito no montante de R\$ 230.852 mil.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 6.272.466 mil (2018 – R\$ 8.681.263 mil) para os processos cíveis e R\$ 33.474.303 mil (2018 – R\$ 24.754.158 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2013 a 2015 – R\$ 9.216.012 mil (2018 – R\$ 1.689.160 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2016 – R\$ 7.169.765 mil (2018 – R\$ 6.980.631 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- COFINS – Anos bases de 2011 e 2012 – R\$ 5.172.183 mil (2018 – R\$ 5.070.337 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

- ISSQN – Empresas de Arrendamento Mercantil - R\$ 2.537.997 mil (2018 – R\$ 2.478.296 mil): se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma de lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário;
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 1.490.269 mil (2018 – R\$ 1.445.126 mil): relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- Autuações de Contribuição Previdenciária – Anos bases de 2014 e 2015 – R\$ 1.268.227 mil: relativas ao auxílio alimentação e refeição disponibilizados aos empregados, conforme Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, por meio de cartão e não “in natura”;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 1.187.411 mil (2018 – R\$ 1.784.832 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2005 a 2013 – R\$ 925.806 mil (2018 – R\$ 859.049 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos; e
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2013 – R\$ 608.860 mil (2018 – R\$ 508.180 mil): sobre lucro de empresas controladas domiciliadas no exterior.

37) Outros passivos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Passivos financeiros	79.121.127	62.598.235
Operações de cartões de crédito (1)	21.595.677	22.887.885
Operações de câmbio (2)	31.546.034	19.801.468
Obrigações com cessões de crédito	6.594.471	8.058.619
Planos de capitalização	8.837.770	8.186.955
Negociação e intermediação de valores	4.822.215	3.321.219
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 37 a)	5.724.960	342.089
Outros passivos	34.023.453	34.157.435
Recursos em trânsito de terceiros (3)	7.296.234	7.135.635
Provisão para pagamentos a efetuar	9.172.457	8.266.532
Credores diversos	3.778.494	3.137.923
Sociais e estatutárias	933.003	4.966.975
Outros impostos a pagar	2.176.673	1.757.283
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.493.329	1.206.376
Outros	9.173.263	7.686.711
Total	113.144.580	96.755.670

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;

(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio; e

(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas sobre praças do país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

a) Passivo de arrendamento

O saldo inicial corresponde ao arrendamento financeiro – IAS 17 e, conforme a IFRS 16, o arrendamento mercantil financeiro anterior ao ano de 2019 deve ser incorporado ao saldo de arrendamentos a pagar, sendo as movimentações do ano todas registradas de acordo com a IFRS 16.

	R\$ mil
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2018 - IAS 17	827.574
Adoção inicial - IFRS 16	4.176.611
Saldo ajustado em 1 de janeiro de 2019	5.004.185
Remensuração e novos contratos	1.362.692
Pagamentos	(1.067.573)
Apropriação de encargos financeiros	410.195
Variação cambial	15.461
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	5.724.960

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 2019 está dividido da seguinte forma: R\$ 1.037.679 mil até 1 ano, R\$ 3.007.071 mil entre 1 a 5 anos e R\$ 1.680.210 mil com mais de 5 anos.

Impactos no resultado

Conforme a IFRS 16 os pagamentos de arrendamento que anteriormente registrados como despesas de aluguel na linha de “Outras Despesas Administrativas” na demonstração do resultado, passaram a ser registrados como despesas de depreciação e despesas financeiras.

O impacto no resultado para o exercício de 2019 foi de: Despesas de depreciação – R\$ 854.620 mil, Despesas financeiras – R\$ 393.879 mil e Despesas de variação cambial – R\$ 15.461 mil, totalizando uma despesa de R\$ 1.263.960 mil.

As despesas no exercício de 2019 com contratos de curto prazo foi de R\$ 11.732 mil.

Outras informações

De acordo com a IFRS 16 parágrafo 27-b para o cálculo dos arrendamentos deve ser utilizado um fluxo de caixa real e a Base de Conclusão do IASB – Norma IFRS 16 itens 161 e 162 que remete que este fluxo de caixa deve ser descontado a uma taxa nominal, este foi o método que a Organização adotou para os registros contábeis das demonstrações financeiras.

Adicionalmente para atendimento ao Ofício Circular CVM nº 02/19 que diz que o fluxo de caixa deve ser atualizado com expectativas inflacionárias e descontados por uma taxa nominal, realizou-se os cálculos de arrendamento com esta abordagem e a Organização avaliou que o modelo real x nominal quando comparado ao modelo nominal x nominal não apresenta diferenças materiais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**38) Patrimônio líquido****a) Capital e direitos dos acionistas****i. Composição do Capital Social em quantidade de ações**

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Ordinárias	4.031.915.068	3.359.929.223
Preferenciais	4.031.914.646	3.359.928.872
Subtotal	8.063.829.714	6.719.858.095
Em tesouraria (ordinárias)	(6.642.963)	(5.535.803)
Em tesouraria (preferenciais)	(24.889.584)	(20.741.320)
Total em circulação	8.032.297.167	6.693.580.972

ii. Movimentação do Capital Social em quantidade de ações

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2018	3.354.393.420	3.339.187.552	6.693.580.972
Aumento de capital social com emissão de ações - bonificação de 20% (1)	671.985.845	671.985.774	1.343.971.619
Aumento das ações em tesouraria - bonificação de 20%	(1.107.160)	(4.148.264)	(5.255.424)
Quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2019	4.025.272.105	4.007.025.062	8.032.297.167

(1) Beneficiou os acionistas inscritos nos registros do Bradesco em 29 de março de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de março de 2017, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R\$ 8.000.000 mil, elevando-o de R\$ 51.100.000 mil para R\$ 59.100.000 mil, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 555.360.173 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 277.680.101 ordinárias e 277.680.072 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que eram titulares na data-base.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 12 de março de 2018, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R\$ 8.000.000 mil, elevando-o de R\$ 59.100.000 mil para R\$ 67.100.000 mil, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 610.896.190 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 305.448.111 ordinárias e 305.448.079 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de março de 2019, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração para aumentar o capital social em R\$ 8.000.000 mil, elevando-o de R\$ 67.100.000 mil para R\$ 75.100.000 mil, com bonificação em ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária", em conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a emissão de 1.343.971.619 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 671.985.845 ordinárias e 671.985.774 preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 2 novas ações para cada 10 ações da mesma espécie de que forem titulares na data-base, sendo aprovada pelo Bacen em 19 de março de 2019.

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em ocorrendo alguma operação que altere a quantidade de ações, simultaneamente à operação no Mercado Brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, é adotado igual procedimento no Mercado Internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madrid – Espanha.

As ações em tesouraria são registradas ao custo, que equivale aproximadamente aos preços de mercado praticados na data da aquisição. O cancelamento das ações em tesouraria é contabilizado como uma redução de lucros acumulados não apropriados. As ações em tesouraria são adquiridas para posterior alienação ou cancelamento.

b) Reservas

Reservas de capital

A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

c) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o lucro societário, conforme determinado nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os dividendos são pagos em reais e podem ser convertidos em dólares norte-americanos e remetidos a acionistas no exterior, desde que a participação do acionista não residente seja registrada no Banco Central do Brasil. Companhias brasileiras podem pagar juros sobre capital próprio aos acionistas com base no patrimônio líquido, e tratar esses pagamentos como despesa dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social do Brasil. O encargo de juros notional é tratado para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de modo similar aos dividendos. O imposto de renda retido na fonte é devido e pago no momento do pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração de 28 de junho de 2019, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao 1º semestre de 2019, R\$ 1.455.000 mil, sendo R\$ 0,172536471 por ação ordinária e R\$ 0,189790118 por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 15 de julho de 2019.

Em reunião realizada em 17 de outubro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento, em 23 de outubro de 2019, de dividendos extraordinários, à conta de reservas de lucros existentes, no valor de R\$ 8.000.000 mil, sendo R\$ 0,948654134 por ação ordinária e R\$ 1,043519547 por ação preferencial.

Em reunião do Conselho de Administração de 19 de dezembro de 2019, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio complementares, relativos ao exercício de 2019, no valor de R\$ 4.245.000 mil, sendo R\$ 0,503379600 por ação ordinária e R\$ 0,553717560 por ação preferencial, cujo pagamento foi efetuado em 30 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

39) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a IAS 24, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Em 31 de dezembro							
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo								
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	577.906	585.191	-	-	577.906	585.191
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	20.721	16.015	287.849	19.267	-	-	308.570	35.282
Outros ativos	9	9	109.766	326.762	88.750	49.244	198.525	376.015
Passivo								
Recursos de clientes e instituições financeiras	2.137.714	2.899.619	3.181.766	1.098.865	393.475	120.586	5.712.955	4.119.070
Recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas	13.697.802	8.569.271	-	-	891.211	797.182	14.589.013	9.366.453
Outros passivos (4)	217.765	1.541.011	11.672.903	10.101.886	6.735	5.484	11.897.403	11.648.381

	R\$ mil											
	Controladores (1)			Coligadas e de controle compartilhado (2)			Pessoal chave da Administração (3)			Total		
	Exercícios findos em 31 de dezembro											
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Resultado												
Resultado líquido de juros	(857.937)	(778.829)	(887.059)	(6.508)	(11.814)	40.671	(58.353)	(55.045)	(84.818)	(922.798)	(845.688)	(931.206)
Outras receitas	105	334	-	342.793	315.832	441.381	359	247	-	343.257	316.413	441.381
Outras despesas	54.471	50.745	(2.652)	(1.899.818)	(2.635.494)	(289.100)	288.187	323.130	-	(1.557.160)	(2.261.619)	(291.752)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 26;

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria; e

(4) Inclui juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2019, foi determinado o valor máximo de R\$ 866.448 mil para remuneração dos Administradores, sendo que, parte deste refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui ônus da Organização e de R\$ 484.895 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Proventos	852.862	485.949	456.262
Total	852.862	485.949	456.262

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2019	2018	2017
Planos de previdência complementar de contribuição definida	468.079	474.378	473.663
Total	468.079	474.378	473.663

A Organização não possui benefícios de longo prazo ou de rescisão de contrato de trabalho, nem remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Outras informações

a) Conforme a legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Dessa forma, não são concedidos pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto, diretamente, a seguinte participação acionária no Bradesco:

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Ações ordinárias	0,55%	0,55%
Ações preferenciais	1,04%	1,07%
Total de ações (1)	0,79%	0,81%

(1) Em 31 de dezembro de 2019, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,48% de ações ordinárias, 1,07% de ações preferenciais e 1,78% do total de ações (2018 – 2,60% de ações ordinárias, 1,11% de ações preferenciais e 1,85% do total de ações).

40) Itens não registrados no balanço patrimonial

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Compromissos de valores de crédito a liberar ⁽¹⁾	248.455.570	228.113.067
Beneficiários e garantias prestadas ⁽²⁾	78.231.145	72.870.964
Créditos abertos para importação	1.411.197	361.593
Total	328.097.912	301.345.624

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

41) Normas, alterações e interpretações de normas

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2019

- A IFRS 16, emitida em janeiro de 2016 em substituição às normas IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil, IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, estabelece que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros do IAS 17. A IFRS 16 é mandatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Na Organização há arrendamentos de imóveis e de equipamentos, sendo que os imóveis representam aproximadamente 98% dos saldos.

Transição

O Banco Bradesco adotou a IFRS 16 em 01 de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas.

A nova norma foi adotada para contratos que haviam sido anteriormente identificados como arrendamentos que utilizavam o IAS 17 e o IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Organização não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos da IAS 17 e do IFRIC 4.

Em 01 de janeiro de 2019 foram registrados ativos e passivos no montante de R\$ 4.176.611, os montantes foram trazidos a valor presente por uma taxa de desconto entre 6,59% e 9,97% dependendo o prazo de arrendamento de cada contrato.

Para maiores detalhes dos impactos da adoção da IFRS 16, vide notas explicativas 2-h, 27 e 37.

- IFRIC 23 - Aplica-se a qualquer situação em que haja incerteza sobre se um tratamento de tributos sobre o lucro é aceitável pela Autoridade Fiscal, de acordo com a legislação tributária. Neste sentido, Autoridade Fiscal é considerada a decisão final dos tribunais superiores sobre a matéria. O escopo da Interpretação inclui todos os impostos abrangidos pela IAS 12, ou seja, tanto o imposto corrente como o imposto diferido. No entanto, não se aplica à incerteza relativa a tributos abrangidos por outras normas. A IFRIC 23 tornou-se operacional para períodos financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Efetuou-se um estudo sobre os efeitos produzidos pela referida norma e concluiu-se que não houve impactos materiais na Organização.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

- Conceptual Framework - A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro descreve o objetivo e os conceitos do relatório financeiro para fins gerais. Dentre as alterações em definições contidas neste documento, destaca-se a nova definição de ativos e passivos, sendo ativo, "um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados" e passivo, uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. A nova Estrutura Conceitual entra em vigor para períodos anuais com início em, ou após 01 de janeiro de 2020. Foi realizada uma análise sobre a nova Estrutura Conceitual e não foram identificados impactos materiais na Organização.
- IFRS 17 – Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. À parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

42) Outras informações

1. O Banco Bradesco comunicou ao mercado, em 06 de maio de 2019, a celebração do contrato de compra de ações com os acionistas controladores do BAC Flórida Bank (“BAC Florida”), banco que oferece a 45 anos diversos serviços financeiros nos Estados Unidos, com destaque para pessoas físicas de alta renda não-residentes. O Bradesco assumirá as operações do BAC Flórida com o objetivo principal de ampliar a oferta de investimentos nos Estados Unidos aos seus clientes de alta renda Prime e Private Bank, além de outros serviços bancários, como conta corrente, cartão de crédito e financiamento imobiliário, bem como a oportunidade da expansão de negócios relacionados a clientes corporativos e institucionais. A aquisição custará aproximadamente US\$500 milhões.

Em 10 de setembro de 2019, o Banco Central autorizou o Bradesco a: (i) participar em até 100% do capital do BAC Florida Bank e de suas subsidiárias – a corretora de títulos BAC Florida Investments Corp. e as sociedades não financeiras BAC Global Advisors Inc., 5551 Luckett Road, Inc. e Representaciones Administrativas Internacionales S.A., essa última localizada na Guatemala e as demais localizadas nos EUA; e (ii) participar temporariamente do capital de uma sociedade holding a ser constituída nos EUA, a qual deverá ser extinta no bojo de reorganização societária (merger) a ser conduzida para possibilitar que o Banco Bradesco S.A. seja detentor de 100% das ações representativas do capital do BAC Florida Bank. A conclusão da operação está sujeita à aprovação dos órgãos reguladores competentes norte americanos e ao cumprimento das formalidades legais.

2. Em 29 de agosto de 2019, o Bradesco anunciou o lançamento do Programa de Desligamento Voluntário (PDV 2019), com o objetivo de contemplar funcionários que contribuíram significativamente para a Organização ao longo de sua carreira, oferecendo um conjunto de benefícios para auxiliá-los fora da Organização, além de otimizar e flexibilizar a estrutura de equipe nos melhores padrões de mercado, visando obter melhorias nos indicadores de produtividade. O prazo final para adesão ao programa foi em 31 de outubro de 2019, podendo aderir livre e espontaneamente, funcionários que se enquadrassem nos requisitos estabelecidos no regulamento. Em 31 de dezembro de 2019, os custos totais foram de R\$ 1.819.232 mil, contando com 3.418 adesões. Cabe destacar que, os desligamentos estão ocorrendo de forma programada, compreendendo em alguns casos um período de até seis meses a partir da data de adesão.
3. O Banco Bradesco informou em 13 de novembro de 2019, que sua controlada indireta Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Ágora CTVM”) assumirá, em até 120 dias, as operações de clientes pessoas físicas e jurídicas não institucionais da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Bradesco Corretora”). A centralização das operações ocorreram para consolidar uma nova plataforma de investimentos denominada “Casa de Investimentos”, que oferecerá mais opções de produtos e facilidades para os clientes realizarem seus investimentos.
4. Em 15 de janeiro de 2020, o Banco Bradesco comunicou que efetivou a alienação da totalidade da participação acionária detida no capital da Chain Serviços e Contact Center S.A. (“Chain”) para a Almaxiva do Brasil Telemarketing e Informática S.A.
5. Em 27 de janeiro de 2020, o Bradesco emitiu US\$ 1,6 bilhão de notas sêniores no mercado internacional, composta de duas tranches de US\$ 800 milhões, com vencimentos para janeiro de 2023 e janeiro de 2025, com remuneração a taxas fixas de 2,85% e 3,20% a.a., respectivamente.
6. Em decorrência da chamada “Operação Zelotes”, relacionada a eventual atuação indevida de membros do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, há um processo criminal iniciado no ano de 2016 contra dois ex-membros da Diretoria do Bradesco, que tramita na 10ª Vara Federal

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

da Seção Judiciária do Distrito Federal. O processo já teve sua fase de instrução encerrada, e aguarda-se a sentença do juízo de primeiro grau.

A Administração da Companhia conduziu criteriosa avaliação interna nos registros e documentos relacionados ao assunto e não encontrou evidências de qualquer conduta ilegal praticada por seus ex-representantes. O Bradesco prestou todas as informações às autoridades e órgãos reguladores competentes, no Brasil e no exterior.

Em razão das notícias sobre a Operação Zelotes, uma ação coletiva (“Class Action”) foi ajuizada contra o Bradesco e membros de sua Diretoria Executiva, perante Corte Distrital Americana de Nova York (“Corte”), em 3 de junho de 2016, com fundamento na Seção 10(b) e 20(a) da Lei de Mercado de Capitais dos EUA de 1934 (Securities Exchange Act of 1934). Em 1º de julho de 2019, o Bradesco e o Lead Plaintiff celebraram acordo (“Acordo”) para encerramento da Class Action, com o pagamento de US\$ 14,5 milhões pelo Bradesco. O Acordo foi definitivamente homologado pela Corte em 18 de novembro de 2019 e o processo foi encerrado em relação ao Bradesco e aos membros da sua Diretoria Executiva. A celebração do Acordo não representou reconhecimento de culpa ou admissão de responsabilidade por parte do Bradesco, mas teve por finalidade evitar incertezas, custos e ônus relacionados à continuação da Class Action.

Também em decorrência da Operação Zelotes, a Corregedoria Geral do Ministério da Fazenda promoveu um procedimento administrativo investigatório para verificar a necessidade de instauração de Processo Administrativo de Responsabilização (“PAR”). Em 03 de fevereiro de 2020, foi publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União a decisão de arquivamento do referido procedimento. A decisão proferida pela Corregedora do Ministério da Economia acolheu integralmente o Relatório Final da Comissão Processante, o Parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Despacho Conjunto da Coordenadoria Geral de Gestão e Administração e da Chefia da Divisão de Assessoria e Julgamento, que consagraram expressamente o reconhecimento da inexistência de prova de que o Bradesco tenha prometido, oferecido, dado, direta ou indiretamente, vantagem indevida aos agentes públicos envolvidos na referida operação, nos termos previstos no art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.846 de 2013

Para mais informações, favor contatar:

Leandro Miranda

Diretor Executivo e Diretor de Relações com Investidores

Carlos Wagner Firetti

Diretor de Relações com o Mercado

Tel.: (11) 2194-0922

investidores@bradesco.com.br

Cidade de Deus, s/nº - Prédio Vermelho - 3º andar

Osasco-SP

Brasil

banco.bradesco/ri





bradesco